



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
UNIDADE ACADÊMICA (UA) ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

MARIANA RIBEIRO

**Gestão empreendedora e sistema agroflorestal (SAF): O caso das
Guerreiras do Assentamento Canudos, em Goiás**

GOIÂNIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Mariana Ribeiro

3. Título do trabalho

GESTÃO EMPREENDEDORA E SISTEMA AGROFLORESTAL (SAF): O CASO DAS GUERREIRAS DO ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Ribeiro, Discente**, em 01/09/2023, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleonice Borges De Souza, Professor do Magistério Superior**, em 01/09/2023, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3988629** e o código CRC **A2C3064D**.

MARIANA RIBEIRO

Gestão empreendedora e sistema agroflorestal (SAF): O caso das Guerreiras do Assentamento Canudos, em Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PPGAgro), da Escola de Agronomia, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Agronegócio.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais

Linha de Pesquisa: Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleonice Borges de Souza

Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Tadeu Sibov

Coorientador: Prof. Dr. Wilson Leandro Mozena

Goiânia
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ribeiro, Mariana
GESTÃO EMPREENDEDORA E SISTEMA AGROFLORESTAL
(SAF): [manuscrito] : O CASO DAS GUERREIRAS DO
ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS / Mariana Ribeiro. - 2023.
CXXVII, 127 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Cleonice Borges de Souza; co-orientador Dr.
Sérgio Tadeu Sibov; co-orientador Dr. Wilson Leandro Mozena.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola
de Agronomia (EA), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio,
Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. mulheres rurais. 2. desenvolvimento rural sustentável. 3.
estratégias de gestão. 4. assentamento de reforma agrária. I. Souza,
Cleonice Borges de, orient. II. Título.

CDU 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ESCOLA DE AGRONOMIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **9/2023** da sessão de Defesa de Dissertação de **Mariana Ribeiro**, que confere o título de Mestra em **Agronegócio**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais**.

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, a partir das 14h30, na sala 18 - Prédio Central da Escola de Agronomia, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "GESTÃO EMPREENDEDORA E SAF: O CASO DAS GUERREIRAS DO ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Cleonice Borges de Souza (EA/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Fabiana Thomé da Cruz (EA/UFG), membro titular interno; e Professora Doutora Karla Emmanuela Ribeiro Hora (EECA/UFG), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Cleonice Borges de Souza, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

GESTÃO EMPREENDEDORA E SISTEMA AGROFLORESTAL (SAF): O CASO DAS GUERREIRAS DO ASSENTAMENTO CANUDOS, EM GOIÁS



Documento assinado eletronicamente por **Cleonice Borges De Souza, Professor do Magistério Superior**, em 31/08/2023, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Thome Da Cruz, Professora do Magistério Superior**, em 31/08/2023, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Professora do Magistério Superior-Substituta**, em 03/09/2023, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3988628** e o código CRC **D0D79CB9**.

Referência: Processo nº 23070.047912/2023-11

SEI nº 3988628

AGRADECIMENTOS

“Até aqui nos ajudou o Senhor” (1 Samuel 7:12).

Sou grata à Deus por me permitir concluir mais essa etapa da minha vida. Foram muitas as alegrias e os desafios enfrentados durante esses dois anos e sem a bondade e fidelidade do Sagrado Coração de Jesus, nada seria possível.

À minha família, em especial, meu pai, Evaldo (*in memoriam*), minha mãe, Simone, meu irmão Eduardo, que mesmo sem entender minhas escolhas, desde sempre me apoiaram incondicionalmente e acompanharam minhas angústias e superações. Amo vocês mais do que vocês podem imaginar.

À minha querida orientadora, Prof.ª Dr.ª Cleonice Borges de Souza, por toda dedicação e cuidado. A senhora foi um verdadeiro anjo na minha vida durante esse projeto, sempre me mostrando novas formas, novos caminhos. Como alguém extremamente ansiosa que sou, sem a sua sabedoria e paciência, eu não teria conseguido.

Aos meus coorientadores, Prof. Dr. Sérgio Tadeu Sibov e Prof. Dr. Wilson Leandro Mozena, pela solicitude de sempre.

Professores da banca, Prof.ª Dr.ª Karla Emmanuela Hora, Profa. Dra. Fabiana Thomé da Cruz, Prof. Dr. Manuel Eduardo Ferreira e Prof.ª Dr.ª Rosângela Vera, obrigada pelas contribuições.

À Prof.ª Dr.ª Alzirene de Vasconcelos Millhomem, pela oportunidade no estágio de docência.

Às Guerreiras de Canudos, e em especial, à Sra. Alzira. Vocês literalmente abriram as portas de suas casas, me convidaram às suas mesas e me ajudaram a compreender esse universo das mulheres rurais, o qual eu não conhecia, pelo qual me apaixonei e que levarei comigo para sempre.

Aos meus colegas dos programas de pós-graduação parceiros nesse projeto, obrigada pelo apoio e carinho. Em especial aos grandes amigos que fiz em razão do mestrado, Leniany, Mariely e Filipe. Teve choro, desespero, mas também teve muito riso e companheirismo.

À minha amiga do programa Daniela que se tornou uma companheira excepcional durante essa jornada e que me ofereceu abrigo durante as aulas presenciais.

Aos professores do PPGAGRO, em especial, às professoras Dr.ª Fabiana, Dr.ª Francine, Dr.ª Graciella e Dr.ª Sybelle, obrigada por compartilharem tanto conhecimento e experiências que enriqueceram minha estreita visão de mundo.

À Lindinalva de Oliveira Teixeira, secretária do PPGAGRO, por sua presteza em me ajudar a esclarecer tantas dúvidas.

À amada família Anderi: Eliane, Silvio, Marina, Éber, Rafaela, Adeir e Pedro. Às crianças da família: Maria, obrigada por me emprestar sua cama de castelo durante o período de aulas presenciais. Luiza, obrigada por se preocupar pela entrega do meu trabalho dentro do prazo, Pedro, obrigada pelo carinho, meus amores. Vocês são mais que amigos, são parte da família que Deus me permitiu escolher.

À família Vieira Moraes: Paulo, Eliane, Eduarda e Pedro Paulo. Amo vocês.

À minha amiga e irmã da vida, Polyana, que constantemente me incentiva a apostar em mim mesma e a arriscar novas possibilidades.

Às minhas patronas, amada Tia Cidinha e Tatiana, minha amiga de quase 30 anos, que me ajudaram a custear as viagens para as aulas presenciais, em Goiânia. Sou eternamente grata à Deus por vocês.

Ao Prof. Dr. Nelson de Abreu Júnior (*in memoriam*), que sempre foi um modelo de professor e pesquisador, na luta e defesa da democratização do conhecimento. À sua esposa, Maria Cristina, pela alegria contagiante.

Ao meu amigo Robson, por apoio e incentivo de sempre.

Aos meus doguinhos que assistiram aulas remotas comigo e ficaram ao meu lado durante todo esse tempo de escrita.

À Fernanda Rezende, do canal do Youtube GEOPRO Mapas, e Jocilene Barros, do canal do Youtube Geoaplicada, pela generosidade em compartilhar conhecimento e sanar minhas dúvidas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa disponibilizada para que eu pudesse concluir minha pesquisa.

“E vocês fiquem certos de que não fugimos da luta.
É mais fácil saber que tombamos, do que dizer que
nós corremos... porque entendo que é melhor
morrer na luta do que morrer de fome”.

(Margarida Maria Alves)

RESUMO

A adoção de Sistemas Agroflorestais (SAF) contribui para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da agricultura familiar. Nesse contexto, as mulheres rurais desempenham um papel importante e desafiador na garantia da segurança alimentar e nutricional, de práticas agroecológicas e promoção do desenvolvimento territorial. Ainda que invisibilizadas, estas mulheres desempenham uma função importante na produção e economia doméstica. O objetivo deste estudo foi avaliar o uso de estratégias de gestão no desenvolvimento socioeconômico do sistema agroflorestal (SAF) das Guerreiras de Canudos, do Assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás-GO. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, é analítica e descritiva, sendo conduzida por meio de uma pesquisa-ação. Para a obtenção dos dados, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, além de técnicas de diagnóstico rural participativo, como questionário, entrevista semiestruturada, análise dos ambientes interno e externo, e a elaboração de mapas cartográficos. O estudo demonstrou que a adoção de estratégias de gestão impacta positivamente no desenvolvimento socioeconômico das Guerreiras maximizando as vantagens próprias do SAF. Destaca-se a importância da valorização do trabalho feminino, da equidade de gênero e da necessidade de políticas públicas que considerem a diversidade acerca do contexto das mulheres para o desenvolvimento rural. Sugere-se o aprofundamento na discussão da questão de gênero, seus sentidos e dissensos, no âmbito rural, visto que são as mulheres as que mais sofrem discriminação de gênero.

Palavras-chave: mulheres rurais, desenvolvimento rural sustentável, estratégias de gestão, assentamento de reforma agrária.

ABSTRACT

The adoption of Agroforestry Systems contributes to the socioeconomic and environmental development of family farming. In this context, rural women play an important and challenging role in ensuring food and nutritional security, agroecological practices and promoting territorial development. Although invisible, these women play an important role in domestic production and economy. The objective of this study was to evaluate the use of management strategies in the socioeconomic development of the AFS das Guerreiras de Canudos, of the Settlement Canudos, in Palmeiras de Goiás-GO. The research, of qualitative and quantitative nature, is analytical and descriptive, being conducted through action research. To obtain the data, bibliographical and documentary research was carried out, in addition to participatory rural diagnosis techniques, such as a questionnaire, semi-structured interview, analysis of the internal and external environments, and the elaboration of cartographic maps. The study showed that the adoption of management strategies has a positive impact on the socioeconomic development of women warriors, maximizing the benefits of AFS. It highlights the importance of valuing women's work, gender equity and the need for public policies that consider diversity in the context of women for rural development. It is suggested to deepen the discussion of the gender issue, its senses and disagreements, in the rural sphere, since it is women who suffer the most gender discrimination.

Keywords: rural women, sustainable development, management strategies, agrarian reform settlement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCATT	Associação Camponesa dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Canudos
ASPAC-	Associação dos Produtores dos Assentamento Canudos em Palmeiras de Goiás
BWU	Bergische Universität Wuppertal Universität Berlin
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CCC	Circuitos Curtos de Comercialização
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEASA	Centrais de Abastecimento de Goiás
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COMACC	Cooperativa Mista da Agricultura Camponesa no Cerrado
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOMPRAF	Cooperativa Mista de Produção Agropecuária Familiar
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNR	Fachagentur Nachwachsende Rohstoffe
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças
FZJ	Forschungszentrum Jülich GmbH - FZJ
ha	hectares
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde

PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RL	Reserva legal
RPPN	Reservar Particular do Patrimônio Natural
SAF	Sistemas Agroflorestais
SIE	Serviço de Inspeção Estadual
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIDRA	Sistema IBGE de recuperação Automática
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats</i>
TAC	Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Estado de Goiás – Localização do Assentamento Canudos – 2017.....	22
Figura 2 Fluxograma da Metodologia de pesquisa.....	25
Figura 3 Esquema de classificação de sistemas agroflorestais.....	29
Figura 4 Mesorregiões do Estado de Goiás em relação à quantidade de Estabelecimentos com Sistemas Agroflorestais	35
Figura 5 Mesorregiões do Estado de Goiás – Área Ocupada (ha) com Sistemas Agroflorestais	36
Figura 6 Microrregiões do Estado de Goiás - Quantidade de Estabelecimentos com Sistemas Agroflorestais	38
Figura 7 Microrregiões do Estado de Goiás – Área Ocupada (ha) com Sistemas Agroflorestais	39
Figura 8 Municípios Goianos – Quantidade de Estabelecimentos com Sistemas Agroflorestais	41
Figura 9 Municípios Goianos – Área Ocupada (ha) com Sistemas Agroflorestais.....	42
Figura 10 Modelo de Análise SWOT	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Artigos da revisão sistemática sobre SAFs em Goiás	32
Quadro 2 Os 10 Municípios do Estado de Goiás classificados quanto ao número de estabelecimentos com SAFs	42
Quadro 3 Municípios do Estado de Goiás classificados quanto a área de cultivo de SAFs.....	43

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVO GERAL.....	20
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	20
2	METODOLOGIA.....	22
2.1	ÁREA DE ESTUDO – ASSENTAMENTO CANUDOS.....	22
2.2	MATERIAIS E MÉTODOS.....	25
3	CULTIVANDO O FUTURO SUSTENTÁVEL: O PANORAMA DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM GOIÁS	27
3.1	INTRODUÇÃO.....	28
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	32
3.3.1	Mesorregiões	35
3.3.2	Microrregião	37
3.3.3	Municípios	40
3.4	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIAS	47
4	A JORNADA DE MULHERES RURAIS ASSENTADAS E SUA PERSPECTIVA EMPREENDEDORA: O CASO DAS GUERREIRAS DE CANUDOS, EM GOIÁS	50
4.1	INTRODUÇÃO.....	51
4.2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	52
4.2.1	Empreendedorismo feminino	52
4.2.2	O trabalho feminino no campo.....	54
4.2.3	O coletivo Guerreiras de Canudos e as dinâmicas de produção e reprodução.....	57
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
4.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	59
4.5	CONCLUSÃO.....	69
	Referências.....	71
5	GUERREIRAS DE CANUDOS E O SISTEMA AGROFLORESTAL: CULTIVANDO O FUTURO, TRANSFORMANDO DESAFIOS EM OPORTUNIDADES	75
5.1	INTRODUÇÃO.....	76
5.2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	79

5.2.1	A reforma agrária e a presença feminina na produção e reprodução do espaço agrário	79
5.2.2	A premissa da sustentabilidade e os Sistemas agroflorestais.....	81
5.2.3	Análise SWOT ou Matriz FOFA.....	82
5.3	MATERIAIS E MÉTODOS.....	83
5.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	85
5.4.1	Histórico do coletivo	85
5.4.2	Ambiente Interno.....	86
5.4.3	Ambiente externo.....	90
5.5	CONCLUSÃO.....	94
	Referências.....	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	104
	Impacto social e relevância da pesquisa	107
	ANEXO A- Parecer Consubstanciado do CEP	108
	APÊNDICE A- Questionário aplicado às Guerreiras de Canudos.....	113
	APÊNDICE B- Entrevista semiestruturada aplicada às Guerreiras de Canudos.....	119
	APÊNDICE D- Registros fotográficos.....	120

1. INTRODUÇÃO

Antes da introdução formal ao trabalho, é preciso explicar alguns caminhos e decisões que motivaram sua realização. Não sei até que ponto eu escolhi ou fui escolhida para este estudo. Sem chegar a uma resposta certa, entendo que essa dissertação reflete parte de uma jornada acadêmica e pessoal que decidi trilhar, apesar e a partir da minha graduação em Administração e da minha especialização de Gestão de micro e pequenos negócios.

Por muito tempo, tive a oportunidade de vivenciar situações que, além de contribuírem para a minha formação profissional, aos poucos foram me despertando para meu compromisso de conscientemente contribuir de forma positiva para construção de uma sociedade mais justa.

O edital de seleção para o mestrado¹ especificava a possibilidade de atuação em uma pesquisa sobre a análise de práticas de gestão junto a um grupo de mulheres assentadas, a partir da implantação de um sistema agroflorestal (SAF). Bingo! Cresci ao redor de mulheres sábias e resilientes e logo percebi que as condições oferecidas às mulheres não eram as mesmas, tanto comparadas com as dos homens, quanto entre elas mesmas. Assim, o projeto foi ao encontro das minhas expectativas, sendo a oportunidade de compartilhar as vivências da minha jornada pessoal e profissional e, ao mesmo tempo, aprender com outras jornadas e realidades.

Reuniões online foram realizadas (infelizmente, ainda enfrentávamos, a pandemia de Covid-19) para o alinhamento do grupo de pesquisa e para compreender que minha pesquisa fazia parte de um projeto maior. Este último, um acordo internacional firmado entre as Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de São Paulo, a alemã, Bergische Universitat Wuppertal Universität Berlin (BWU) e a Bio Cerrado Fitoterápico Produtos Naturais Indústria e Comércio Ltda., LiveAloe, em parceria com o grupo de mulheres Guerreiras de Canudos (UFG, 2023).

O projeto que iniciou suas tratativas em 2021, é coordenado pela UFG – Instituto de Química e Escola de Agronomia – e pela BWU e financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelas agências alemãs Forschungszentrum Jülich GmbH (FZJ) e Fachagentur Nachwachsende Rohstoffe (FNR). O objetivo é cooperar com a geração de matérias primas pelas Guerreiras de Canudos, além de desenvolver atividades e projetos na área de ciência, tecnologia e inovação para a obtenção de produtos, processos e serviços inovadores, transferência e difusão de tecnologia (UFG, 2023).

¹ Edital de inscrição e seleção do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação- Apoio aos programas de Pós-Graduação em consolidação em áreas prioritárias nos Estados- 03/2021

O grupo Guerreiras de Canudos, composto por mulheres do Assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás, dominam conhecimentos e saberes tradicionais na produção e desenvolvimento de produtos fitoterápicos artesanais como sabonetes, xampus, xaropes e tinturas, dentre outros. Espera-se que, para além do avanço na pesquisa científica do Bioma Cerrado, o projeto possa contribuir para o atendimento da crescente demanda do mercado de matérias-primas para cosméticos, oriundos das espécies cultivadas pelas Guerreiras (UFG, 2023).

O SAF, implantado em uma área comum, pretende se estruturar como uma vitrine tecnológica, para a formação complementar de graduandos dos cursos de Ciências Agrárias e afins, mas também de pós-graduandos nas mais distintas áreas de formação. Ou seja, pretende-se que sejam disponibilizados produtos, tecnologias e inovações utilizados, a fim de disseminar o conhecimento e a prática da experiência entre os interessados.

A crise ambiental e produtiva da agricultura tem raízes que transpõem diversas áreas do conhecimento, envolve desde aspectos agrônômicos da produção, suas técnicas e manejo, bem como o contexto sociocultural, ambiental, político e econômico. Consequentemente, a reparação dessa crise requer uma participação multidisciplinar e interdisciplinar, com interações entre profissionais, órgãos e instituições, bem como uma mudança de atitude dos consumidores e dos agricultores, que devem se conscientizar da necessidade de promover uma agricultura de base ecológica (FRANCO; OLIVEIRA; ÁLVARES, 2017).

A partir do contexto atual, o desmatamento e as atividades agropecuárias pautadas na extenuação dos recursos naturais têm causado a extinção de espécies de plantas e animais, o aumento de temperatura, as mudanças no regime de chuvas, a erosão do solo e até mesmo a desertificação de extensas áreas, a diminuição da produtividade agrícola, bem como a quantidade e a qualidade de água disponível, dentre outros. Esse processo de degradação ameaça a permanência das populações nas regiões afetadas e impulsiona a migração para áreas urbanas, o que agrava os problemas sociais, econômicos, ambientais e inclusive culturais com a perda da identidade rural (MICCOLIS et al., 2016).

É necessária a construção de um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade, envolvendo no mínimo, as variáveis econômica, social, ambiental e cultural, voltado à superação das desigualdades e da exclusão social dos agricultores familiares. Face ao exposto, compreende-se desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Para tanto, é preciso mirar no funcionamento da natureza, desenhar sistemas agroecológicos biodiversos, trabalhar de forma coletiva e participativa, privilegiar os atores sociais mais necessitados, buscando sua inclusão e valorização. Concomitantemente, é preciso combater a pobreza rural, ampliar a segurança e a soberania alimentar, propiciar a sustentabilidade dos sistemas de produção, gerar renda e agregar valor às comunidades rurais (PERACI, 2007).

Dentre as diversas possibilidades de manejo sustentável da terra, os sistemas agroflorestais (SAFs) referem-se a processos de restauração das áreas alteradas com a incorporação de árvores nas paisagens agrícolas. Podem ser definidos como sistemas onde o uso da terra é feito com espécies lenhosas perenes usadas, intencionalmente, na mesma unidade de manejo com espécies agrícolas e/ou animais, no mesmo arranjo espacial ou sequência temporal. Os distintos componentes do sistema proporcionam interações econômicas e ecológicas. Assim, o mais simples SAF é mais complexo ecologicamente, estruturalmente, funcionalmente e economicamente que sistemas monocultores (LUNDGREN; RAIN TREE, 1982).

De acordo com Miccolis et al. (2016, p. 12),

essa estratégia pode desempenhar papel fundamental na manutenção das funções ecossistêmicas dos ambientes, os chamados serviços ambientais, incluindo a regulação do ciclo de água, adaptação a mudanças climáticas, controle de erosão e ciclagem de nutrientes. Da mesma forma, áreas em processo de restauração podem desempenhar funções socioambientais importantes, como: segurança e soberania alimentar e também nutricional; geração de renda; aumento da qualidade de vida; e manutenção dos recursos hídricos, do equilíbrio climático e da biodiversidade, dentre outras (2016, p. 12).

Os SAFs apresentam excepcional potencial para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, ou seja, uma alternativa para otimizar áreas de produção de alimentos, estimular o uso regenerativo do solo, contribuir para conservação da biodiversidade dos ecossistemas e, sobretudo, ampliar a justiça social para a agricultura familiar. Contudo, isso só se efetiva com uma boa gestão técnica e econômica do sistema de produção. Os diversos estudos já apresentados sobre SAFs costumam destacar, principalmente, os aspectos biofísicos do cultivo (ALVES; LAURA; ALMEIDA, 2015; NETO et al., 2016; REBELLO; SAKAMOTO, 2021; SILVEIRA, 2003) aspectos socioeconômicos e de gestão (DA CRUZ et al., 2019; EWERT et al., 2021; PALMA et al., 2020; PALMA, 2020), mas também de distribuição espacial (SAIS; OLIVEIRA, 2018). Contudo, a insuficiência de informações pode causar insegurança para os produtores, impactando a aceitação dos sistemas por parte destes (ARCO-VERDE, 2008).

As avaliações devem ir além do retorno financeiro, visto que são importantes no auxílio à formulação de políticas públicas e programas de incentivo à adoção. É preciso que os estudos contenham informações sobre a valorização dos serviços ecossistêmicos², melhor quantificação de despesas e receitas para os produtores, além de compreender o processo produtivo em diferentes escalas e sistemas de comercialização. Algumas abordagens de caráter social também são necessárias, como a formulação de suporte técnico/educacional que incentivem a adoção do sistema, uma atuação que considere o conhecimento diverso dos potenciais adotantes, entre outros (SCHOENEGER et al., 2017).

Nessa direção, o ato de planejar a instituição e a organização dos assentamentos rurais não se constituiu numa prática frequente da política de reforma agrária no Brasil. As reduzidas iniciativas institucionais resultaram da experiência dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDAs) e da implantação de assentamentos que apresentaram, desde sua origem, práticas ambientais diferenciadas. O Projeto de Assentamento (PA) Canudos, em Goiás, representa um marco na organização e planejamento dos assentamentos (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019).

Os agricultores familiares visam melhores condições de vida e em muitos casos, essa melhoria da qualidade de vida associa-se às oportunidades de aumento da renda, de acessar novas tecnologias e desenvolver capacidades. Além disso, melhorar a renda também pode significar diminuir o êxodo rural dos jovens e mulheres ao valorizar sua mão de obra. Desse modo, é preciso gerar renda por meio da produção de diferentes produtos, e garantir maior estabilidade financeira com influência direta na economia familiar. Assim, diante da compreensão dos inúmeros ganhos econômicos, ambientais e sociais ao se implantar um SAF, estes se mostram como proposta viável, a ser qualificada e embasada em ganhos reais, a partir de estudos que envolvam a viabilidade financeira, mas também aspectos sociais relevantes, como é o caso da participação feminina nessa atividade produtiva (EWERT, 2020).

A implantação de um SAF envolve múltiplas áreas de interesse. Quando o projeto foca a perspectiva de aumento de renda de famílias assentadas, surgem novas variáveis e formas de abordagem da questão. O Assentamento Canudos congrega aspectos importantes para a implantação de projetos de sistemas agroflorestais. A proximidade com a capital do Estado, Goiânia (87 km), facilita as conexões com um mercado de consumo mais expressivo, que possui uma demanda maior e mais qualificada de bens e serviços, os quais podem ser usados na

² Serviços ecossistêmicos são definidos como “benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais” (BRASIL, 2021).

operação do sistema produtivo e na organização do assentamento. Ações bem-sucedidas na região podem impulsionar práticas sustentáveis em regiões circunvizinhas, trazendo benefícios para toda a região por meio do aumento de renda e oferta de alimentos e de outros produtos agrícolas.

Entretanto, desde 2017 as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar vinham sendo desmontadas, por meio de redução de verbas, fusões de Ministérios, ausência de assistência técnica vinculada às linhas do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019, dentre outras (SABOURIN; CRAVIOTTI; MILHORANCE, 2020).

O cenário, já precário, foi agravado ainda mais pela pandemia do vírus SARS-CoV-2019, intensificando desigualdades já existentes. A agricultura familiar atende grande parte do mercado de produção de alimentos para consumo interno do país e apresenta vulnerabilidade econômica significativa por fatores como, limitações de acesso a tecnologias que impactam na produtividade do trabalho, logística de entrega, escala de produção etc. (RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

Na dimensão alimentar, as necessárias medidas preventivas de distanciamento e isolamento social adotadas pela grande maioria dos governos estaduais e municipais, seguindo recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde (OMS), tendem a gerar comprometimentos particularmente para a população mais vulnerável no que concerne à oferta suficiente de alimentos frescos e minimamente processados, em especial os provenientes da agricultura familiar. Diversos agricultores viram os canais de comercialização serem suspensos, seja pelo fechamento temporário de restaurantes, seja pela paralisação das aquisições pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou, ainda, em virtude da redução (e, em diversos casos, fechamento) da comercialização nas feiras livres e nos mercados. Outros vivenciam dificuldades de comercialização (de alimentos, produtos, artesanato, mão de obra etc.) em virtude de medidas que têm limitado os deslocamentos intermunicipais ou restringido o transporte público. Ao lado disso, para muitos grupos da agricultura familiar, aqueles que já viviam em situação de pobreza ou limitações nas condições socioeconômicas, a pandemia da COVID-19 pode significar intensificação da vulnerabilidade social. Esses problemas tendem a ter consequências ainda a serem dimensionadas a médio e longo prazo, para além da crise sanitária, pela quebra das cadeias de produção e comercialização de agricultura familiar (RIBEIRO-SILVA et al., 2020, p. 3424).

O setor ainda encontrou dificuldade na manutenção da dinâmica produtiva comercial, problemas com volume de produção, aumento nos custos de produção e queda na renda dos agricultores (CONAB, 2021). As crises sanitária e econômica originadas da pandemia da Covid-19, impactaram de forma diferente, homens e mulheres, sendo estas últimas, de forma desproporcional, mais afetadas (MORAES; SAMPAIO SIEBER; NASCIMENTO FUNARI, 2020).

É importante salientar a questão de gênero dentro do contexto rural. Araújo et al. (2021) explicam que, quando se fala em mulheres rurais, poucas têm a posse da terra e daquelas que a detêm, nem todas conseguem produzir com qualidade. Uma quantidade menor ainda são as que têm acesso a alguma política pública para um aprimoramento da sua produção, destacando-se a necessidade de oferta de assistência voltada para esses grupos.

Díaz-Perez e Silva Niño (2019) afirmam que oportunizar o acesso a recursos técnicos e econômicos às mulheres rurais, bem como desenvolver ações adequadas ao seu contexto, são possibilidades para garantir o êxito dos processos de desenvolvimento territorial, visto que são elas que utilizam de forma mais responsável e mais equitativa os recursos necessários à família e sua comunidade.

Sob a perspectiva dos sistemas agroflorestais, percebe-se que as mulheres podem desfrutar de diversos benefícios. No entanto, essas atividades são dificultadas por fatores socioeconômicos, políticos e culturais, que variam conforme a localidade (KIPTOT; FRANZEL, 2012), mostrando assim, a importância de estudos que trazem luz ao debate sobre o tema.

Diante do exposto, evidenciou-se a questão da pesquisa: como a adoção de estratégias de gestão do SAF pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do grupo Guerreiras de Canudos?

A hipótese que norteia o estudo é a de que a adoção de estratégias de gestão do SAF possibilita o planejamento de ações, considerando incertezas e possibilidades, minimizando chances de insucesso e favorecendo o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das Guerreiras.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o perfil empreendedor das Guerreiras de Canudos e as estratégias de gestão no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do SAF implantado no Assentamento Canudos, em Goiás.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar o panorama dos SAFs no Estado de Goiás;
- Analisar as formas de organização das Guerreiras de Canudos nos processos produtivos e de reprodução social a partir da implantação do SAF; bem como, identificar seu perfil empreendedor;

- Identificar os limites e potencialidades das Guerreiras de Canudos quanto ao aspecto de organização social e empreendedorismo.

Estes objetivos alinham-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável #2 (Fome zero e agricultura sustentável), #5 (Igualdade de Gênero), #8 (Trabalho decente e crescimento econômico), #12 (Consumo e produção responsáveis), #15 (Vida terrestre) e #17 (Parcerias e Meios de Implementação) que compõem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas-ONU. Tal agenda estabelece um plano de ações com o propósito de erradicar a pobreza e proteger o planeta, a partir das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável (ODS, 2021).

Para discutir tais elementos enunciados nos objetivos, esta dissertação está estruturada em 3 artigos. O primeiro artigo, “Cultivando o Futuro Sustentável: O Panorama dos Sistemas Agroflorestais em Goiás” diz respeito ao primeiro objetivo específico. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) forneceu dados que possibilitaram a mensuração de áreas e distribuição espacial dos SAF em Goiás, e o levantamento bibliográfico do uso do solo no estado, complementou a análise.

O segundo artigo, “A jornada de mulheres rurais assentadas e sua perspectiva empreendedora: o caso das Guerreiras de Canudos”, se refere ao segundo objetivo específico e busca evidenciar o perfil empreendedor das Guerreiras de Canudos com base em seu histórico de atuação e seu contexto socioeconômico. Para a obtenção dos dados, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas com o grupo, contribuindo para a compreensão da realidade das Guerreiras.

As discussões sobre o terceiro objetivo específico, se encontra no terceiro artigo, “Guerreiras de Canudos e o SAF: cultivando o futuro, transformando desafios em oportunidades” que aborda o inventário das principais variáveis presentes nos ambientes interno e externo das Guerreiras, os quais impactam o desenvolvimento de suas atividades de produção e reprodução a partir do SAF. Realizou-se a triangulação dos dados obtidos nos questionários, entrevistas e na elaboração e análise da matriz SWOT.

2 METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO – ASSENTAMENTO CANUDOS

O assentamento Canudos tem sua origem em outubro de 1997 em homenagem à Comunidade Canudos na Bahia. Foi resultado da ocupação da Fazenda Palmeiras (extensão de 12.757 hectares) pertencente à família de Colemar Rezende – que foi presidente da União Democrática Ruralista nos anos 1990 (UFG, 2021). Desde a primeira ocupação até 1999, quando foi publicado o decreto que considerava a área passível de desapropriação por interesse social para reforma agrária, tem-se o registro de cinco ocupações organizadas e lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019).

O assentamento está localizado entre as cidades de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó (Figura 1), ocupando áreas de 98 km², 50 km² e 40 km², respectivamente de cada município (UFG, 2021) e abriga 329 famílias (SCALIZE et al., 2021).

Figura 1 Estado de Goiás – Localização do Assentamento Canudos – 2017



Fonte: UFG (2021); Hora, Mauro & Calaça (2019, p. 151)

Em 2001, as famílias acampadas assinaram um Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC), em que se comprometiam em proteger as áreas de floresta; juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que se responsabilizava em fiscalizar a área e desenvolver programas de educação ambiental; e o INCRA, que se comprometia em quantificar, localizar e averbar o restante da reserva legal (RL) e fazer a rerratificação da área de Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Além das instituições já citadas, também estavam envolvidos: o Ministério Público Federal, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Fundação das

Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e algumas organizações não governamentais (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019).

De acordo com Hora, Mauro & Calaça (2019), um dos pontos de destaque no assentamento diz respeito a sua proposta de preservação e conservação ambiental. Os indicadores de supressão vegetal na área, foi menor que 5%, entre os anos de 2000 e 2001. O recuo de 54,45% para 49,5% demonstra que os assentados cumpriam o TAC.

Ainda em observância ao TAC e considerando a preocupação com o meio ambiente, os SAFs otimizam o uso da terra, conciliam a conservação ambiental com a produção de alimentos, conservam o solo e diminuem a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola, sendo utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas.

Desde sua implantação, muitos projetos de produção, saúde, educação e meio ambiente se desenvolveram no assentamento (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019). Contudo, muitos de seus traços culturais se perderam ao longo desses vinte anos. Além disso, segundo Hora, Mauro & Calaça (2019, p. 159),

outros desafios permanecem no assentamento, seja em relação à infraestrutura, seja em relação à organização da produção. O crédito habitação não possibilitou a construção adequada de residências, fazendo com que as casas ainda se encontrem com baixa oferta de habitabilidade. (...). Mas, a vida segue organizando-se no seu tempo, com as famílias estabelecendo suas próprias estratégias de reprodução. Núcleos de produção organizados fazem-se presentes em feiras em Goiânia e grupos produtivos de mulheres participam ativamente de redes de cooperação na economia solidária. Em 2015, registrava-se a presença de duas cooperativas de produção; a Cooperativa Mista da Agricultura Camponesa no Cerrado (COMACC), que possui sede no município de Palmeiras de Goiás e a Cooperativa Mista de Produção Agropecuária Familiar (COOMPRAF), com sede em Campestre de Goiás, além de várias associações. Por meio dessas entidades, muitos agricultores e agricultoras acessavam as políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em 2008, a partir do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário³ um grupo de mulheres, as Guerreiras de Canudos, foi criado com o intuito de trocar experiências sobre práticas de agroecologia e receitas de produtos artesanais elaborados a partir das plantas medicinais e aromáticas, cultivadas em seus quintais (GUERREIRAS DE CANUDOS, 2019). O grupo, que já contou com a participação de 20 mulheres, hoje possui em torno de 13 integrantes.

Nesse sentido, Pulga et al. (2018) explicam que são as mulheres que conhecem e executam técnicas de produção, seleção, cruzamento, melhoramento e armazenamento de

³ O ministério foi recriado como Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar pelo Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 (BRASIL, 2023f).

sementes de várias espécies, plantas medicinais, aromáticas, alimentícias, ornamentais, entre tantas em seus quintais e hortas. Essas práticas permitem a recuperação, reconstrução, manejo e melhoramento do solo. Ainda que sujeitas a tantas condições adversas as mulheres rurais têm preservado seus saberes tradicionais, atuando como guardiãs de sementes, mesmo em face ao avanço do agronegócio e o uso preocupante de venenos e transgênicos (LIMA; PAULA; ASSUNÇÃO, 2018).

Com o intuito de propiciar melhores possibilidades de reprodução social para as mulheres do Assentamento Canudos, está em desenvolvimento a implementação de um SAF a partir da parceria firmada entre a UFG, BWU, a empresa LiveAloe e as próprias Guerreiras. Para a composição do sistema, foram escolhidas diversas espécies medicinais, aromáticas e arbóreas. O SAF situa-se numa parcela do Assentamento que já tem histórico de atividade agroflorestal.

No âmbito desta pesquisa, o primeiro contato realizado com as Guerreiras deu-se em novembro de 2021, quando o grupo de pesquisa, envolvendo discentes e docentes, visitaram o Assentamento a fim de conhecer a área e o grupo a ser estudado.

Além do presente estudo, e seguindo a perspectiva do projeto de cooperação internacional entre as Guerreiras e as outras instituições de pesquisa, também está sendo desenvolvida uma pesquisa de doutorado, ligado ao Programa de Pós-graduação em Agronomia, que junto com grupo, escolheu as espécies para o plantio do SAF. Tendo essas questões em vista, foram escolhidas de forma participativa, espécies como banana, pequi, café, açafrão, coco anão, bambu, baru, maracujá, caju, tamarindo, moringa, capim vetiver, carqueja, ipê, baru, pariparoba, feijão guandú, flor do mel, entre outras. Espécies como capim limão, citronela, melaleuca, alecrim-pimenta, foram doadas pelas empresas LiveAloe e Haje Insumos Orgânicos. As mudas foram colhidas no campo e preparadas para o plantio no laboratório do Programa de Melhoramento Genético, na UFG.

Para o plantio do SAF1, um mutirão foi realizado no fim de fevereiro de 2022 e contou com a participação de parte das Guerreiras de Canudos, discentes e docentes da UFG, além de vizinhos da área. No decorrer do ano de 2022, algumas espécies foram se desenvolvendo, enquanto outras não se adaptaram.

Após novos estudos optou-se pela implantação de um novo sistema, SAF 2, para realização de um plantio mais diversificado e mais adensado que o primeiro. Dessa forma, novas espécies foram consideradas, a fim de compor a nova área. Nessa nova configuração, ganhou destaque as hortaliças que apresentam um ciclo curto de cultivo e logo podem ser comercializadas, gerando receita no curto prazo. Entre as espécies escolhidas estão rabanete,

mostarda, alface, rúcula, cenoura, salsa, manjeriço, amora, entre outras. A fim de aproveitar o período chuvoso, em dezembro de 2022, foi realizado o novo plantio (SAF 2), ao lado do SAF1.

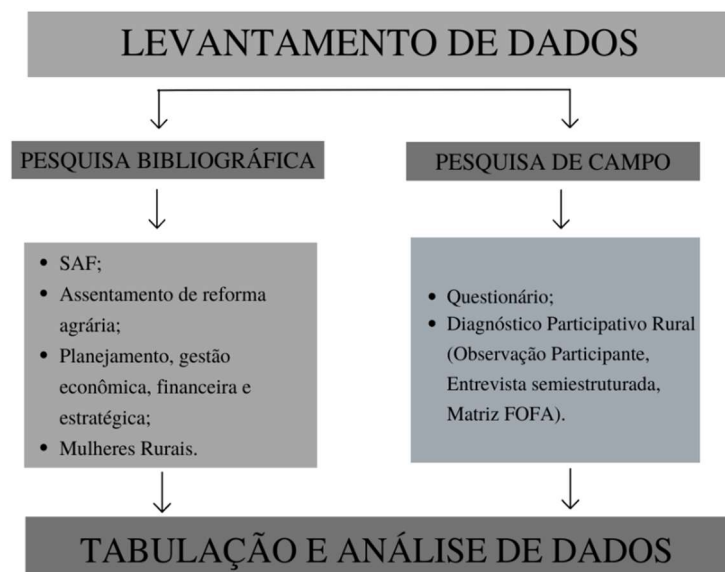
2.2 MATERIAIS E MÉTODOS

De natureza quali-quantitativa, essa pesquisa é analítica e descritiva, a partir da pesquisa-ação junto ao grupo Guerreiras de Canudos, com enfoque em suas práticas de gestão, a partir do projeto agroflorestal que está sendo implementado no Assentamento Canudos.

O método de pesquisa-ação consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que se encontram reunidos, pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados, ou pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas (THIOLLENT, 2011, p. 7–8).

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa contou com pesquisa bibliográfica e documental, incluindo revistas, teses, dissertações, anais de eventos científicos, além de consultas a dados estatísticos e atos jurídicos (GIL, 2008). Além disso, foram utilizadas ferramentas que compõe o Diagnóstico Rural Participativo, como questionário, entrevista semiestruturada, análise SWOT ou matriz FOFA, buscando obter complementaridade de informações captadas de várias fontes, mantendo um cruzamento de dados que aumenta a precisão crítica da análise (VERDEJO, 2003), conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 Fluxograma da Metodologia de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

O Diagnóstico Rural Participativo oferece diversas ferramentas para a sistematização e priorização no processo participativo. Especificamente para esta pesquisa, optou-se pelas ferramentas de entrevista semiestruturada, Matriz SOWT (FOFA), além da observação participante. Para o levantamento de informações, optou-se pela análise de dados secundários, por meio de levantamento bibliográfico a partir dos temas: sistemas agroflorestais, assentamentos de reforma agrária, mulheres rurais etc. Além disso, também foram aplicados questionários (Apêndice A) e entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) com 13 mulheres, do grupo Guerreiras de Canudos.

Por se tratar de uma pesquisa com envolvimento de seres humanos, o estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás (CAAE: 65225622.2.0000.5083)

ARTIGO 1

3 CULTIVANDO O FUTURO SUSTENTÁVEL: O PANORAMA DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM GOIÁS⁴

Resumo: A utilização dos sistemas agroflorestais (SAF) pode minimizar os efeitos negativos decorrentes da alta concentração de terras, baixo índice de cobertura vegetal e deficiências socioambientais prevalentes no estado de Goiás. Este artigo pretende apresentar e descrever cartograficamente os SAF no território goiano. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando estatística descritiva e o método de classificação de quebras naturais de Jenk no processo cartográfico. O trabalho percorreu as seguintes etapas: 1-pesquisa bibliográfica em plataformas como periódicos Capes, Scopus e *Web of Science*; 2-pesquisa documental (Censo Agropecuário de 2017); 3-Análise de dados e, 4- Desenho dos mapas das áreas estudadas através do programa QGIS. Foram elaborados seis mapas com as informações de área e quantidade de sistemas no estado de Goiás e suas características. Os SAFs servem como alternativa para a agricultura familiar, em especial, nas regiões Norte e Leste do estado, reconhecidas por concentrarem os maiores índices de pobreza e áreas inclinadas de chapadões. Além disso, existe a necessidade de desenvolver estratégias de desenvolvimento regional que incorporem conceitos de sustentabilidade socioeconômica e ambiental e busquem fomentar sistemas produtivos locais mais eficientes, onde a tecnologia empregada nos SAFs possa ser uma opção acessível. Destaca-se que há uma lacuna de informações nas bases de dados para determinar as principais espécies cultivadas, as rendas auferidas e os mercados consumidores de bens e serviços dos SAF.

Palavras-Chave: Uso e ocupação do solo; Conservação ambiental; Desenvolvimento regional.

Abstract: The use of agroforestry systems (AFS) can minimize the negative effects resulting from the high concentration of land, low vegetation cover and socio-environmental deficiencies prevailing in the state of Goiás. This article aims to present and cartographically describe the AFS in the state of Goiás. To this end, qualitative-quantitative research was carried out using descriptive statistics and Jenk's method of classifying natural breaks in the cartographic process. The work covered the following stages: 1-bibliographical research on platforms such as Capes, Scopus and Web of Science journals; 2-documentary research (2017 Agricultural Census); 3-Data analysis and 4- Design of maps of the areas studied using the QGIS program. Six maps were prepared with information on the area and number of systems in the state of Goiás and their characteristics. AFS serve as an alternative for family farming, especially in the North and East regions of the state, recognized for having the highest rates of poverty and steep plateau areas. Furthermore, there is a need to develop regional development strategies that incorporate concepts of socioeconomic and environmental sustainability and seek to promote more efficient local production systems, where the technology used in agroforestry systems can be an affordable option. Notably, there is a gap in information in the databases to determine the main cultivated species, the income earned, and the consumer markets for AFS goods and services.

Keywords: Land use and occupation; Environmental Conservation; Regional development.

⁴ Artigo submetido ao periódico Boletim Goiano de Geografia.

Resumen: El uso de sistemas agroforestales (SAF) puede minimizar los efectos negativos derivados de la alta concentración de tierras, la baja cobertura vegetal y las deficiencias socio ambientales que prevalecen en el estado de Goiás. Este artículo tiene como objetivo presentar y describir cartográficamente los SAF en el estado de Goiás, para ello se realizó una investigación cuali-cuantitativa utilizando estadística descriptiva y el método de clasificación de rupturas naturales en el proceso cartográfico de Jenk.. El trabajo abarcó las siguientes etapas: 1-Investigación bibliográfica en plataformas como revistas Capes, Scopus y Web of Science.; 2-investigación documental (Censo Agropecuario 2017); 3-Análisis de datos y 4- Diseño de mapas de las áreas estudiadas utilizando el programa QGIS. Se elaboraron seis mapas con información sobre el área y número de sistemas en el estado de Goiás y sus características. Los SAF sirven como una alternativa para la agricultura familiar, especialmente en las regiones Norte y Este del estado, reconocidas por tener los mayores índices de pobreza y zonas de mesetas escarpadas. Además, es necesario desarrollar estrategias de desarrollo regional que incorporen conceptos de sostenibilidad socioeconómica y ambiental y busquen promover sistemas de producción locales más eficientes, donde la tecnología utilizada en los sistemas agroforestales pueda ser una opción asequible. Es de destacar que existe un vacío de información en las bases de datos para determinar las principales especies cultivadas, los ingresos obtenidos y los mercados de consumo de bienes y servicios del SAF.

Palabras llave: Uso y ocupación del suelo; Conservación del medio ambiente; Desarrollo regional.

3.1 INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, a atividade agropecuária destaca-se como a principal atividade econômica do estado de Goiás, contribuindo para seu desenvolvimento econômico. Apesar de toda sua pujança, Ferreira e Sena (2020) destacam que o modelo capitalista de agricultura, associado ao processo de globalização tem acentuado a territorialização das monoculturas, em especial grãos e biocombustíveis para atendimento do mercado externo, com o aumento da oferta de recursos e crédito para grandes produtores, em desfavor aos agricultores familiares⁵.

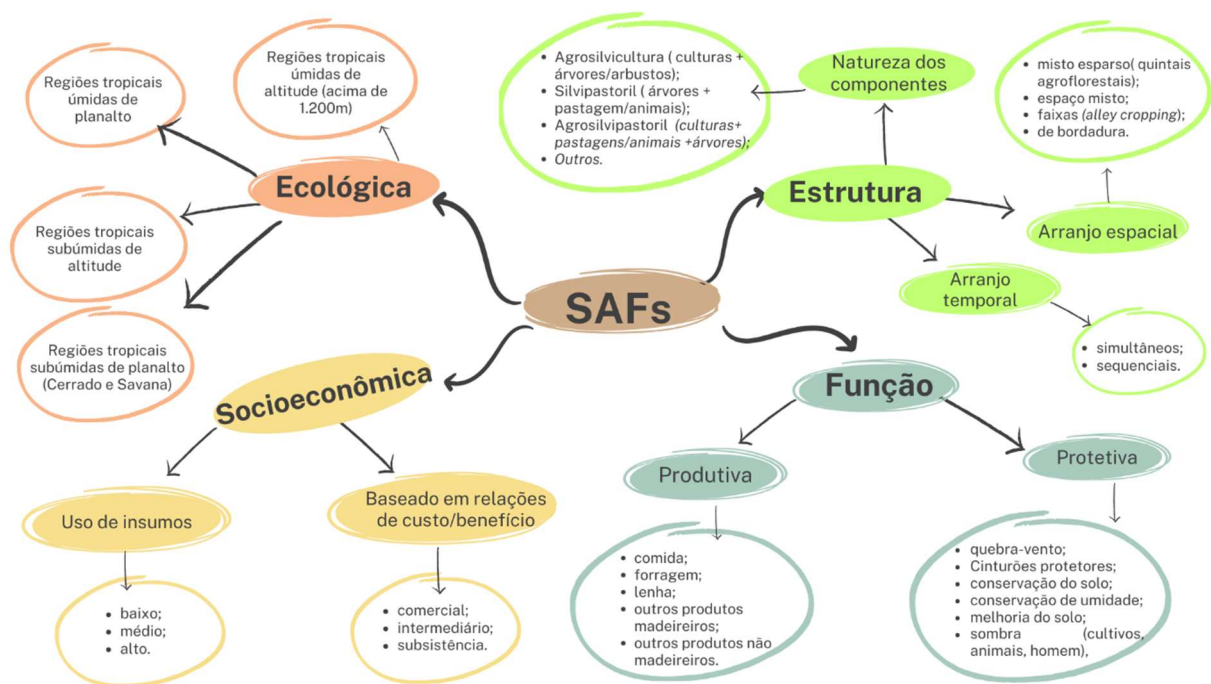
Produtores, técnicos e pesquisadores têm buscado soluções que conciliem o desenvolvimento econômico com estratégias de minimização da pobreza e ampliação da conservação ambiental. Nesse sentido, os sistemas agroflorestais (SAFs) surgem como uma perspectiva de prática produtiva ambientalmente sustentável e economicamente viável, defendida por ambientalistas e redes de organizações não governamentais e de agricultores familiares (PORRO; MICCOLIS, 2011).

⁵ É considerado agricultor familiar aquele que pratica atividade no meio rural, cuja área seja de até quatro módulos fiscais, que utilize majoritariamente a mão-de-obra da própria família no desenvolvimento de suas atividades, bem como tenha um percentual mínimo de renda familiar oriunda da atividade econômica do seu estabelecimento, além de dirigi-lo com sua família (BRASIL, 2006).

Os SAFs são sistemas biodiversos de uso e de ocupação do solo, onde espécies lenhosas perenes são manejadas em consórcio com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas e culturas forrageiras e/ou com animais, sucedendo um após o outro numa mesma área. Esses sistemas, produtores de alimentos, podem variar de acordo com o arranjo espacial e temporal, com diversidade de espécies nativas e interações entre esses componentes (BRITO; FONSECA, 2021; SANTOS, 2017).

Segundo Nair (1993), os SAFs podem ser classificados de acordo com seu foco e estratégia, possibilitando assim sintetizar e analisar as informações dos sistemas (Figura 3).

Figura 3 Esquema de classificação de sistemas agroflorestais



Fonte: NAIR (1993). Adaptado pela autora, 2023.

Os critérios à direita da Figura 3 estrutura e função, dizem respeito a elementos biológicos naturais do componente madeireiro do sistema. Os critérios dispostos do lado esquerdo, socioeconômico e ecológico, relacionam-se com as principais condições locais do sistema. Para além da sua complexidade, a escolha desses critérios não é mutuamente excludente (NAIR, 1993).

Em relação ao estado de Goiás, há pesquisas sobre SAFs que evidenciam aspectos biofísicos de solos (ANDRADE JÚNIOR et al., 2018; COLLIER et al., 2018; SANTOS et al.,

2018; STONE et al., 2015) e relativas aos impactos socioeconômicos em comunidades (LIMA; PAULA; ASSUNÇÃO, 2018; SANTOS et al., 2020).

Com uma área de pouco mais de 34.000.000 hectares (ha), os dados fundiários apontam que Goiás possui 92% da sua área classificada como terras privadas. Áreas de assentamento correspondem a 2%, enquanto as protegidas e as quilombolas, equivalem cada uma, a 1% da área do estado. Quando tais terras privadas são categorizadas por tamanho, as pequenas propriedades representam 10% da área, enquanto as médias propriedades formam 22% e as grandes, o montante de 69% da área (IMAFLORA, 2020).

O mesmo estudo explica que os governos têm focado em políticas agrícolas de produção, em desfavor de políticas agrárias de terras. Como consequência, o crescimento econômico e a desigualdade acabam sendo favorecidos, ao invés da inclusão e da conservação (IMAFLORA, 2020).

No Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR, a tendência é o atendimento majoritário dos grandes produtores, em detrimento aos pequenos, que costumam investir seu próprio capital para produção (BORGES; WANDER, 2018). Tal relação, entre o tamanho do estabelecimento rural e seu índice de capitalização acaba criando um círculo vicioso. Grandes estabelecimentos acessam mais crédito, adquirindo mais máquinas, infraestrutura, tecnologia, resultando em mais produção e aumento de renda (MAURO, 2021).

As políticas de crédito com foco na agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, apresentam montantes de crédito disponíveis bem menores quando comparado àqueles para a agricultura empresarial. Além disso, evidencia-se que tal política de crédito é mais acessada por territórios fora de áreas de destaque das commodities, demonstrando a presença da agricultura familiar em territórios marginais, considerando qualidade da terra e da produção (MAURO, 2021).

Para a agricultura familiar, os SAFs podem oferecer maior segurança e autonomia aos agricultores visto o aumento do acesso a alimentos saudáveis e renda para as famílias. Em muitos casos observados no Brasil, é possível perceber a prática como uma possibilidade de enfrentamento de obstáculos ambientais e imposições legislativas (SANTOS, 2017). Para essas ações, têm-se algumas linhas de crédito que podem ser utilizadas para a implantação de SAFs em Goiás, como a linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO Rural e o PRONAF ABC+Bioeconomia (BRASIL, 2012, 2023a).

Diante da importância dos SAFs, para a agricultura familiar e da carência “de sistemas de produção apropriados à sua capacidade de investimento, ao tamanho de suas propriedades rurais e ao tipo de mão-de-obra empregada” (ARMANDO et al., 2002, p. 1), esse artigo tem o

objetivo de apresentar as características dos SAFs, bem como identificar se há e quais são os aspectos que carecem de análise nos sistemas implementados no estado de Goiás.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa é uma pesquisa descritiva, de natureza quali-quantitativa (GIL, 2008). A coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica sobre o modelo agrário do estado de Goiás, o uso da terra e o conceito de SAF, nas bases: Portal de Periódicos da Capes, *Science*, Scopus e *Web of Science*, com os termos "sistema agroflorestal" e "Goiás".

Realizou-se, também pesquisa documental com os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2017, a partir de um recorte das áreas designadas como SAFs, em Goiás (IBGE, 2019) particularmente no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A escolha de tabelas que considerassem a variável "utilização de terras" permitiu a localização, a identificação da quantidade e a área dos estabelecimentos agropecuários com SAFs em território goiano.

A partir daí, foi realizado um filtro na variável "utilização de terras", considerando como única opção "Sistemas agroflorestais – área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais". Os SAFs possuem diversos tipos de classificação, considerando desde a composição das espécies até a intensidade de manejo (MICCOLIS et al., 2016). No entanto, a definição de SAF utilizada pelo IBGE como sendo, "área cultivada com espécies florestais e usada para lavouras e pastoreio por animais", mostra-se bem abrangente, não tipificando os sistemas quanto aos modelos ou composições de espécies (IBGE, 2019).

A análise de dados foi realizada por meio de estatística descritiva e pela elaboração de mapas que apresentam a espacialização e a dimensão dos SAFs em Goiás. Tais dados, disponibilizados inicialmente em planilhas no formato ".xlsx", foram tabulados, reorganizados e convertidos para o formato ".csv", a fim de facilitar sua utilização junto ao software QGIS, de criação de mapas. Além disso, foram utilizados arquivos no formato ".shp" com os dados geoespaciais vetorizados, usados pelo QGIS, referentes aos municípios, microrregiões e mesorregiões do Estado de Goiás.

Na sequência, foi utilizada a função "*union*" do QGIS para integrar os dados sobre SAF aos dados geoespaciais e construir mapas, considerando as variáveis "número de estabelecimentos com SAF" e "área ocupada com SAF", para as escalas de mesorregião, microrregião e de município.

Goiás está dividido, segundo a resolução federal nº51 de 31 de julho de 1989, em 5 mesorregiões assim definidas: Centro, Leste, Noroeste, Norte e Sul Goiano. Quanto as microrregiões, que compõem as mesorregiões, estas são divididas em 18 áreas: São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Veadeiros, Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Goiânia, Vão do Paranã, Entorno de Brasília, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis (IMB, 2014).

Para o agrupamento dos dados, foi definida a quebra natural (Jenks) que permite o ajuste dos limites entre as classes, com base na distribuição dos dados, reconhecendo pontos de ruptura entre elas, a fim de minimizar a soma das variâncias de cada classe (SALLUN; SUGUIO; SALLUN FILHO, 2007). O conjunto de dados foi distribuído em 5 classes, a partir do menor valor para o maior: Classe 1= muito baixo; Classe 2= baixo; Classe 3= médio; Classe 4= alto; Classe 5= muito alto. Isto posto, uma região classificada na Classe 1, por exemplo, apresenta uma presença reduzida de SAFs ou ainda de áreas dedicadas à prática, e assim sucessivamente. Considerando que a classificação tem cinco categorias, correspondentes ao número de mesorregiões no estado, decidiu-se apresentar os dados em valores absolutos apenas nessas situações excepcionais.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca pelos termos “sistema agroflorestal e Goiás”, nas bases de Periódicos Capes, Science, Scopus e Web of Science retornou um total de 17 publicações. A partir da leitura do resumo das publicações, foram excluídas aquelas que não abordavam SAFs em Goiás, resultando, assim, em sete estudos que apresentam conexão com o tema desta pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 Artigos da revisão sistemática sobre SAFs em Goiás

Base de pesquisa	Estudo	Objetivos	Resultados
Scopus	Stone et al. (2015). Qualidade física de um Latossolo Vermelho ácrico sob sistemas silviagrícolas	Determinar o impacto de sistemas silviagrícolas na qualidade física de um Latossolo Vermelho ácrico	Após três anos de implantação dos sistemas silviagrícolas o solo apresentou, nas linhas, melhor qualidade física que entre as linhas de árvores. De maneira geral, as combinações de culturas de cobertura e cultura principal que

			envolveram poáceas resultaram em pior qualidade física do solo.
Periódicos Capes	Vieira, Ferreira e Ferreira, (2015). Modelagem dinâmica da paisagem aplicada na análise de uso do solo na bacia hidrográfica do rio Vermelho, Goiás, Brasil	Avaliar as interrelações de variáveis estáticas e dinâmicas atuantes na Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho (BHRV), Estado de Goiás, tais como a fertilidade dos solos, proximidade de áreas convertidas, malha viária e declividade, ressaltando o peso destas no processo de ocupação desta singular bacia, em dois momentos históricos, 1976 e 1987	Identificou-se o potencial da BHRV para ampliar a capacidade de suporte bovino (pecuária) em áreas com uso integrado entre remanescentes e pecuária (sistemas agroflorestais), comparativamente às lotações de 0,7 a 0,9 cabeças/hectare/ano que predominam nas áreas com pastagem convencional.
Periódicos Capes, Scopus	Oliveira et al., (2017). Aspectos Socioambientais da comercialização de pequi em Goiás	Avaliar a importância do pequi e ameaças relacionadas ao extrativismo, a partir da comercialização de pequi na Central de Abastecimento de Goiás S/A.	Para suprir a demanda crescente de pequi, sugere-se, além do extrativismo responsável, o plantio da espécie no Cerrado, em pomares ou SAFs.
Periódicos Capes	Andrade Júnior et al. (2018). Fixação de carbono em sistemas agroecológicos na região do Vale do São Patrício, Goiás	Quantificar a massa verde de cobertura, massa seca de serrapilheira e o carbono do solo em cinco sistemas agroecológicos, Sistema Agrosilvopastoril, Sistema Agroflorestal, Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, Isolamento de Nascente e Isolamento de Mata Ciliar.	Nos valores de fixação de carbono em biomassa verde fresca superficial sem considerar a idade de implantação dos sistemas, o tratamento SASP foi superior aos tratamentos SAF, PAIS, isolamento de nascente e mata ciliar
Periódicos Capes, Scopus, Web of Science	Collier et al. (2018). Soil chemical attributes and corn productivity grown on legume stubble in agroforestry systems	Avaliar a taxa de decomposição e o acúmulo de nutrientes em leguminosas, além dos atributos químicos do solo, crescimento de barueiros e produtividade de milho cultivados em rotação no sistema agroflorestal	A taxa de decomposição dos resíduos de leguminosas e vegetação espontânea não é afetada no SAF. A crotalária, o feijão de porco e o estilosantes apresentam-se como opções vantajosas para o acúmulo total de nutrientes. Porém, o cultivo de crotalária com manejo de palhada visando rotação para próxima safra aumenta os teores de fósforo disponíveis no solo e a produtividade de espigas de milho verde, além de não afetar o crescimento das árvores.
Periódicos Capes	Lima, Paula e Assunção (2018). Impactos socioambientais da utilização de sistemas agroflorestais: o caso da Fazenda Olho do Céu, Chapadão do Céu (GO)	Compreender a influência dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) na Fazenda Olho do Céu, município de Chapadão do Céu (GO) com métodos e técnicas da pesquisa qualitativa.	O plantio de SAF com técnicas de agricultura sintrópica aumenta a cobertura e matéria orgânica do solo, beneficia a retenção de água, abriga muitas espécies faunísticas e florísticas, representa uma fonte de dispersão de sementes e de polinizadores, serve como barreira física contra os agrotóxicos e fornece uma produção diversa, orgânica e abundante. Há um gargalo na comercialização dos produtos, com algumas perspectivas de

			solução sendo estudadas ou em vias de implantação.
Periódicos Capes	Santos et al. (2018). Comportamento da comunidade microbiana no sistema silviagrícola na região do Cerrado	Apresentar variáveis microbiológicas como indicadoras de qualidade no SAF.	O SAF apresenta indícios de inibição do crescimento da comunidade microbiana comparado com outros sistemas, possivelmente pela presença de compostos presentes no material orgânico gerado pelo eucalipto. A biomassa microbiana mostrou-se mais eficiente na incorporação do C-CO ₂ em relação às demais áreas.

Os estudos de Andrade Jr. et al. (2018), Santos et al. (2018), Collier et al. (2018) e Stone et al. (2015), confirmam o que Silva (2013) apresenta como vantagem da prática agroflorestal, que a interação entre as espécies oferece maior aporte de biomassa e ciclagem de nutrientes e mantém a capacidade produtiva do solo.

As vantagens e o gargalo apresentados por Lima, Paula e Assunção (2018) são também percebidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR, 2017). O estudo ainda esclarece que dada a variedade de espécies e menor escala de produção, os SAFs demandam maior atenção quanto a estratégia de comercialização adotada, a fim de diminuir riscos para a comercialização dos produtos.

Corroborando o resultado apresentado nos estudos de Vieira, Ferreira e Ferreira (2015) e Oliveira et al. (2017) mesmo ligadas ao contexto da agricultura familiar, as técnicas utilizadas para a implantação de agroflorestas também podem ser adotadas por agricultores de médio e grande porte que buscam recuperar suas áreas de reserva legal e/ou outras áreas alteradas, fora de áreas de preservação permanente. Os critérios e orientações dos SAFs podem ser aplicados por todos os agricultores que queiram conciliar produção e outros benefícios sociais com a manutenção dos recursos naturais, à luz de pressupostos legais, bem como àqueles que buscam rendimentos econômicos (MICCOLIS et al., 2016).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o Brasil possui aproximadamente 4.996.287 estabelecimentos agropecuários. Desse conjunto, 490.647 adotam práticas de SAFs, representando aproximadamente uma área de 13.863.254 ha (IBGE, 2019). De acordo com Silva (2013), o desenvolvimento dos SAFs no Brasil não é homogêneo, há diferenças regionais relacionadas à escala de adoção, composição, modalidades e padrão de tecnificação adotados.

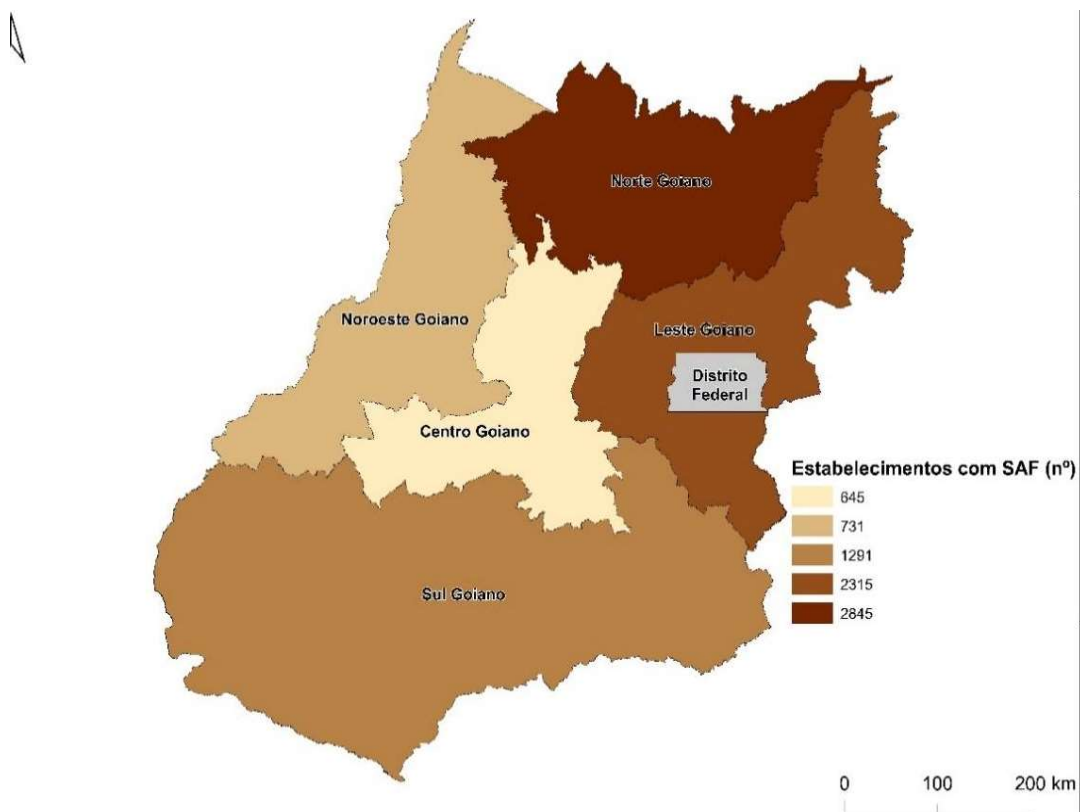
O estado de Goiás possui 7.827 estabelecimentos com SAFs, que ocupam 453 mil hectares, o que corresponde, respectivamente, a 5% do total de estabelecimentos (151.906) e 2% da área total do estado (26.275.245 ha). Em relação à participação feminina, observa-se que

somente 16% dos produtores são mulheres e que, dos 246 municípios goianos, 43% (106) não contam com participação feminina nos SAFs. Tais números consideram estabelecimentos classificados tanto como agricultura familiar quanto como agricultura não familiar (IBGE, 2019b).

3.3.1 Mesorregiões

Em relação à quantidade de SAFs presentes nas mesorregiões do estado, o Norte Goiano, com 2.845 estabelecimentos, é a que apresenta o maior número de estabelecimentos, seguida da Leste Goiano, com 2.315 estabelecimentos. Na sequência, em escala decrescente, tem-se a mesorregião Sul Goiano, com 1.291 estabelecimentos; a Noroeste Goiano, com 731 estabelecimentos e a Centro Goiano, com 645 estabelecimentos com SAFs (Figura 4).

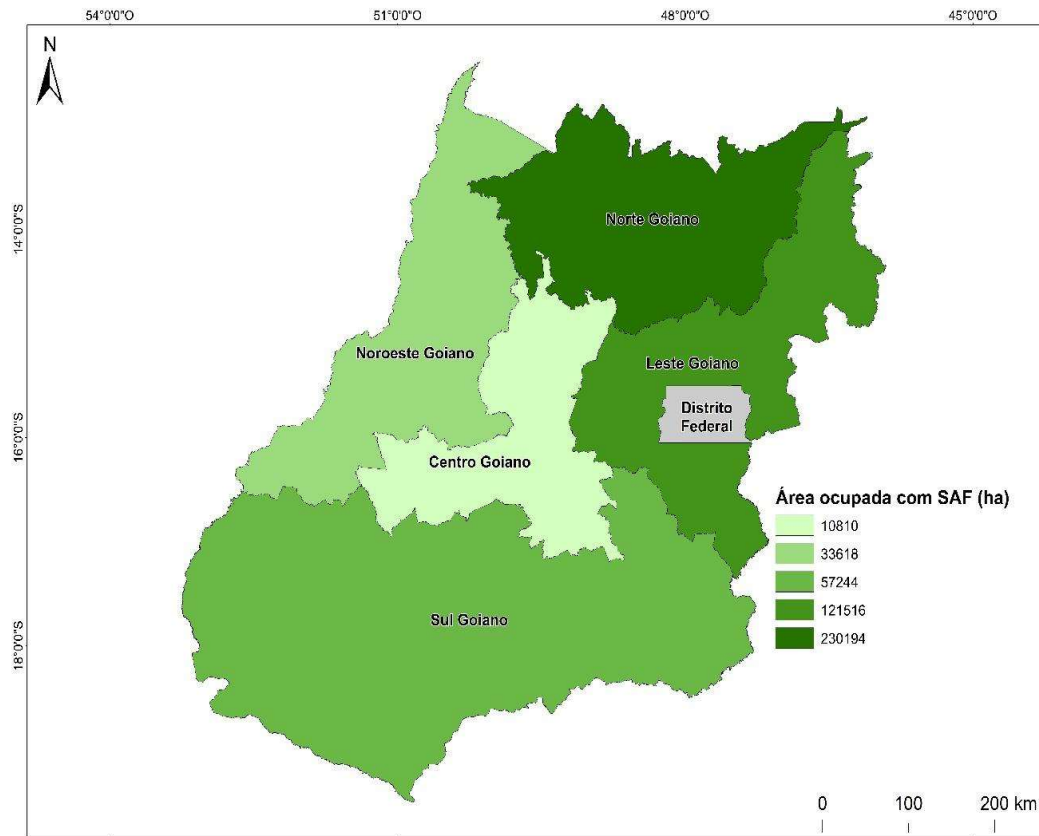
Figura 4 Mesorregiões do Estado de Goiás em relação à Quantidade de Estabelecimentos com Sistemas Agroflorestais



Fonte: (IBGE, 2019a) Elaborado em colaboração com João Vítor Silva Costa, 2023

A partir das áreas ocupadas por SAFs, é possível observar que a distribuição dos sistemas exibe poucas alterações, quando comparada com a distribuição de estabelecimentos, em área (ha) (Figura 5).

Figura 5 Mesorregiões do Estado de Goiás – Área Ocupada (ha) com Sistemas Agroflorestais



Fonte: (IBGE, 2019a). Elaborado em colaboração com João Vítor Silva Costa, 2023

Na classe 1, exibindo a menor área com SAF do estado, encontra-se a mesorregião Centro Goiano, com 10.810 ha. Essa região distingue-se por apresentar pequenas propriedades agrícolas e baixa cobertura vegetal nativa, além de se destacar em atividades como prestação de serviços, polos agroindustriais e farmacêuticos. Além disso, 22% de sua área é composta pela agricultura familiar (ALVES, 2022; IBGE, 2019b; OLIVEIRA, 2014).

A Noroeste Goiano, que se encontra na classe 2, conta 33.618 ha com uso de SAFs. Essa é uma mesorregião que tem apresentado um avanço da fronteira agrícola para a formação de pastagem (FERREIRA et al., 2009). Três municípios dessa mesorregião encontram-se entre os 10 municípios com maiores índices de impacto no uso do solo com agropecuária, além de apresentar baixos níveis de investimento (VILLELA, 2016). É também a região que concentra o maior número de projetos de assentamentos de reforma agrária de Goiás (INCRA, 2017).

Na mesorregião Sul Goiano, cuja economia está baseada na agropecuária, constata-se a presença de 57.244 ha com SAFs. A região Sul do estado de Goiás já se destacava, desde os tempos da implantação da estrada de ferro e da construção de rodovias, por apresentar terras férteis, áreas de planícies favoráveis à agricultura. Com grandes propriedades destinadas ao plantio de monoculturas e com a presença de polos industriais, desde os tempos remotos, a região é modelo de agronegócio para o estado (ANACLETO, 2014).

Dos 10 municípios com maior participação na agropecuária do estado, 09 situam-se na mesorregião Sul Goiano. São eles os que se destacam na produção de soja, cereais e cana de açúcar, além da criação de suínos, bovinos e aves (ALVES, 2022). Ademais, concentra uma área de aproximadamente 147.947,95 ha destinados a projetos de assentamentos de reforma agrária. Com intenso uso de solo, a região convive com um dos maiores déficits de cobertura vegetal nativa de Goiás (FERREIRA et al., 2009).

Na classe 4, encontra-se a mesorregião Leste Goiano, com 121.516 ha ocupados com SAFs. Uma característica comum dessa região é que ela, juntamente com a Norte, reúne os municípios com maiores dimensões remanescentes de Cerrado, conjugadas atividades de pecuária extensiva e de extrativismo (FERREIRA et al., 2009).

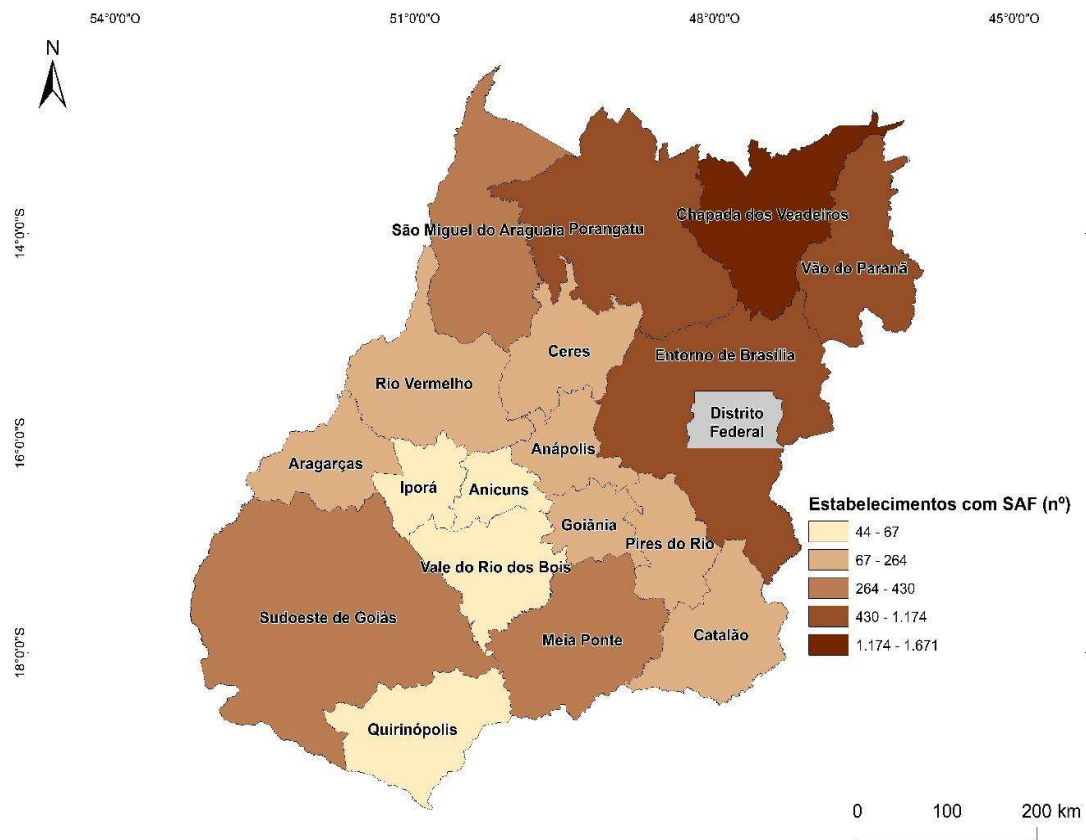
A mesorregião Norte Goiano concentra a maior área de SAFs, com 230.194 ha de agrofloresta. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA 2017), essa área se caracteriza também por ser a segunda maior do estado, tanto em projetos de assentamento quanto de famílias assentadas.

Em geral, observa-se que as mesorregiões Norte e Leste de Goiás são as que apresentam maior concentração de pessoas pobres em áreas com as maiores proporções de remanescentes de Cerrado. Por outro lado, essa intensidade de pobreza diminui significativamente em direção às mesorregiões Centro e Sul, onde encontram-se áreas com menor cobertura vegetal nativa e, não por coincidência, mais da metade do PIB do estado (FERREIRA et al., 2009). Possíveis correlações entre esses resultados necessitam de estudos complementares.

3.3.2 Microrregião

Na distribuição de estabelecimentos com SAFs, por microrregiões do estado, observa-se que Anicuns, com 44 SAFs e Chapada dos Veadeiros, com 1.671, são as microrregiões, respectivamente, com o menor e o maior número de estabelecimentos com sistemas agroflorestais, como representado na Figura 6 (IBGE, 2019a).

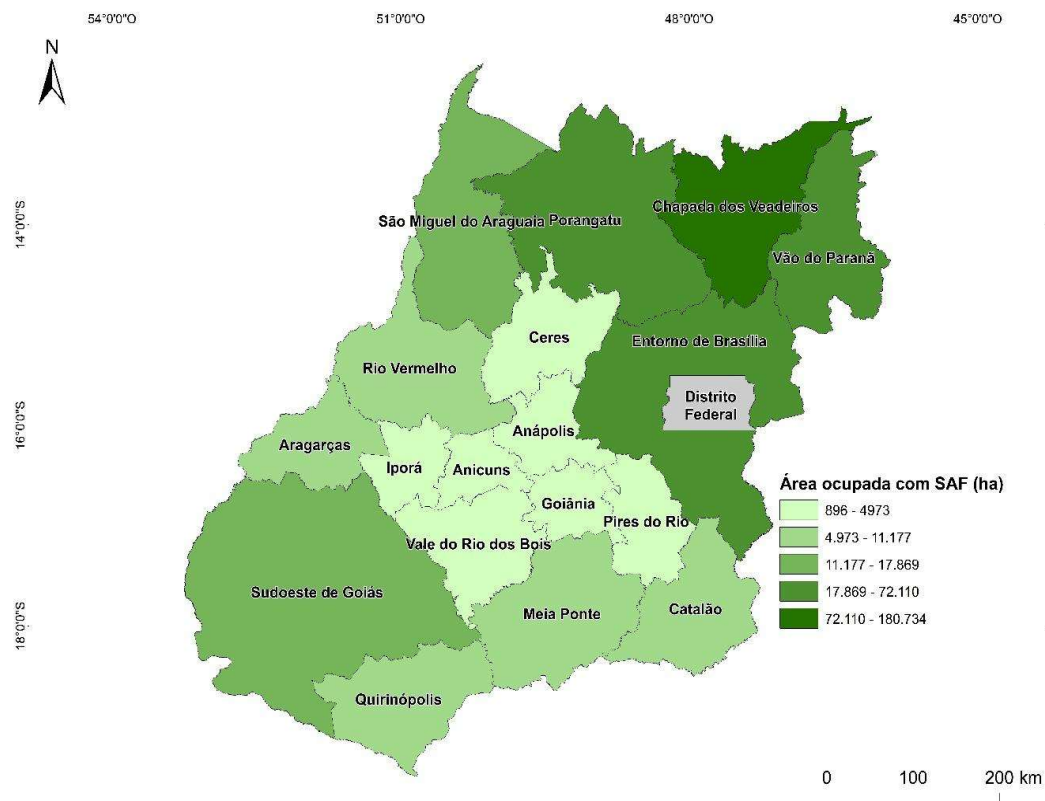
Figura 6 Microrregiões do Estado de Goiás - Quantidade de Estabelecimentos com Sistemas Agroflorestais



Fonte: (IBGE, 2019a). Elaborado em colaboração com João Vítor Silva Costa, 2023

A análise das microrregiões ocupadas por SAFs, em termos de área ocupada, aponta para o mesmo padrão apresentado nas mesorregiões. Todas as 5 microrregiões, Anápolis, Ceres, Goiânia, Iporá e Anicuns, representadas na classe 1 compõem a mesorregião Centro, sendo a menor delas a microrregião de Anicuns com 896 ha. Nessa classe ainda estão as microrregiões de Pires do Rio e Vale do Rio dos Bois, ambas da mesorregião Sul (Figura 7).

Figura 7 Microrregiões do Estado de Goiás – Área Ocupada (ha) com Sistemas Agroflorestais



Fonte: (IBGE, 2019a). Elaborado em colaboração com João Vítor Silva Costa, 2023

A microrregião Chapada dos Veadeiros possui o maior número de estabelecimentos com SAFs, e a maior área dedicada a essa modalidade de cultivo, detendo 180.734 ha. Esses dados corroboram a concentração de áreas e estabelecimentos com SAFs na mesorregião Norte do estado.

De acordo com as Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO, 2021), as microrregiões de Goiânia, Anápolis e Ceres, ofertaram juntas, mais de 76% dos produtos comercializados em suas dependências. Observadas conjuntamente, essas microrregiões apresentam área total destinada a SAFs menor que 8.500 ha e pouco mais de 500 estabelecimentos. Uma possível explicação reside no fato de Goiás possuir um setor agrícola altamente mecanizado, em grande parte voltado para a produção de grãos, com uma crescente produção de hortifrutis nas proximidades das metrópoles, para atender os centros urbanos e áreas conurbanas (FERREIRA; SENA, 2020).

Por outro lado, a microrregião Chapada dos Veadeiros também está entre as microrregiões goianas que ofertam mais produtos junto à CEASA, movimentando sozinha, 2,47% da oferta do estado, correspondendo a produtos categorizados como “Hortaliças Frutos”

e “Frutas Nacionais”. Em Goiás, 40% da área destinada a SAFs estão localizadas nessa região (CEASA-GO, 2021).

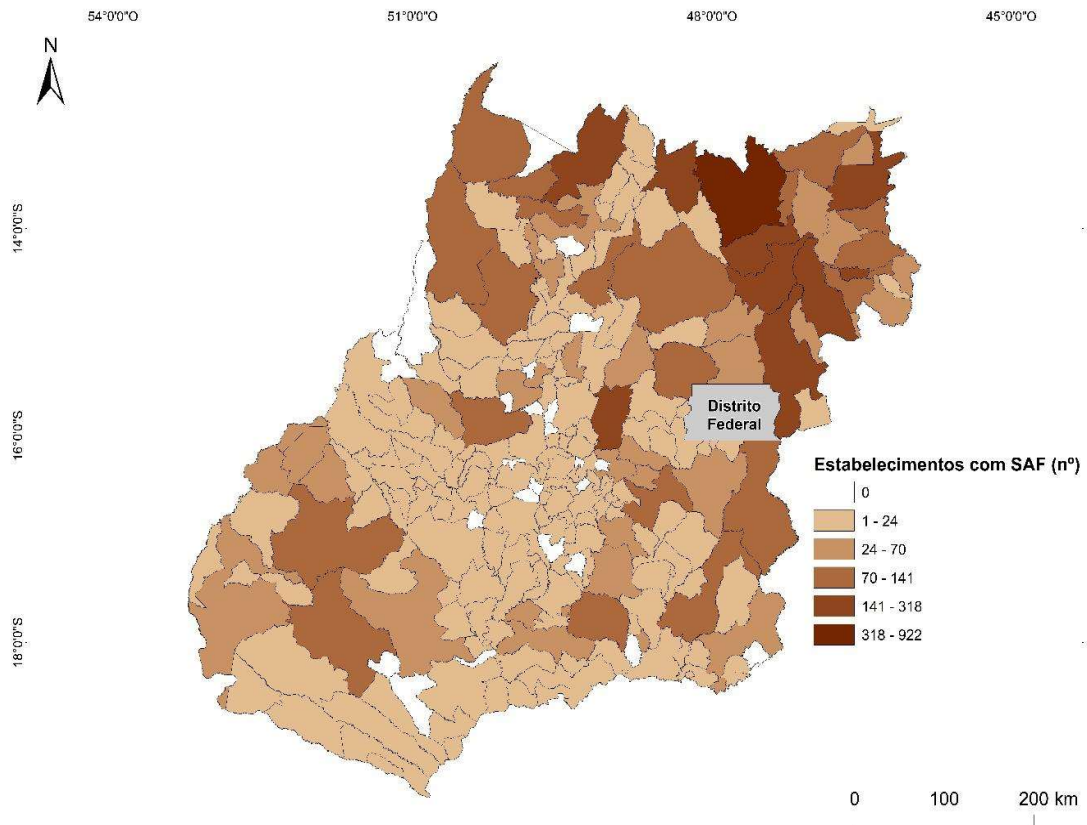
Tais análises carecem de maior aprofundamento, a fim de averiguar se há ou não alguma relação entre a oferta de produtos à CEASA e a produção de alimentos advindos de atividades agroflorestais. Variáveis como proximidade com grandes aglomerados urbanos, área destinada a agrofloresta, logística de escoamento de produtos, podem afetar tal relação.

Observa-se diversos obstáculos que limitam os SAFs como alternativa para o desenvolvimento rural, em especial, quando se trata do agricultor familiar. Fatores como falta de conhecimento, ausência de um marco legal, bem como políticas públicas específicas estão entre aqueles que podem inibir a adoção da prática agroflorestal (SILVA, 2013).

3.3.3 Municípios

Dos 246 municípios goianos, apenas 24 (10%) não possuem nenhum SAF, enquanto 75% dos municípios apresentaram até 185 estabelecimentos com plantio de agrofloresta. Entre os que apresentaram maiores quantidades de SAFs, destaca-se Cavalcante, município localizado no norte do estado, com 922 unidades produtoras (Figura 8).

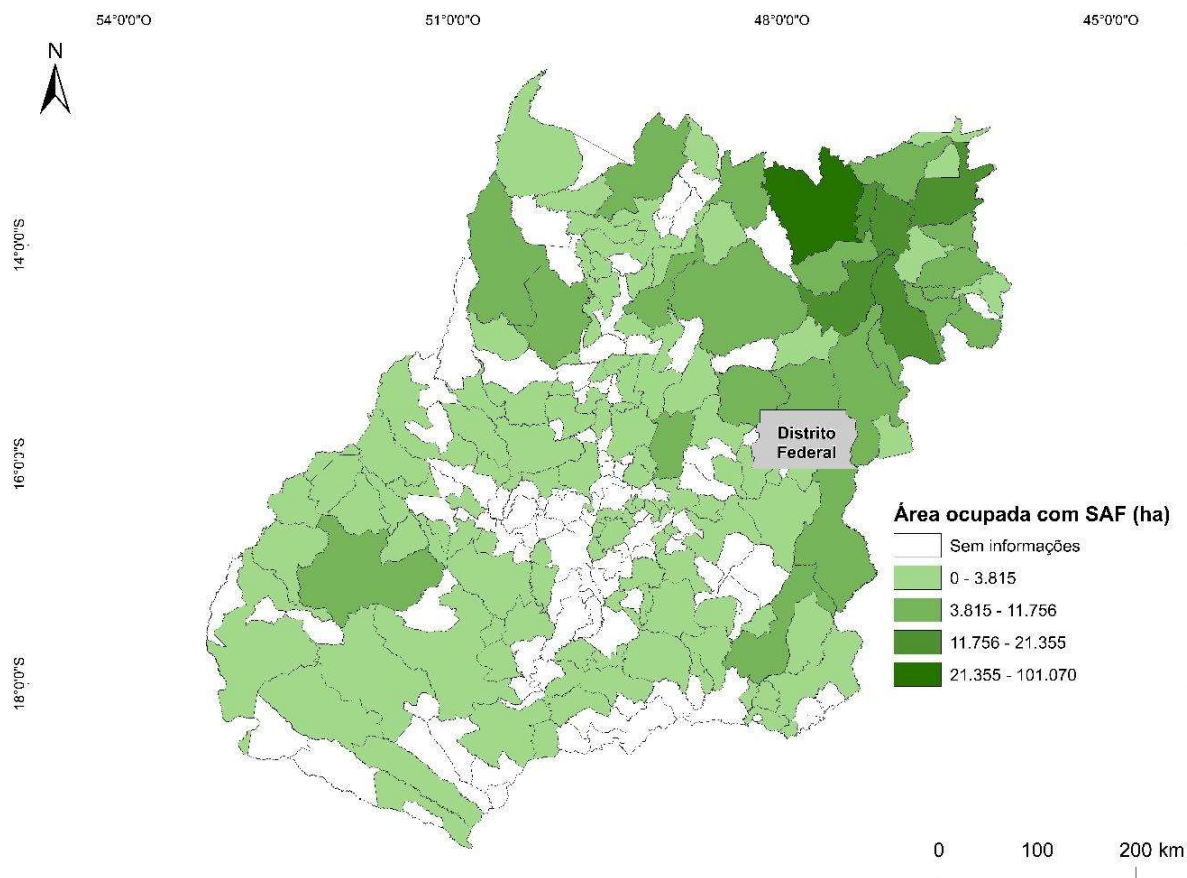
Figura 8 Municípios Goianos – Quantidade de Estabelecimentos com Sistemas Agroflorestais



Fonte: (IBGE, 2019a). Elaborado em colaboração com João Vítor Silva Costa, 2023

Alguns municípios tiveram seus dados de área com SAF omitidos a fim de evitar a individualização das informações, seguindo os critérios do IBGE (2019a). Esse grupo, composto por 82 municípios, representa 33% dos municípios goianos. 25% dos municípios apresentaram até 185 ha de SAFs. Com uma área de 101.070 ha, a maior identificada no estado, está, mais uma vez, o município de Cavalcante (Figura 9).

Figura 9 Municípios Goianos – Área Ocupada (ha) com Sistemas Agroflorestais



Fonte: (IBGE, 2019a). Elaborado em colaboração com João Vítor Silva Costa, 2023

Os quadros 2 e 3 sintetizam as informações dos municípios e a mesorregião e a microrregião a que pertencem para indicar as maiores quantidades de SAFs, bem como as maiores áreas dedicadas ao sistema.

Quadro 2 Os 10 Municípios do Estado de Goiás classificados quanto ao número de estabelecimentos com SAFs

Posição	Município	Mesorregião	Microrregião	Número de estabelecimentos com SAFs	Área ocupada por SAFs (ha)	Média da área dos SAFs (ha)
1º	Cavalcante	Norte	Chapada dos Veadeiros	922	101.070	109,62
2º	Porangatu	Norte	Porangatu	318	11.031	34,69
3º	São João d'Aliança	Norte	Chapada dos Veadeiros	288	18.391	63,86
4º	Formosa	Leste	Entorno do Distrito Federal	281	10.769	38,32

5º	Pirenópolis	Leste	Entorno do Distrito Federal	256	4.096	16,00
6º	Flores de Goiás	Leste	Vão do Paranã	204	14.028	68,76
7º	Alto Paraíso	Norte	Chapada dos Veadeiros	202	9.911	49,06
8º	São Domingos	Leste	Vão do Paranã	200	17.613	88,07
9º	Simolândia	Leste	Vão do Paranã	192	5.790	30,15
10º	Minaçu	Norte	Porangatu	191	8.918	46,69

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2019a). Elaborado pela autora.

Constata-se a prevalência das mesorregiões Norte e Leste, bem como de suas microrregiões Chapada dos Veadeiros e Porangatu; e, Entorno do Distrito Federal e Vão do Paranã, respectivamente, entre os municípios com mais estabelecimentos com SAFs.

Quadro 3 Municípios do Estado de Goiás classificados quanto a área de cultivo de SAFs

Posição	Município	Mesorregião	Microrregião	Área ocupada por SAFs (ha)	Número de estabelecimentos com SAFs	Média da área dos SAFs (ha)
1º	Cavalcante	Norte	Chapada dos Veadeiros	101.070	922	109,62
2º	Nova Roma	Norte	Chapada dos Veadeiros	21.355	54	395,46
3º	São João d'Aliança	Norte	Chapada dos Veadeiros	18.391	288	63,86
4º	São Domingos	Leste	Vão do Paranã	17.613	200	88,06
5º	Teresina de Goiás	Norte	Chapada dos Veadeiros	16.869	83	203,24
6º	Flores de Goiás	Leste	Vão do Paranã	14.028	204	68,76
7º	Monte Alegre de Goiás	Norte	Chapada dos Veadeiros	11.756	96	122,46
8º	Porangatu	Norte	Porangatu	11.031	318	34,69
9º	Formosa	Leste	Entorno do Distrito Federal	10.769	281	38,32
10º	Alto Paraíso	Norte	Chapada dos Veadeiros	9.911	202	49,06

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2019a). Elaborado pela autora.

Com base nos Quadros 2 e 3, os municípios de Cavalcante, São João d'Aliança, São Domingos, Flores de Goiás, Porangatu, Alto Paraíso e Formosa são os que concentram tanto a maior quantidade de estabelecimentos com SAFs quanto as maiores áreas com essa atividade.

Chama atenção a quantidade de unidades produtivas e a área de cultivo de SAFs no município de Cavalcante, que abriga grande parte do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e possui mais da metade da sua população de origem quilombola, os Kalungas. A Microrregião Chapada dos Veadeiros, onde localiza-se Cavalcante e que tem observado, ainda que lento, o avanço de atividades agropecuárias intensivas sobre a região, tem suas atividades majoritariamente baseadas na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva, de baixo ou médio nível tecnológico (OLIVEIRA; FARIA, 2019).

A comunidade Kalunga possui certa heterogeneidade no cultivo e manejo de suas terras, com a prática de quintais agroflorestais (FERNANDES; ELOY, 2020). Esses quintais são definidos como um conjunto de plantas, que podem incluir árvores, arbustos, espécies anuais, perenes e herbáceas, cultivados ao redor da propriedade. Seu principal foco é a produção de alimentos para consumo próprio.

Em resposta concedida à pesquisadora durante o estudo, o diretor de Agricultura Familiar e Abastecimento de Cavalcante afirma que não há um relatório ou informe consolidado sobre o uso da terra e a produção de alimentos na região, tão pouco de classificação dos SAFs. Assim, tais dados podem referir-se ao cultivo de hortas, com diversas espécies frutíferas, plantas medicinais e/ou animais, ao redor da propriedade, caracterizando os quintais agroflorestais.

Legitimando o secretário, Fernandes e Eloy (2020) afirmam que:

localizados ao redor das casas, podem se estender até as roças de toco. Abrigam animais e cultivos consumidos no dia a dia e são os espaços cultivados mais frequentados pelas famílias, refletindo a rica agrobiodiversidade da comunidade. (...). Além de exercerem a função de reservatório de agrobiodiversidade, os quintais também são espaços de experimentação de novas variedades, que podem ser depois multiplicadas para as roças, como acontece com o abacaxi, a mandioca e a cana (FERNANDES; ELOY, 2020, p301).

Em vista do aumento da especialização produtiva por parte da agricultura familiar, evidencia-se a importância dos quintais para a diversificação produtiva, que coopera para a subsistência e fortalecimento da soberania na escolha das espécies e maior autonomia dos agricultores em relação aos mercados locais (VIEIRA, 2009).

3.4 CONCLUSÃO

Ainda que a prática agroflorestal não seja nova, é possível reconhecer as possibilidades de uso desta tecnologia como apoio ao desenvolvimento regional, tanto nas esferas socioeconômica quanto na ambiental. O tema que conta com diversos estudos e pesquisas, principalmente no âmbito técnico, apresenta certa limitação quanto a uma maior caracterização de seu uso. O próprio Censo Agropecuário de 2017 ainda possui lacunas de informações como por exemplo, os tipos de SAFs identificados, as principais espécies cultivadas, as rendas auferidas e os mercados consumidores de bens e serviços obtidos com a prática, os quais podem dificultar o entendimento sobre avanços e limitações da atividade.

Em Goiás a prática agroflorestal está presente em todas as microrregiões, e há algumas políticas de incentivo para investimento, mesmo assim os SAFs ainda são tímidos e estão concentrados em determinadas áreas. Tal fato é corroborado pela grande diferença entre a quantidade de municípios que, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, não possuem nenhum estabelecimento e os dez que mais apresentaram estabelecimentos com SAFs.

Não obstante às limitações quanto a afirmar possíveis causas e correlações entre o cultivo de SAFs, o uso da terra e o desenvolvimento regional no estado de Goiás, o presente estudo possibilitou evidenciar a distribuição espacial do cultivo de SAFs nas mesorregiões e microrregiões e nos municípios goianos, revelando perfis, identificando heterogeneidades e homogeneidades regionais.

A perspectiva dos SAFs permite seu uso para recuperar áreas degradadas, mitigar desmatamentos, adotar práticas agroecológicas, ampliar as florestas plantadas, adequação de áreas de preservação permanente e reservas legais, bem como fomentar a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população goiana.

Em um estado produtor de grãos, como Goiás, os SAFs estabelecem-se como alternativa para a agricultura familiar, em especial, nas regiões Norte e Leste do estado, reconhecidas por concentrarem os maiores índices de pobreza e áreas inclinadas de chapadões (FERREIRA et al., 2009) e, conseqüentemente, desfavoráveis à mecanização, sendo evidenciadas como aquelas de menor interesse para cultivo de *commodities*.

Salienta-se, assim, a necessidade de desenvolver estratégias de desenvolvimento regional que incorporem conceitos de sustentabilidade socioeconômica e ambiental e busquem fomentar sistemas produtivos locais mais eficientes, onde a tecnologia empregada nos sistemas agroflorestais possa ser uma opção acessível. Além disso, estudos que avancem na

caracterização dos SAFs em Goiás podem contribuir à formulação de mais políticas públicas para o setor.

O presente trabalho foi realizado com apoio de bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), processo 202110267000569, com vigência entre julho de 2021 e agosto de 2023. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Goiás (CAAE: 65225622.2.0000.5083)

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. V.; LAURA, V. A.; ALMEIDA, R. G. DE. **Sistemas agroflorestais: a agropecuária sustentável**. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2015.
- ARAÚJO, A. C. P.; SILVA, J. G. A.; SILVA, J. P.; SILVA, R. S.; MENDONÇA, R. S. Horta mandala: tecnologia social para incentivo à autonomia econômica de mulheres do campo em Caruaru-PE. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021.
- ARCO-VERDE, M. F. **Sustentabilidade biofísica e socioeconômica de sistemas florestais na Amazônia brasileira**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
- BRASIL. 14.119. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. 13 jan. 2021.
- BRASIL, P. DA R. DECRETO Nº 11.476, DE 6 DE ABRIL DE 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. 21 jan. 2023.
- CMMAD, C. M. S. O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-FGV, 1991.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO- CONAB. **Boletim da Agricultura Familiar**. Brasília: Companhia Nacional de Alimentos, 2021. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>.
- da CRUZ, E. C. V., de CASTRO ROCHA, O., QUADROS, J. S., de CASTRO ROCHA, A., & de SOUZA COSTA. **ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO ATRAVÉS DA MATRIZ SWOT EM SISTEMA AGROFLORESTAL DE UMA PROPRIEDADE RURAL DE TOMÉ-AÇU/PA ANÁLISIS DE ENTORNOS INTERNOS Y EXTERNOS A TRAVÉS DE SWOT MATRIZ EN EL SISTEMA AGROFORESTAL DE UNA PROPIEDAD RURAL**. Pôster apresentado em IV Congresso Internacional das Ciências Agrárias COINTER- PDVAgro 2019. Teresina, 2019.
- DIAZ PEREZ, A. M.; SILVA NIÑO, A. C. Modelo de Empoderamiento Socioeconómico con enfoque de Género. **Reflexión Política**, v. 21, n. 42, p. 163–175, 12 set. 2019.
- EWERT, M. **Análise financeira como fator de importância para tomada de decisão em sistemas agroflorestais agroecológicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.
- EWERT, M.; ARCO-VERDE, M. F.; PALMA, V. H.; KAZAMA, D. C. da S. Financial evaluation and productive performance of agroforestry agroecology systems. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e36710515163, 9 maio 2021.
- FRANCO, F. S.; OLIVEIRA, J. E.; ÁLVARES, S. M. R. Construção participativa do conhecimento agroflorestal e monitoramento de indicadores de sustentabilidade em

assentamentos rurais na região de Iperó, SP. Em: **Sistemas Agroflorestais: experiências e reflexões**. 1ª ed. Brasília, DF: Embrapa, 2017. p. 216.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRAS DE CANUDOS. Plantas dos Nossos Quintais. **Caderno Temático. Centro Vocacional Tecnológico Apinajé**, p. 1–43, 2019.

HORA, K. E. R.; MAURO, R. A.; CALAÇA, M. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista Nera**, v. 22, n. 49, p. 140–167, 2019.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017. Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

KIPTOT, E.; FRANZEL, S. Gender and agroforestry in Africa: a review of women's participation. **Agroforestry Systems**, v. 84, n. 1, p. 35–58, 21 jan. 2012.

LIMA, J. R. S.; PAULA, M. C. DE; ASSUNÇÃO, H. F. DA. Impactos socioambientais da utilização de Sistemas Agroflorestais: o caso da Fazenda Olho do Céu, Chapadão do Céu (GO). **Geoambiente on-line**, n. 31, p. 119–136, 2018.

LUNDGREN, B. O.; RAIN TREE, J. B. Agricultural Research for Development: Potentials and Challenges in Asia. **ISNAR, The Hague, The Netherlands**, p. 37–49, 1982.

MICCOLIS, A., PENEIREIRO, F. M., MARQUES, H. R., VIEIRA, D. L. M., ARCO-VERDE, M. F., HOFFMANN, M. R., REHDER, T., & PEREIRA, A. V. B. **Restauração ecológica com sistemas agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga**. Brasília: População e Natureza- ISPN/ Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal- ICRAF, 2016.

MORAES, L. L. D.; SAMPAIO SIEBER, S.; NASCIMENTO FUNARI, J. MULHERES LIDERANÇAS RURAIS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E TRABALHO DE CUIDADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID -19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21574, 1 set. 2020.

NETO, N. E. C. et al. Agroflorestando o mundo de facão a trator. p. 1–91, 2016.

ODS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PALMA, V. H., ARCO-VERDE, M., CURCIO, G., GALVÃO, F., & MATTOS, L. ANÁLISE FINANCEIRA DE SISTEMA AGROFLORESTAL(SAF) ORGÂNICO DO SUL DO BRASIL. **Enciclopédia Biosfera**, v. 17, n. 30, 30 mar. 2020.

PALMA, V. H. **Sistemas agroflorestais: fatores ambientais e culturais no contexto da análise financeira**. Tese (Doutorado)—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

PERACI, A. S. Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Em: **Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. NEAD Estudos. Brasília: MDA, 2007. p. 397.

PULGA, V. L., CALAÇA, M., CINELLI, C., SEIBERT, I. G., & CIMA, J. I. Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. 2018.

REBELLO, J. F. DOS S.; SAKAMOTO, D. G. **Agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch**. São Paulo: Editora Reviver, 2021.

RIBEIRO-SILVA, R. DE C. et al. Covid-19 pandemic implications for food and nutrition security in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421–3430, 2020.

SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. **International Review of Public Policy**, v. 2, n. 1, p. 45–67, 27 abr. 2020.

SAIS, A. C.; OLIVEIRA, R. E. DE. Distribuição de Sistemas Agroflorestais no Estado De São Paulo: apontamentos para restauração florestal e produção sustentável. **Redes**, v. 23, n. 1, p. 111–132, 2018.

SCALIZE, P. S. et al. **Diagnóstico técnico participativo da Comunidade Canudos: Palmeiras de Goiás- Goiás**: Coleção DTP Projeto SanRural. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

SCHOENEBERGER, M. M., & BENTRUP, G. **Agroforestry: Enhancing Resiliency in U.S. Agricultural Landscapes Under Changing Conditions**. Washington, DC: U.S Department of Agriculture Forest Service, 2017. Disponível em: <<https://www.fs.usda.gov/treearch/pubs/55775>>.

SILVEIRA, N. **Indicadores de sustentabilidade ambiental em sistemas agroflorestais na Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Assentamento Canudos: origem e lutas pela consolidação**. Disponível em: <<https://brasco.fct.ufg.br/p/25226-assentamento-de-canudos>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **UFG assina acordo internacional realizado via Finep**. Disponível em: <<https://ufg.br/n/170967-ufg-assina-acordo-internacional-realizado-via-finep>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: una guía práctica. 2003.

ARTIGO II

4 A JORNADA DE MULHERES RURAIS ASSENTADAS E SUA PERSPECTIVA

EMPREENDEDORA: O CASO DAS GUERREIRAS DE CANUDOS, EM GOIÁS ⁶

Resumo: O modelo de desenvolvimento rural modernizador ignorou a importância das mulheres rurais nas atividades produtivas e reprodutivas, na conservação da sociobiodiversidade, na soberania e segurança alimentar e nutricional, contribuindo assim para a desigualdade de gênero. O presente artigo tem o objetivo de analisar as formas de organização das Guerreiras de Canudos, grupo de mulheres do Assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás, nos processos produtivos e de reprodução social, além de identificar seu perfil empreendedor. Para responder a esse objetivo, foi feita uma pesquisa qualiquantitativa, de caráter exploratório e explicativo, realizada por meio de pesquisas documentais, bibliográficas, observação participante, além da aplicação de questionário e entrevista semiestruturada junto às Guerreiras de Canudos. Evidencia-se a importância das políticas públicas para o desenvolvimento rural e a necessidade destas políticas atenderem às especificidades das mulheres rurais que empreendem. A ausência de ferramentas gerenciais afeta a eficiência dos projetos, sendo necessário associar tais práticas ao conhecimento tradicional das mulheres a fim de impulsionar o fortalecimento individual e coletivo das Guerreiras de Canudos.

Palavras-Chave: Empreendedorismo rural feminino; Sistemas Agroflorestais; Empoderamento feminino.

Abstract: The modernizing rural development model ignored the importance of rural women in productive and reproductive activities, in the conservation of socio-biodiversity, in food and nutritional sovereignty and security, thus contributing to gender inequality. This article aims to analyze the forms of organization of the Guerreiras de Canudos, a group of women from the Canudos Settlement, in Palmeiras de Goiás, in the productive and social reproduction processes, in addition to identifying their entrepreneurial profile. The research, of an exploratory and explanatory, quali-quantitative nature, was carried out through documentary and bibliographical research, participant observation, in addition to the application of a questionnaire and semi-structured interview with the Guerreiras de Canudos. The importance of public policies for rural development and the need for these policies to meet the specificities of rural women who undertake are highlighted. The lack of management tools affects business efficiency, making it necessary to associate such practices with women's traditional knowledge to boost individual and collective empowerment of Guerreiras de Canudos.

Keyword: Female rural entrepreneurship; Agroforestry Systems; Female empowerment.

Resumen: El modelo modernizador de desarrollo rural ignoró la importancia de las mujeres rurales en las actividades productivas y reproductivas, en la conservación de la sociobiodiversidad, en la soberanía y seguridad alimentaria y nutricional, contribuyendo así a la desigualdad de género. Este artículo tiene como objetivo analizar las formas de organización

⁶ Artigo a ser submetido ao periódico Nera.

de las Guerreiras de Canudos, un grupo de mujeres del Asentamiento Canudos, en Palmeiras de Goiás, en los procesos productivos y de reproducción social, además de identificar su perfil empresarial. Se trata de una investigación cualitativa y cuantitativa, de carácter exploratorio y explicativo, fue realizada a través de investigación documental y bibliográfica, observación participante, además de la aplicación de un cuestionario y entrevista semiestructurada a las Guerreiras de Canudos. Se destaca la importancia de las políticas públicas para el desarrollo rural y la necesidad de que estas políticas respondan a las especificidades de las mujeres rurales que emprenden. La ausencia de herramientas de gestión afecta la eficiencia de los proyectos, siendo necesario asociar tales prácticas al conocimiento tradicional de las mujeres para impulsar el empoderamiento individual y colectivo de las Guerreiras de Canudos.

Palabras llave: Emprendimiento rural femenino; Sistemas Agroforestales; empoderamiento femenino

4.1 INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero constitui-se em fator essencial para o alcance da segurança alimentar e nutricional no meio rural, sendo as mulheres agentes importantes de mudanças na luta contra a pobreza, a fome e a desnutrição. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura- FAO (2019) afirma que no mercado de trabalho rural, as mulheres enfrentam trabalhos informais, com pouca qualificação, mal pagos, de baixo status e sem proteção legal ou social.

O modelo de desenvolvimento rural modernizador ignorou o papel das mulheres, principalmente aqueles ligados à alimentação, saúde, atribuições produtivas e reprodutivas, o que acabou comprometendo a biodiversidade, o uso da terra e dos recursos naturais (SANTOS, 2017).

No meio rural, o modelo de família patriarcal é bastante hierarquizado, alicerçado no modelo de casal tradicional, ou seja, homem-mulher. Sendo assim, observamos uma rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Ao homem são atribuídas as tarefas do trabalho da terra e as transações do mercado. Já à mulher cabe a responsabilidade de cuidar da casa, da criação de animais e os cuidados com o entorno, como o quintal e a horta. Dessa forma, as mulheres ficam encarregadas de atribuições relacionadas à saúde e à alimentação e, normalmente, não têm reconhecido o seu valor como trabalhadoras e como sujeitos. Porém, essa situação as credencia a desenvolver um saber agroecológico que as coloca como precursoras de iniciativas dessa natureza (SANTOS, 2017, p. 28).

Sabe-se que, em nível mundial, as mulheres agricultoras desempenham um papel importante na prática agroflorestal, principalmente na fase inicial de estabelecimento e manutenção das árvores (CATACUTAN; NAZ, 2015). Entende-se por Sistema Agroflorestal a prática de cultivo da terra de forma consorciada, com diversas espécies na mesma área, com a

presença simultânea do composto arbóreo e outros grupos de plantas, capazes de favorecer a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais de forma sustentável (SILVA, 2013).

Evidencia-se, assim, a necessidade de reconhecer a mulher como personagem principal no debate sobre desenvolvimento rural, e viabilizar políticas e iniciativas que discutam a questão de gênero, o papel das mulheres no meio rural e a promoção de um desenvolvimento autêntico no campo (SANTOS, 2017).

Ainda que a identidade das mulheres seja construída em contextos diversos, estas se movimentam entre ações que as aproximam e as afastam constantemente do imaginário coletivo masculino empreendedor, ao mesmo tempo que as aproximam de um ideal de mulher empreendedora socialmente construído com múltiplos papéis e demandas (ASTORGA, 2019).

Felisbino e Yamaguchi (2016) afirmam que, na agricultura, o empreendedorismo feminino pode contribuir para manter o território vivo e criar estruturas de produção, com foco no desenvolvimento local, na conservação do patrimônio agrícola tendo como resultado a inovação nos processos produtivos agrícolas.

Corroborando essa perspectiva, as Guerreiras de Canudos, grupo formado por mulheres do Assentamento Canudos em Goiás, se reúnem para troca de experiências de vida, mas também para qualificação da produção agroecológica, extrativista e artesanal, certificação de produtos, formalização da atividade econômica, gestão financeira e administrativa, bem como comercialização, acesso a políticas públicas e desenvolvimento rural (BATISTA et al., 2018).

Buscando propiciar uma realidade alternativa de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, foi implementado um Sistema Agroflorestal (SAF) em uma área social no Assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás, inicialmente para e pelas Guerreiras de Canudos, com a perspectiva de reprodução entre o grupo de assentados. Partindo da premissa de que o grupo possui características empreendedoras, o presente artigo tem como objetivo analisar as formas de organização das Guerreiras de Canudos nos processos produtivos e de reprodução social, além de identificar seu perfil empreendedor.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.2.1 Empreendedorismo feminino

O empreendedorismo está associado ao sujeito que identifica oportunidades, busca aprimoramento, administração e coordenação de uma situação ou negócio. A atividade

empreendedora pode estar relacionada à criação de empresas para setores específicos, ao empreendedorismo comunitário ou ainda ao trabalho autônomo. Assim, constata-se uma maior participação feminina, não obstante a necessidade de superação de barreiras no que diz respeito a desigualdade de gênero, para que consigam participar de forma justa no contexto social (ARAÚJO; FAHD, 2022).

Parte da população feminina brasileira tem procurado desenvolver ações empreendedoras a fim de diversificar suas possibilidades de sobrevivência. É a partir dessas ações que elas aplicam seus conhecimentos, muitas vezes, resultado de uma ação estruturada na construção coletiva e baseada em eixos como família, local e cultura. Embora a participação empreendedora feminina se faça presente e em busca de crescimento, ela nem sempre está ligada a uma ação profissional formal, com pouca ou nenhuma orientação de gestão, diminuindo a possibilidade de empoderamento (NATIVIDADE, 2009).

As políticas públicas de fomento às atividades produtivas e sociais têm demandado fortemente a integração das mulheres em ecossistemas empreendedores, em espaços de trabalho remunerados, a fim de alcançar o empoderamento feminino estruturado na autonomia econômica e num cenário onde, apesar dos avanços legais, essas mulheres ainda continuam responsáveis majoritariamente pelo trabalho doméstico (ASTORGA, 2019).

Nesse contexto, as mulheres empreendem por diversos motivos, incluindo necessidade, sonho, novas experiências, entre outros fatores (ARAÚJO; FAHD, 2022) (ARAÚJO; FAHD, 2022). E, ainda que o acesso das mulheres ao empreendedorismo tenha sido inicialmente limitado, constata-se alterações neste cenário. Entre 1980 e 2022, verifica-se a crescente e participação feminina (UFG; SEBRAE, 2020).

Destarte, o estudo do empreendedorismo feminino não se limita a conhecer e identificar as mulheres empreendedoras, mas é também considerar e compreender como essas mulheres chegaram a essas atividades por meio de suas lutas históricas na busca por espaço no mercado de trabalho e por igualdade de gênero (ROSA, 2022).

O empreendedorismo, a partir da atuação das mulheres, é uma atividade que transcende a atividade econômica e que desmonta o espaço de trabalho estrito através da implantação de vários atos linguísticos e corporais que materializam tais atividade, em torno de uma identidade que se constrói de forma incompleta. Esses atos são intimamente ligados às histórias e essas histórias são permeadas por um quadro de relações, contextos de classe e a adaptação dos padrões empreendedores masculinos a uma performance realizada dentro das possibilidades e ações do protagonismo da mulher no marco de uma estrutura social (ASTORGA, 2019, p. 10, tradução nossa).

Para além das contradições e paradoxos vinculados ao conceito de empoderamento, o termo se popularizou, a partir da década de 1980, seu conceito ainda apresenta contradições e

paradoxos. A ideia de empoderamento traz à luz relações de poder que podem significar fonte de opressão ao inferir dominação. No entanto, também é possível relacioná-la a noção de relações mais democráticas e poder compartilhado (LEÓN et al., 1997).

“Os avances na conceituação significaram a busca por estratégias holísticas para o empoderamento, e com ele se enfatizou que não há fórmula mágica ou desenho infalível, que não há receita única nem modelo prescritivo. O empoderamento não é um processo linear com início e fim definidos de maneira igual para as diferentes mulheres ou grupo de mulheres. O empoderamento é diferente para cada indivíduo ou grupo segundo sua vida, contexto e história, e segundo a posição de subordinação no âmbito pessoal, familiar, comunitário, nacional, regional e global” (LEÓN et al., 1997, p. 20, tradução nossa).

Dessa forma, o empoderamento busca alcançar a autonomia individual, estimular a resistência, a organização coletiva e o protesto por meio da mobilização (LEÓN et al., 1997). A abordagem de empoderamento e geração de renda das mulheres possibilita algumas características como autopercepção positiva, inclusive do seu papel na sociedade, sua independência econômica, a possibilidade de tomada de decisão, inovação e ação comunitária (SRINATH, K., MOHANAN, A. N., SALINI, K. P., & SRIDHAR, 1994).

As mulheres empreendedoras de micro e pequenos negócios se tornaram personagens sociais com grande potencial econômico para a geração de emprego e renda, superação da pobreza e distribuição equitativa de riqueza. O acesso a financiamento, assistência técnica, treinamento e consultoria ainda são elementos chaves para o crescimento e desenvolvimento desses negócios (CHONG-GONZÁLEZ, 2016).

4.2.2 O trabalho feminino no campo

As discussões sobre relações de gênero, classe, raça são marcas de desigualdades estruturais entre os sujeitos. A partir do olhar limitado da economia clássica, de perfil androcêntrico, que costuma mensurar a riqueza gerada pelo trabalho produtivo e ignorar tarefas que se afastam desse padrão, são desconsideradas as atividades não remuneradas no trabalho doméstico e de cuidados, tarefas fundamentais para a vida em sociedade (HORA; NOBRE; BUTTO, 2021).

As pesquisas do meio rural têm discutido a necessidade de mudar os questionamentos para detectar a presença das mulheres na gestão de ativos agropecuários. É preciso ir além de tão somente determinar o sexo do proprietário e mostrar a preocupação cada vez mais crescente em se entender o contexto dessas mulheres (FAO, 2019). A escassez de informações detalhadas

sobre o perfil e as necessidades das mulheres rurais é um obstáculo a ser superado para a formulação de políticas públicas de gênero. A fim de minimizar o entrave, o Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm gerado um banco de dados e melhorado o levantamento de informações agropecuárias, a partir da perspectiva de gênero (MAPA, 2019).

No meio rural, as mulheres realizam atividades produtivas, como o plantio e a colheita da produção para o autoconsumo da família; a ordenha de vacas; a produção de queijo e pão; práticas orientadas para a pequena escala de comercialização de produtos agrícolas; além de realizarem atividades de cunho doméstico (HERRERA; BIROCHI, 2014).

A sociedade ainda apresenta de forma estrutural, a figura do homem, seja marido ou pai, como aquele que deve exercer autoridade e controle sobre mulheres, filhos, bens materiais e culturais, o chamado patriarcado (UFG; SEBRAE, 2020). No campo, as relações patriarcais tornam a compreensão da família de forma homogênea, onde o homem representa os interesses do conjunto com poder de decisão. Essa visão se ampara e é constituída por uma estrutura econômica e de trabalho restrita ao âmbito de mercado, num cenário produtivo, sendo reduzida ao poder de troca e mercantilização (FARIA, 2011).

A ênfase dada à dimensão econômica é tão forte que muitos estudos rurais (particularmente entre as feministas) têm procurado mostrar a importância do “trabalho produtivo” das mulheres para a economia familiar no âmbito do campesinato ou da agricultura familiar, e mais, a ‘autonomia econômica’ aparece como fator fundamental para modificar a relação e subordinação social a que estão sujeitas as mulheres, uma vez que ao auferir alguma renda ao seu próprio trabalho, aumentaria o seu poder de decisão e de gestão no interior da família. Esse aspecto está sempre presente nas reivindicações feministas como um dos campos de luta por meio da qual podem ser transformadas as relações desiguais de gênero (AGUIAR, 2017, p. 137–138).

No entanto, em vista do envelhecimento da comunidade rural e do vazio deixado pelos jovens, a promoção do empreendedorismo feminino e de empresas dirigidas por mulheres se apresenta como um ponto importante a ser observado dentro das políticas de desenvolvimento rural (CHONG-GONZÁLEZ, 2016).

Sustentabilidade, Sistemas Agroflorestais e Mulheres

Até a década de 1970, o processo de desenvolvimento das sociedades considerava somente aspectos econômicos. A crise ambiental do período mostrou a necessidade de se

reconsiderar os níveis de consumo e uso de recursos naturais (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019), surgindo assim o debate sobre sustentabilidade.

Conway e Barbie (1988) explicam que a sustentabilidade está associada à capacidade de manter algo em atividade, frente a um estresse. Nesse sentido, a diminuição da qualidade e da quantidade de recursos naturais disponíveis representam um estresse aos sistemas agrícolas, comprometendo assim, sua sobrevivência. E, mesmo não havendo uma unanimidade no conceito, diversos autores salientam que ele deve considerar dimensões que vão além da econômica (ALTIERI, 1998; CAPORAL; COSTABEBER, 2004; PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019).

Altieri (1998, p. 62) enfatiza que, ao avaliar a sustentabilidade de pequenas propriedades, é preciso considerar: “a manutenção da capacidade produtiva do sistema, a preservação da base de recursos naturais e da biodiversidade, a diminuição da pobreza, o fortalecimento da organização social das comunidades locais e a identidade cultural.

Salienta-se, então, o papel de destaque dos sistemas agroflorestais (SAFs) entre as iniciativas para melhorar o manejo da terra em um contexto mundial. A prática conquistou um nicho distinto como ferramenta para gestão de terras, e ainda contribui para erradicar a fome e a pobreza e reconstruir ambientes rurais resilientes. Quase um bilhão de hectares das paisagens agrícolas já possuem mais de 10% de cobertura arbórea e estima-se que o total de 1,6 bilhão de hectares de terra em todo o mundo tem o potencial de ser agroflorestal. Os impulsionadores que sustentam essa transformação são cada vez mais favoráveis (NAIR, 2012).

Nesse contexto,

A agroecologia tem demonstrado um grande potencial para se pensar o desenvolvimento rural sustentável a partir da construção de novas relações entre os diferentes sujeitos. O enfoque agroecológico, a partir da visão sistêmica, tem conseguido dar maior visibilidade ao trabalho da mulher, uma vez que rompe as cercas entre “casa e roça”. Isso permite evidenciar a importância e a relação intrínseca de todos os espaços e, consequentemente, a necessidade de se garantir a participação da mulher nas tomadas de decisão em todos os níveis, contribuindo, sobremaneira, para o fortalecimento de práticas baseadas na igualdade, na democracia e na sustentabilidade (SANTOS, 2017, p. 17).

Em se tratando de mulheres e sistemas agroflorestais, ainda são escassos os estudos sobre gênero e a adoção desta prática. Homens e mulheres estão envolvidos em atividades agroflorestais, no entanto, as mulheres têm sua participação e benefícios limitados, seja por fatores socioeconômicos, culturais, ou por acesso a recursos (KIPTOT; FRANZEL, 2012; KIPTOT; FRANZEL; DEGRANDE, 2014).

É preciso fomentar ações que diminuam os obstáculos enfrentados por mulheres na gestão e manejo de sistemas agroflorestais. Práticas e mecanismos que facilitem o acesso preferencial de lares encabeçados por mulheres à políticas públicas; extensionistas que atendam os agricultores de forma equitativa; adaptação de ferramentas e métodos que considerem o contexto local, mas também que sejam sensíveis ao gênero; melhor acesso a informações e, o marketing de produtos da atividade feminina são exemplos de algumas ações (CATACUTAN; NAZ, 2015; KIPTOT; FRANZEL; DEGRANDE, 2014).

4.2.3 O coletivo Guerreiras de Canudos e as dinâmicas de produção e reprodução

Desde sua constituição, em 2008, o grupo Guerreiras de Canudos passou por oscilações no número de participantes, em alguns momentos um maior número e envolvimento, em outros, menor. Algumas mulheres que fizeram parte da formação inicial já não vivem mais no Assentamento, enquanto outras foram chegando e se inserindo no coletivo. Durante esses anos, o grupo já contou com a participação de pelo menos 20 mulheres para o estudo, buscou-se o contato com o maior número de Guerreiras, tendo 13 mulheres respondido ao questionário e à entrevista.

Sobre o histórico da luta pela terra que permitiu o nascimento do Assentamento Canudos:

Da primeira ocupação, ocorrida no ano de 1997 até 1999 - ano da publicação do decreto que considera a área passível de desapropriação por interesse social para reforma agrária, registraram-se cinco ocupações organizadas e lideradas pelo MST na antiga Fazenda Palmeiras, cuja área abrangia os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre e Guapó, no estado de Goiás. De uma ocupação inicial por cerca de 80 famílias, as ações seguintes atingiram, no seu auge, próximo de 1.150 pessoas, mobilizando militantes e apoiadores que frequentaram o acampamento instalado ao longo da GO-060, cujo marcos de referência eram próximos ao distrito de Posselândia, ou próximo à entrada do município de Varjão (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019, p. 150).

As Guerreiras de Canudos decidiram se organizar coletivamente para enfrentar desafios referentes à produção, processamento e comercialização de seus produtos (MOREIRA, 2018). O grupo das Guerreiras possui experiência na produção de cosméticos, xaropes e outros produtos derivados da extração de insumos de plantas medicinais da própria comunidade (IFG, 2019).

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo se caracteriza como um estudo exploratório e explicativo, de natureza quali-qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2003). Além das informações obtidas a partir de pesquisas documental e bibliográfica. O levantamento de dados junto às Guerreiras de Canudos deu-se por meio da observação participante, da aplicação de questionário e de entrevista semiestruturada.

Para a construção da base teórica, foram realizadas pesquisas sobre empreendedorismo feminino, o trabalho das mulheres no meio rural e a atuação das mulheres na prática agroflorestal. Essa fase da pesquisa caracterizou-se pela busca da pesquisadora sobre produções de estudos anteriores que abordaram o tema, além da leitura e análise desses materiais (ARAÚJO; FAHD, 2022).

A etapa seguinte baseou-se na coleta de dados, por meio de questionário semiestruturado a fim de determinar características socioeconômicas do grupo, como nível educacional, idade, acesso a políticas públicas, cultivos explorados, além de práticas de gestão do negócio. Na oportunidade ainda buscou-se compreender as percepções e comportamentos empreendedores das Guerreiras, por meio de entrevistas semiestruturadas.

Essa dimensão da experiência vivida também as constitui como trabalhadoras e explorar os sentidos e significados dessa condição para elas implica considerar o caráter dessa experiência vivida: como as mulheres vivem, percebem, significam e são afetadas pelo trabalho que realizam? Explorar esses sentidos do trabalho pelas mulheres implica restituir, na construção do dado, o seu caráter de experiência vivida, o seu fazer em experiência. E esse resgate é feito, por nós pesquisadoras, pelas narrativas, como uma forma de compreender o significado que essas mulheres dão àquilo que fazem (AGUIAR, 2017, p. 146).

Cada entrevista durou em média 10 minutos e ocorreu por intermédio de 01 (uma) das integrantes do grupo, mas de forma individual na casa de cada Guerreira, dando autonomia, sigilo⁷confidencialidade e liberdade às entrevistadas.

Ao serem considerados esses aspectos mostra-se que o envolvimento com a análise textual discursiva implica ruptura com o paradigma dominante de ciência, fundamentado em suposta verdade, objetividade e neutralidade. Nesse tipo de análise exige-se do pesquisador mergulhar em seu objeto de pesquisa, assumindo-se sujeito e assumindo suas próprias interpretações. Nesse movimento hermenêutico são solicitadas constantes retomadas do concretizado, visando a permanente qualificação dos resultados (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 6).

⁷ Para garantir o anonimato, cada entrevistada foi representada por uma sigla seguida por número.

Os dados qualitativos foram examinados com base na análise textual discursiva, abordagem que caminha entre as análises de conteúdo e do discurso. A metodologia exige uma intensa impregnação do pesquisador, permitindo que ele reconstrua “seus entendimentos de ciência e de pesquisa, no mesmo momento em que reconstrói e tornam mais complexas suas compreensões dos fenômenos que investiga.” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 126).

A técnica compreende o processo auto-organizado de construção de compreensão. Neste processo, novas ideias surgem a partir de uma sequência recursiva de desconstrução do texto em unidade de significado relevante para o pesquisador, de categorização de elementos com significados próximos, e da comunicação elaborada a partir do estabelecimento de ligações entre as categorias construídas que emergem novas compreensões do fenômeno estudado (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Este trabalho foi realizado com apoio de bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), processo 202110267000569, com vigência entre julho de 2021 e agosto de 2023. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Goiás (CAAE: 65225622.2.0000.5083).

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à faixa etária das participantes, a Guerreira mais nova tem 45 anos, e a mais velha 71 anos. A idade média das entrevistadas é de 55 anos. Quanto à escolaridade, 54% das entrevistadas possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 23% têm ensino superior completo e, 8% têm pós-graduação completa. Não houve respostas correspondentes para Analfabeto, Ensino Médio Incompleto e Pós- Graduação Incompleta.

A média de tempo que as Guerreiras e suas famílias residem no Assentamento Canudos é de 19 anos, sendo 3 anos apenas uma Guerreira que se casou e mudou-se para o lote onde o marido já residia desde os primeiros anos de Assentamento. A Guerreira com mais tempo de residência, tem 25 anos no assentamento, e, tanto ela quanto sua família consideram Canudos como seu lar, desde os tempos de acampamento na estrada.

Mais da metade das entrevistadas, afirmaram que suas famílias ingressaram em Canudos por meio do Acampamento, fase inicial da luta pela terra, iniciada em outubro de 1997. No entanto, 15% ingressaram no assentamento pela compra do lote de terceiros⁸.

As histórias sobre a chegada ao Assentamento são distintas. Há aquelas que já eram ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que residiam em outros municípios e foram convidadas a se assentarem em Canudos. Em outros casos, o companheiro veio primeiro, na fase de ocupação e acampamento e quando a fazenda foi judicialmente desapropriada, a família decidiu acompanhá-lo.

É possível perceber que em alguns casos, a decisão inicial de ingressar no movimento de luta pela terra partiu do companheiro e encontrou resistência na mulher. Por terem sido criadas na roça e conhecerem as dificuldades do trabalho no campo, elas tinham tal posicionamento: “Nossa, eu fazia de tudo para não vir. Porque eu nasci e cresci na roça e era muito difícil antigamente. Mas hoje em dia está muito mais fácil, né? Tem maquinário, tem tudo. Antigamente era tudo braçal.”, explica G3⁹.

No entanto, são categóricas ao afirmarem que, passado o tempo, não trocariam a vida no Assentamento pela vida da cidade. “Ele (o esposo) que envolveu (junto ao MST) primeiro. Mas depois que ele veio, eu vim passear umas duas vezes e vi que a realidade aqui era outra bem diferente, que hoje eu não quero voltar mais”, enfatiza a G13.

Sobre possuírem o título da terra, 46,2% das entrevistadas já possuem o documento em mãos. Apesar de o INCRA, autorizar a emissão de titularidade da terra, 15,4% enfrentam dificuldades burocráticas junto a outras instituições como cartórios, e 23,1% não possuem condições financeiras para finalizar o processo. Já 15,4% não têm autorização do INCRA para a emissão do título.

Destaca-se que a titularidade do lote garante às famílias assentadas segurança jurídica e pleno acesso à propriedade, consolidando o caráter de justiça social e fortalecimento da agricultura familiar, defendido pela reforma agrária. Das 314 famílias que residem em Canudos,

⁸ Após o cumprimento dos critérios estabelecidos para seleção das famílias é celebrado um contrato entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o beneficiário, inegociável e provisório que garante o uso e a exploração do imóvel e acesso às políticas do Programa Nacional de Reforma Agrária-PRNA (INCRA, 2019). O INCRA tem observado um aumento no anúncio de comercialização de terrenos em áreas não tituladas, configurando assim, uma transmissão irregular (INCRA, 2021). Somente a partir de concedido o título de domínio, com caráter definitivo e força de escritura pública firmado entre o governo federal e os beneficiários, e após o prazo de dez anos, a titularidade pode ser negociada (INCRA, 2019).

⁹ A letra G representa a abreviação de Guerreira, cada entrevistada recebeu uma numeração para manter o sigilo das respondentes.

pelo menos 171 já receberam o título de domínio, com validade de escritura pública e garantia de posse da terra (INCRA, 2022).

A média de residentes nos lotes das entrevistadas, é de 4 pessoas, sendo 2 pessoas o menor número de moradores na propriedade, e o valor máximo de 6 residentes. É válido acrescentar que 38,5% dos lotes possuem somente 2 pessoas do núcleo familiar trabalhando nas atividades da propriedade. A maioria das moradias, 54%, contam com 3 pessoas atuando na propriedade, enquanto a minoria, 8%, possuem 5 pessoas lidando com a terra.

Outro ponto importante é o “peso” de aposentadoria e/ou da pensão na renda familiar das Guerreiras. O envelhecimento dos assentados originários pode oferecer risco social para o futuro do Assentamento, visto que nem sempre os filhos residem no lote ou têm a pretensão de dar continuidade à gestão da propriedade, em vista da dificuldade em encontrar rentabilidade no campo. É preciso considerar também, o impacto da ausência de mão de obra na atuação das atividades do campo que essa migração causa (ANACLETO, 2014; NORÕES, 2019).

Esses dados tornam evidente a necessidade de considerá-los no planejamento de estratégias para as Guerreiras, pois, pode limitar consideravelmente as opções de manejo da terra. Nesse sentido, os SAFs se mostram como uma opção para aumentar os rendimentos, a produtividade, a segurança alimentar e nutricional e a resiliência às mudanças climáticas (KIPTOT; FRANZEL; DEGRANDE, 2014).

Ressalta-se que 61,5% das Guerreiras afirmaram conhecer a prática de SAF, principalmente por estarem acompanhando o modelo implantado na área comum assentamento. O SAF em desenvolvimento faz parte de um projeto de pesquisa da Universidade Federal de Goiás, em parceria com uma instituição alemã e uma empresa de cosméticos do estado de Goiás. Isso posto, entende-se como uma oportunidade de conciliar o que já está em desenvolvimento para a produção de alimentos, incrementar a produção e o processamento de espécies medicinais dentro do mesmo sistema produtivo, diversificar os produtos oferecidos, contribuir para a conservação da sociobiodiversidade da região e fomentar a autonomia das mulheres.

Nesse cenário, as mulheres precisam focar em uma diversificação de produtos de maior valor agregado como óleos essenciais, sabonetes, loções para o corpo, sucos, vinho e farinha de folhas. A partir de uma avaliação cuidadosa, que considere projeções de riscos, lucratividade e ganhos na produção escalonada, tal estratégia de diversificação, pode, inclusive, ser feita a partir da mesma matéria-prima (KIPTOT; FRANZEL, 2012).

Ao recortar a análise com o grupo das Guerreiras, o cenário para a geração de renda evidencia outras perspectivas. Ainda que a pecuária (15%), avicultura (8%) e suinocultura (8%) sejam citadas, a agricultura (8%) também ganha destaque entre elas.

Em relação aos meios de assegurar acesso às condições materiais, os dados obtidos indicam que em três famílias (23%), ao menos um residente exerce pluriatividade fora do lote, vez que nem sempre a produção da propriedade garante o mínimo de renda para a reprodução social e econômica das famílias. Entende-se por pluriatividade, a “prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores” (SCHNEIDER, 2009, p. 9). Quanto ao aspecto da participação em programas sociais do governo, como Bolsa Família, somente uma família recebe esse suporte financeiro.

Não obstante, a origem dos produtos utilizados na alimentação básica evidencia a capacidade de subsistência da família por meio da produção em seus lotes. Entre as entrevistadas, 23,08% dependem principalmente de alimentos provenientes do mercado externo. Aquelas que adquirem fora uma minoria dos produtos, representam 38,46%. Em contrapartida, 38,46% das respostas indicam que a produção interna e as compras externas são equivalentes.

Um ponto importante a se destacar a partir das falas das Guerreiras é a compreensão de que, produzindo ali, na terra, e apesar de todas as dificuldades, o básico da alimentação está assegurado. “A gente usa muito aqui a carne que a gente usa pro sustento da família, né? A gente vende também. E a gente usa o leite, que faz um queijo pro gasto e pra despesa” (G2). Inclusive, a possibilidade de empreender no campo é vista como uma vantagem: “A pessoa fica se alimentando com alguns produtos mais saudáveis” (G3); “Se por acaso vier uma crise, uma coisa aí de falta de alimento, aqui a gente tem” (G5).

Batista e Oliveira (2021) enfatizam que são elas que contribuem para produção de alimentos, principalmente em períodos de crise, na produção agroecológica, proteção da biodiversidade e na comercialização em mercados locais, validando a importância das mulheres na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Quando questionadas sobre a porcentagem do excedente de produção comercializado, mais de 40% das entrevistadas indicaram que pelo menos 50% do que é produzido no lote vai para a comercialização. “De tudo, a gente produz um pouco, para subsistência e o excedente a gente vende”, afirma G5.

Mais uma vez, a idade mais avançada, aliada à migração dos filhos, reflete na redução da produtividade do lote. “E têm muitas, várias que eu conheço que empreendem. É só no meu caso que não. Porque é só nós 2 aqui, eu fico mais aqui quietinha. Quietinha, só cuidando da

casa”, explica G4. Nesse caso, a família prefere produzir o básico para o autoconsumo, em vista da dificuldade de viabilizar a produção de excedentes, que necessitaria da contratação de mão-de-obra externa.

Em relação à contratação de mão de obra externa, de forma permanente, somente 15,4% das Guerreiras realizam essa modalidade de contratação. De forma bem dividida, 46,2% contratam de forma temporária, conforme a necessidade do lote, enquanto 46,2% não realizam contratação externa

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Canudos (PDA) afirma que os sistemas produtivos ali identificados eram baseados em atividades agropecuárias, com o objetivo de garantir a subsistência da família e o destaque da cultura do milho, a criação de gado de corte e a produção de leite, como as principais fontes de renda dos assentados (INCRA; UFG, 2003). Sob a perspectiva das Guerreiras, as principais culturas produzidas nos lotes são: fruticultura, bovinocultura de leite, hortaliças, mandioca, amendoim e soja, dentre outros.

Cada Guerreira acabou por desenvolver alguma atividade produtiva específica, considerando suas experiências e buscando aproveitar a estrutura interna à propriedade. Sendo assim, há aquelas que processam o leite, aproveitando a atividade principal do esposo, que é o gado leiteiro. Há também aquelas que possuem atividades produtivas totalmente separadas do companheiro, como é o caso da G5, que tem como foco o uso de plantas medicinais para o desenvolvimento de infusões e cosméticos artesanais; da G13, que cria, abate e vende frango “melhorado” ou a G10 que produz geleias, frutas desidratadas e polpas de frutas.

A gestão administrativa refere-se a quatro funções básicas: planejamento, organização, direção e controle, que auxiliam o indivíduo a tomar decisões, alocar recursos de forma efetiva, a fim de garantir o crescimento e consolidação das atividades. Seu foco é o gerenciamento geral das atividades da organização (SENAR, 2012). Quando questionadas sobre a gestão de suas propriedades, 85% das Guerreiras responderam positivamente, que tal prática é feita. Entre esse total, tem-se que 73% são realizadas por mulheres.

Não obstante, 46% das entrevistadas não costumam realizar um planejamento, considerando potencial de produção, comercialização, finanças ou fatores climáticos. Somente 46% delas fizeram algum tipo de capacitação na área de gestão administrativa. Quanto ao hábito de registro de receitas e despesas, 38% têm o costume de fazê-lo.

Apesar da ausência de controle formal de entradas e saídas, 69% das respondentes afirmaram avaliar os resultados alcançados, com observância do resultado de sua produção, se dá lucro ou prejuízo. O baixo nível de instrução, aliado à reduzida experiência em gestão administrativa, no uso de tecnologias e em negócios, pode justificar o porquê desses assentados

não conseguirem usar de forma mais satisfatória suas terras e desenvolverem mais significativamente suas propriedades (NORÕES, 2019, p. 122).

Para além do gerenciamento do negócio, a percepção de serem ou não empreendedoras varia entre as Guerreiras, mas sempre gira em torno das práticas de produção e venda de bens e serviços e da perspectiva de melhorar qualidade de vida das pessoas, principalmente do seu núcleo familiar.

Em geral, percebe-se uma apreciação positiva do grupo sobre empreendedorismo rural feminino. No entanto, as Guerreiras são enfáticas em relatar dificuldades enfrentadas durante todo o processo de produção e, consequentemente, de agregação de valor a seus produtos, impactados pela falta de estrutura, referindo-se aqui ao acesso a crédito, a tecnologias e até mesmo a conhecimentos técnicos como fatores que limitam a atuação empreendedora no espaço rural. “O custo é alto, não tenho apoio e quando chega lá, o produto não tem valor, né? Porque às vezes chega muito natural, sem a qualificação que o mercado exige. Então todo jeito envolve a parte financeira”, explica G1.

Sobre uma dessas estruturas de apoio, somente uma das entrevistadas afirmou não possuir Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). A ausência deste documento impede o agricultor familiar a ter acesso a recursos financeiros específicos, que poderiam ser úteis na aquisição de maquinário, insumos e outros investimentos. Além disso, a falta do CAF limita o alcance de políticas públicas como programas de assistência e mercados institucionais. Corroborando essa informação, no caso dessa Guerreira, a propriedade não possui fonte de crédito direcionada à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e o único canal de vendas utilizado é a comercialização direta ao consumidor. No entanto, 61% delas utilizam alguma modalidade de financiamento do PRONAF.

Quanto a possuírem reserva financeira para situações imprevistas ou emergenciais, somente 38% conseguem guardar recursos financeiros para tais circunstâncias e/ou para investimentos, enquanto 31% gostariam de guardar alguma economia, mas não o fazem porque, normalmente, não há sobras. Por outro lado, 23% afirmaram ter reservas em aplicações financeiras. Há ainda, a situação enfrentada por 8% das guerreiras e suas famílias que optam pela venda de gado para alavancagem financeira, quando necessário.

A comercialização da produção é considerada um gargalo para a agricultura familiar. A partir de 2016 houve um processo de reestruturação de diversas políticas voltadas para a agricultura familiar, com severos cortes de recursos financeiros. Durante o período, as restrições orçamentárias afetaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional

de Alimentação Escolar (PNAE), além da extinção de estruturas de governança que contribuíram para o desmonte das políticas para agricultura familiar, com seu consequente enfraquecimento (GRISA et al., 2022; SCHNEIDER, 2021).

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, as mulheres nunca deixaram de empreender, mesmo assim os desmontes das políticas públicas impactaram a produção e a venda de seus produtos, como relata G3: “Pois é, o PAA, o PNAE, esses projetos eram muito bons. Mas de uns 2 anos para cá, não está mais. A gente não está mais produzindo, não está pegando igual era. Eu mexia muito com horta, com hortaliças. Entregava nesses projetos”.

Além do cenário político, destaca-se também os efeitos da pandemia da Covid-19 no abastecimento dos mercados locais. Em um primeiro momento, o PNAE foi impactado pela suspensão das aulas. O Ministério da Educação (MEC) tentou contornar a situação, autorizando em caráter excepcional, o oferecimento de gêneros alimentícios pelo programa, às famílias dos estudantes. No entanto, diversos estados e municípios decidiram por comprar alimentos de grandes redes de varejo ou oferecer um “auxílio- merenda”, em detrimento da produção da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2021).

A ausência de devida atenção à agricultura familiar, gerou uma dupla pressão sobre a oferta de alimentos produzidos por essa categoria social. Tanto a redução da renda dos consumidores quanto a falta de incentivos para a produção e a oferta de alimentos ou mesmo a cessão de um auxílio emergencial/assistencial aos agricultores familiares ampliou sua fragilidade ante a pandemia (SCHNEIDER, 2021, p. 178).

Com a redução sistemática e até mesmo cortes na disponibilização de recursos financeiros para os programas de apoio à agricultura familiar, que sempre tiveram um grande peso na comercialização da produção das Guerreiras, e com as novas dinâmicas de comercialização estabelecidas a partir da pandemia da COVID-19, o grupo gradativamente percebe novas possibilidades de retomada na produção e na comercialização. Corroborando, G12 e G9 explicam:

A pandemia também não ajudou. E os projetos, também. Com isso, o governo do Bolsonaro não teve projeto para reforma agrária. Não teve projeto pra nenhum... projeto para o grupo das mulheres também não. Agora que tá surgindo. Depois que o Lula entrou que está surgindo alguns projetos, que está vindo para as mulheres (G12).

Só que esses projetos tinham tirado tudo. Tinha cortado. Agora que está voltando, graças a Deus^{10, 11}. Nós estamos tão felizes”. (G9)

A interação das Guerreiras com os mercados institucionais ajuda a compreender a dimensão dos efeitos dos programas sociais no grupo de mulheres, em que mais de 60% das entrevistadas comercializam seus produtos através de mercados institucionais como PNAE e PAA.

Em relação à logística de distribuição e comercialização da produção, em geral, os assentados têm-se organizado individualmente (GRACIANO, 2016). Para o grupo de Guerreiras entrevistadas, 61% transportam seus produtos por meio de transporte próprio. Outras formas de transporte também foram citadas como: por intermédio da cooperativa (23%), pelo próprio comprador (8%), por intermédio de terceiros ou com transporte adquirido pelas famílias assentadas (8%).

Nesse cenário, ainda há mais uma barreira enfrentada por essas mulheres: o preconceito. Isso mostra que além dos desafios estruturais já mencionados, muitas delas ainda enfrentam o preconceito por serem mulheres, por serem empreendedoras, por estarem no espaço rural, assentadas de reforma agrária.

Eu levo isso assim numa boa, porque eu sempre levo mais pelo lado (bom) mas assim... Eu mesmo penso, me superando, através disso aí. Mas o fato de ser formada, estar aqui no meio rural, as pessoas não valorizam. Eles acham assim que você não sabe nada, que você está ali porque o mercado não te quis ou seu produto não presta porque você está lá na roça. Relata G1. Muitas vezes, principalmente a partir de homem, eles não valorizam serviço de mulher. Nem que a mulher esteja na administração de alguma coisa. É sempre... eu tiro por aqui mesmo, as coisas aqui. Eu que tomo decisão de tudo, mas por ser macho, acha que né..., G5.

Porque assim, tem muita gente que pensa que por ser assentado, é um monte de vagabundo, um monte de arruaceiro... Não sei o quê. Então a gente tenta mostrar o lado bom de ser assentado da reforma agrária. A gente trabalha, a gente tem produto de qualidade, a gente põe comida... o pequeno produtor é o que põe comida na mesa, porque o grande, ele leva para fora. Então quem sustenta o Brasil é o pequeno produtor. Então, assim, se eu vendo uma geleia para pôr na sua mesa, um queijo, a dona Alzira (uma das Guerreiras), uma rapadura, uma coisa. A gente está levando progresso! G10.

¹⁰ Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento CONAB (2023), o governo federal anunciou a maior destinação da série histórica no Plano Safra da Agricultura Familiar, sendo destinados, R\$71,6 bilhões ao crédito rural para a agricultura familiar- PRONAF.

¹¹ A Secretaria de Comunicação Social (BRASIL, 2023c) do governo federal garantiu o aumento dos recursos destinados ao PNAE. Entre os estados da região Centro-Oeste, Goiás receberá o maior montante de investimentos, cerca de R\$162 milhões.

As Guerreiras que têm suas atividades empreendedoras o mais independente possível, ou seja, de certa forma desvinculadas das atividades do companheiro, são as que relatam já terem vivenciado situações de preconceito.

Essas observações também levantam questionamentos sobre a invisibilidade do trabalho feminino. A partir das discussões levantadas por Paulilo (2004) sobre trabalho produtivo, aquele executado em atividades consideradas econômicas e o trabalho não produtivo. Aguiar (2017) explica que sob a realidade da agricultura familiar, tal diferenciação se torna difícil, “pois no campesinato não há separação entre unidade familiar e de produção” (AGUIAR, 2017, p. 136).

Dessa forma, o que se entende por trabalho produtivo no campo acaba não abrangendo as experiências vividas por mulheres e não considerando as práticas por elas desenvolvidas como meios de produção e de subsistência, retirando-as da posição de sujeitos do processo de desenvolvimento rural e colocando-as numa posição subordinada dentro do estabelecimento rural familiar. Trata-se de um duplo processo de invisibilização motivado pela combinação das condições de ser mulher e de ser agricultora (SANTOS, 2017, p. 22).

A visão do que é considerado trabalho produtivo, trabalhos domésticos e de cuidado, está arraigado na própria vivência e reproduzida por algumas mulheres, que em muitos casos, foram criadas a partir dessa premissa. Sobre a possibilidade de a configuração do trabalho doméstico ser de outra forma, G13 afirma nunca ter pensado em outra possibilidade, ou seja, das tarefas serem executadas por outros, além dela e da filha, as mulheres do núcleo familiar.

Evidenciando essa falta de equidade entre os gêneros, em muitos países, a baixa produtividade do setor agrícola está ligada à falta de acesso equitativo entre homens e mulheres a oportunidades para serem mais produtivos. Enquanto produtoras, as mulheres na zona rural “enfrentam mais obstáculos que os homens na hora de acessar recursos e serviços produtivos, tecnologia, informações de mercado e ativos financeiros” (FAO, 2019, p. 4).

Apesar dos conflitos e dificuldades encontrados pelas Guerreiras, há também o reconhecimento de vantagens por empreenderem no campo. Além do consciente papel já mencionado, de guardiãs da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar, da produção agroecológica, muitas reconhecem que o fato de serem assentadas pode ser um nicho de mercado a ser atendido:

Já tem assim, 80% das pessoas. Eles preferem consumir um produto da reforma agrária, da agricultura familiar. Porque eles fazendo esse consumo, ele está ajudando um monte de família e o desenvolvimento rural. Então, a gente tem uns 20% de besta. Hoje, 80% é assim. G10

Outro aspecto importante também relatado pelas mulheres diz respeito à autonomia conquistada, além da autoestima alcançada por serem empreendedoras. “Além de poder fazer meus horários, eu tenho minhas coisas, que eu mesma produzi”, enfatiza G5. “Eu quero aprender, como eu estava te falando, pra comercializar... pra gente ter um dinheirinho a mais” (G6). “A gente que é produtora rural, a gente também é bem-visto de outra forma, mas a gente é muito bem-visto.” G11. “Eu tenho orgulho do que eu sou. Eu tenho orgulho do movimento que eu faço parte.” G12

A respeito do sentimento de pertencimento ao coletivo, chamado de capital social, refere-se à eficiência social do grupo, sendo determinada pela organização social, pelas normas e pela confiança no sistema, como um todo. Quando tal aspecto apresenta deficiência, aspectos como tomada de decisão e execução de ações que buscam o bem-estar da comunidade são afetados (NORÕES, 2019). O estudo da referida autora indica que o índice de capital social do Assentamento Canudos apresenta uma baixa participação da maior parte dos assentados em cooperativas e sindicatos. Isso posto, verifica-se a importância da implementação de políticas educacionais que facilitem o processo de conscientização coletiva sobre a relevância de práticas associativas, onde a participação e discussão de dificuldades e oportunidades possibilitem a inclusão dos assentados.

Divergindo do estudo, somente 8% das entrevistadas não participam de nenhuma associação, sindicatos ou cooperativas. Além disso, das que estão associadas, 92%, costumam participar das reuniões dessas organizações, salientando o engajamento das Guerreiras no fortalecimento coletivo.

Com relação à participação das Guerreiras em associações, 61% das entrevistadas participam da Ascatc- Associação Camponesa dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Canudos, em Palmeiras de Goiás. Outras organizações citadas foram a Associação dos Produtores dos Assentamento Canudos em Palmeiras de Goiás (Aspac), e a Associação dos Produtores de Leite do Rio Capivarí, correspondendo a 31%.

Em complemento, vale ressaltar a busca por conhecimentos relacionados a práticas agrícolas, de gestão e legislação pertinentes à propriedade, por meio de assistência técnica. A entidade mais citada foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com 77%, seguida da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) com 23%. Outros parceiros, como universidades (15%), conselho de pais e filhos (8%), internet (8%), cursos oferecidos por outros produtores (8%), e prefeitura (8%), também foram citados.

Não é possível não ressignificar o título Guerreiras de Canudos. Essas mulheres relatam histórias cotidianas de lutas e glórias num ambiente que costuma ser bem hostil a seu

gênero e a sua origem rural. No entanto, elas estão cientes do seu papel no desenvolvimento rural.

E eu não desisto. Porque se eu desistir, todas as mulheres ainda vão continuar tendo esse problema. Se a gente enfrenta isso aí, talvez a luta seja maior agora ou... nós não vamos ver benefícios para nós, nós vamos ver benefícios para as futuras gerações de outras mulheres que virão posterior. Se hoje nós temos alguns benefícios na constituição, é porque pessoas lutaram no passado. Então, eu acredito que se a gente continua firme ali, talvez agora não temos tanto resultado, mas teremos sim no futuro, eu acredito. G1

Considerado um fator limitante, é o fato de as Guerreiras, por diversas situações nos últimos anos, terem diminuído seu entusiasmo pela atuação coletiva e pela participação em projetos em parceria com organizações externas. Aos poucos, tem ocorrido momentos de sensibilização sobre a importância do fortalecimento coletivo e das possibilidades de parceria a fim de engajá-las novamente

Em meio a obstáculos e incertezas, as Guerreiras ainda almejam a possibilidade de aumento da sua produção, a construção de áreas específicas para o processamento de seus produtos, o desenvolvimento de novas técnicas de cultivos e extração de novos insumos, e oferecer qualidade de vida aos seus, por meio do seu empreendedorismo no campo.

4.5 CONCLUSÃO

O Grupo das Guerreiras de Canudos tem buscado se adaptar a partir das novas realidades que se apresentam, como a retomada de políticas públicas para a agricultura familiar, a migração dos jovens da comunidade para as cidades e a implantação do SAF como alternativa produtiva. Os dados apresentados mostram a importância das políticas públicas para o desenvolvimento rural. Além disso, é preciso considerar as necessidades específicas das mulheres rurais que empreendem no campo, a fim de alcançar a equidade de gênero.

Embora serviços de assistência técnica, acesso a crédito e transferência de conhecimento alcancem algumas Guerreiras, ainda há lacunas a serem preenchidas. É importante que os processos e produtos sejam melhorados para ampliar o alcance de mercado e proporcionar maiores retornos a essas mulheres, seja financeiro ou de reconhecimento, enquanto mulheres rurais que contribuem para o desenvolvimento de sua comunidade.

Outro ponto importante a ser destacado é a ausência do uso de ferramentas gerenciais e seu impacto na dinâmica dos negócios. Os dados gerenciais servem como base para análise da situação atual do negócio, bem como a compreensão de problemas e oportunidades, servindo

como suporte para a tomada de decisão. A ineficiência nos processos gerenciais básicos pode resultar em baixa produtividade, aumento de custos e limitações quanto à qualidade dos produtos oferecidos. A partir dessa perspectiva, o conhecimento tácito identificado no grupo, poderá ser otimizado com o alinhamento de conceitos e práticas de gestão.

O estudo mostrou que o conhecimento tradicional aliado às atividades empreendedoras desenvolvidas pelas Guerreiras tem desempenhado um papel significativo no fortalecimento individual e coletivo, contribuindo para o aumento da autoestima e independência dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. V. P. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 134–149, 2017.
- ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva sustentável. **Porto Alegre, Editora Universitária da UFRS**, 1998.
- ANACLETO, Á. **As disputas territoriais na construção do Assentamento Canudos, em Goiás**. Dissertação (Mestrado)—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014.
- ARAÚJO, A. L. DE; FAHD, P. G. Economia solidária e os desafios do empreendedorismo feminino rural. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 9, n. 1, p. 29–49, 29 set. 2022.
- ASTORGA, P. S. S. Mujeres emprendedoras: Abordaje desde la Teoría de la Identidad Performativa. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.
- BATISTA, M. A. DA S.; OLIVEIRA, A. M. **Desigualdade de gênero, campesinato e questão agrária no Brasil**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. **Anais...out**. 2021.
- BATISTA, R. P.; BORGES, M. E.; SILVA, V. B.; LEANDRO, W. M.; ZANG, W. A. F. Terapia comunitária para articulação e acolhimento das mulheres da agricultura familiar em base agroecológica em Goiás, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 5, 2018.
- BRASIL. **Goiás garante R\$ 162 milhões para merenda escolar, após reajuste de mais de 35%**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/reajuste-de-valores-do-pnae/goias-garante-r-162-milhoes-para-merenda-escolar-apos-reajuste-de-mais-de-35>>. Acesso em: 22 maio. 2023.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/ DATER-IICA, 2004.
- CATACUTAN, D.; NAZ, F. Gender roles, decision-making and challenges to agroforestry adoption in Northwest Vietnam. **International Forestry Review**, v. 17, n. 4, p. 22–32, 2015.
- CHONG-GONZÁLEZ, E. G. El emprendedurismo femenino rural. **Entramado**, v. 12, p. 30–36, 2016.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO- CONAB. **Governo lança Plano Safra da Agricultura Familiar com redução de juros para produção de alimentos**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5052-governo-lanca-plano-safra-da-agricultura-familiar-com-reducao-de-juros-para-producao-de-alimentos>>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- CONWAY, G. R.; BARBIE, E. B. After the Green Revolution. **Futures**, v. 20, n. 6, p. 651–670, dez. 1988.

FAO. Empoderar a las mujeres rurales para potenciar la agricultura. El trabajo de la FAO en materia de género. **Organización Mundial de la salud y agricultura**, v. 5, p. 24, 2019.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. Em: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Eds.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. v. 70p. 37–55.

FELISBINO, A. C.; YAMAGUCHI, C. K. **Empreendedorismo feminino nas pequenas propriedades rurais**. Anais Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior. Anais...2016.

GRACIANO, M. C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável: Uma análise da efetividade do programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

GRISA, C. et al. **A DESESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heirich Böll, 2022.

HERRERA, K. M.; BIROCHI, R. Uma releitura das organizações produtivas de mulheres rurais através da teoria da reciprocidade. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 9, n. 1, 2014.

HORA, K. E. R.; MAURO, R. A.; CALAÇA, M. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista Nera**, v. 22, n. 49, p. 140–167, 2019.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. As mulheres no censo agropecuário 2017. **Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): Friedrich Ebert Stiftung**, 2021.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Curso capacita mulheres de Canudos na produção de cosméticos artesanais**.

INCRA. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 99, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.** , 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411>>

INCRA. **Compra e venda irregular de lote da reforma agrária pode ser crime**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/compra-e-venda-irregulares-de-lotes-da-reforma-agraria-podem-ser-crime>>. Acesso em: 30 out. 2023.

INCRA. **Incra entrega títulos para famílias de assentamento no Oeste goiano**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/incra-goias-inicia-entrega-de-titulos-a-familias-do-assentamento-canudos>>. Acesso em: 25 out. 2023.

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de desenvolvimento sustentável do Assentamento Canudos, municípios de Guapó, Palmeiras de Goiás e Campestre, Go**. Goiânia: UFG/INCRA, 2003.

KIPTOT, E.; FRANZEL, S. Gender and agroforestry in Africa: a review of women's participation. **Agroforestry Systems**, v. 84, n. 1, p. 35–58, 21 jan. 2012.

KIPTOT, E.; FRANZEL, S.; DEGRANDE, A. Gender, agroforestry and food security in Africa. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 6, p. 104–109, fev. 2014.

LEÓN, M. et al. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. 1. ed ed. Bogotá: UN, Facultad de Ciencias Humanas: TM Editores, 1997.

MAPA- MINISTÉRIO A AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mulheres-rurais-se-destacam-em-diferentes-atividades-e-buscam-visibilidade-para-seus-direitos>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. DO C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, p. 117–128, 2006.

MOREIRA, C. Os desafios no desenvolvimento das práticas agroecológicas das mulheres no Assentamento Canudos do município Palmeiras-GO Tema Gerador: Mulheres e Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, p. 6, 2018.

NAIR, P. K. R. Agroforestry -The Future of Global Land Use Advances in Agroforestry. p. 541, 2012.

NATIVIDADE, D. R. D. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 231–256, fev. 2009.

NORÕES, K. T. **Indicadores de Sustentabilidade ambiental e social na agricultura familiar- O caso do Assentamento Canudos em Guapó- Goiás**. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2019.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. 2019.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, 2004.

ROSA, A. B. **Empreendedorismo rural feminino: Mulheres na olivicultura da região Sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado)—Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento territorial e sistema agroindustriais, Centro de Ciências Sócio-organizacionais, Universidade Federal de Pelotas, 1 dez. 2022.

SANTOS, L. C. M. **Mulheres e Agroflorestas no Cerrado**. Dissertação (Mestrado)—Brasília: Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2017.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. Em: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Eds.). **Circuitos curtos de**

comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis, SC: Estúdio Sempredo, 2021. p. 9–16.

SENAR- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Administração da Empresa Rural: ambiente interno.** 3. ed. Brasília: SENAR, 2012.

SILVA, I. C. Sistemas Agroflorestais: conceitos e métodos. **Itabuna: SBSAF**, 2013.

SRINATH, K., MOHANAN, A. N., SALINI, K. P., & SRIDHAR, M. Action research for rural empowerment in Chellanam fishing village. **Marine Fisheries Information Service, Technical and Extension Series**, v. 132, p. 2–6, 1994.

UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS; SEBRAE- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Relatório - Perfil Empreendedora Goiana: O empreendedorismo por mulheres e seus desafios - 2020.** Goiânia: [s.n.].

Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1267/o/Estudo_Perfil_da_Empreendedora_Goiana_-_Vers%C3%A3o_Final.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ARTIGO III

5 GUERREIRAS DE CANUDOS E O SISTEMA AGROFLORESTAL: CULTIVANDO O FUTURO, TRANSFORMANDO DESAFIOS EM OPORTUNIDADES

Resumo: A consolidação da reforma agrária no Brasil representa um dos caminhos para a garantia de condições socioeconômicas e ambientais mais justas e solidárias. Nesse sentido, destaca-se o papel das mulheres rurais como agentes que contribuem para o desenvolvimento rural. São elas que além de lutarem pela terra, ainda lutam pela equidade de gênero e visibilidade de seus trabalhos. O presente artigo pretende identificar os limites e potencialidades das Guerreiras de Canudos quanto ao aspecto organização social e empreendedorismo. A pesquisa contou com a abordagem metodológica da pesquisa-ação, utilizando a ferramenta análise SWOT, a fim de destacar os principais fatores dos ambientes interno e externo que impactam nas atividades do grupo. A análise SWOT do grupo Guerreiras de Canudos permitiu compreender aspectos internos e externos que afetam suas atividades e seu potencial empreendedor. Em seguida, foi possível identificar e priorizar itens críticos oriundos da implantação em uma área comum de um Sistema Agroflorestal (SAF), que servirão de apoio para a definição de estratégias e para a tomada de decisões. A análise do ambiente interno indicou que, ainda que o grupo detenha saberes tradicionais e habilidades de produção, elementos importantes para o negócio, seu crescimento está parcialmente limitado pela ausência de planejamento e práticas gerenciais. Embora o ambiente externo tenha mostrado ameaças como o avanço na produção de soja no entorno, mudanças climáticas, e a dependência de políticas públicas, a discriminação de gênero e a falta de selos de inspeção, contata-se a presença de oportunidades como é o caso de novos canais de comercialização, aumento da conscientização socioambiental dos clientes, retomada de políticas públicas para a agricultura familiar, possibilidade de certificação de produtos orgânicos e valorização do trabalho feminino. Ainda, exalta-se o uso do sistema agroflorestal, alinhado às sugestões de boas práticas de gestão como estratégia para potencializar o que as Guerreiras já fazem de melhor.

Palavras-Chave: produtos agroecológicos, plantas medicinais, desenvolvimento rural, assentamento de reforma agrária.

Abstract: The consolidation of agrarian reform in Brazil represents one of the ways to guarantee fairer and more solidary socioeconomic and environmental conditions. In this sense, the role of rural women as agents that contribute to rural development stands out. In addition to fighting for the land, they are the ones who fight for gender equity and the visibility of their work. This article intends to inventory the strengths, weaknesses, opportunities, and threats of Guerreiras de Canudos, a group of women from the Canudos Settlement, in Palmeiras de Goiás. to highlight the main factors of the internal and external environments that impact the group's activities, from the implementation of an agroforestry system in a community area of the Settlement. The SWOT analysis of the Guerreiras de Canudos group allowed us to understand internal and external aspects that affect its activities and entrepreneurial potential. It was then possible to identify and prioritize critical items arising from the implementation of an Agroforestry System (SAF) in a common area, which will serve as support for defining strategies and decision-making. The analysis of the internal environment indicated that, although the group has traditional knowledge and production skills, important elements for the

business, its growth may be limited by the lack of planning and management practices. Although the external environment has shown threats such as the advance in soy production, climate change, dependence on public policies, gender discrimination and the lack of inspection seals, opportunities for investment in lines of credit, new channels of commercialization, increasing customers' socio-environmental awareness, resuming public policies for family farming, the possibility of certification of organic products and the appreciation of women's work. Furthermore, the use of the agroforestry system is exalted, in line with suggestions for good management practices as a strategy to enhance what the Guerreiras already do best.

Keyword: agroecological products, medicinal plants, rural development, land reform settlement.

Resumen: La consolidación de la reforma agraria en Brasil representa una de las vías para garantizar condiciones socioeconómicas y ambientales más justas y solidarias. En este sentido, se destaca el papel de las mujeres rurales como agentes que contribuyen al desarrollo rural. Ellas son las que además de luchar por la tierra, también luchan por la equidad de género y la visibilidad de su trabajo. Este artículo tiene como objetivo inventariar las fortalezas, debilidades, oportunidades y amenazas de Guerreiras de Canudos, un grupo de mujeres del Asentamiento de Canudos, en Palmeiras de Goiás, para resaltar los principales factores del entorno interno y externo que impactan las actividades del grupo, desde la implementación de un sistema agroforestal en un área comunitaria del Asentamiento. El análisis SWOT del grupo Guerreiras de Canudos permitió comprender aspectos internos y externos que afectan sus actividades y potencial empresarial. Luego fue posible identificar y priorizar elementos críticos derivados de la implementación de un Sistema Agroforestal (SAF) en un área común, que servirá de apoyo para la definición de estrategias y la toma de decisiones. El análisis del ambiente interno indicó que, aunque el grupo tiene conocimientos tradicionales y habilidades de producción, elementos importantes para el negocio, su crecimiento puede verse limitado por la falta de prácticas de planificación y gestión. Si bien el entorno externo ha mostrado amenazas como el avance de la producción de soja, el cambio climático, la dependencia de políticas públicas, la discriminación de género y la falta de sellos de inspección, oportunidades de inversión en líneas de crédito, nuevos canales de comercialización, aumento del nivel socioeconómico de los clientes. conciencia ambiental, retomar las políticas públicas para la agricultura familiar, la posibilidad de certificación de productos orgánicos y la valorización del trabajo de las mujeres. Además, se exalta el uso del sistema agroforestal, en línea con sugerencias de buenas prácticas de manejo como estrategia para potenciar lo que los Guerreiras ya hacen mejor.

Palabras clave: productos agroecológicos, plantas medicinales, desarrollo rural, asentamiento de reforma agraria.

5.1 INTRODUÇÃO

Para o combate à pobreza, fome e desnutrição no meio rural, uma das condições básicas é o acesso à terra. É preciso que processos de reforma agrária sejam adaptados às condições específicas de cada país, proporcionando a agricultores, homens, mulheres, comunidades

quilombolas e povos indígenas oportunidades iguais, acesso equitativo a recursos como terra, água, florestas e pesca, além de financiamentos e capacitações para sua (re)produção (GARCÉS, 2005).

Mattei (2016) explica que a discussão sobre a reforma agrária ganhou novas dimensões e destaque na agenda de governos e atores sociais rurais, a partir do final da década de 1980. Essas discussões buscam relacionar a estrutura agrária brasileira com questões de pobreza rural, dinâmica populacional, desemprego, modernização da agricultura, alterações nas relações trabalhistas no campo e o êxodo rural.

Corroborando com essas discussões, Hora, Mauro e Calaça (2019) explicam a importância da redistribuição de terra:

A realização da reforma agrária é uma plataforma atual e necessária para a construção de condições socioeconômica e ambiental justa e solidária no país. Em face disso, a implantação de assentamentos rurais, mesmo nas suas piores condições, revela a importância do parcelamento rural e da redistribuição de terras como uma possibilidade de inclusão social, transformação regional e territorial e combate à renda fundiária (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019, p. 142).

A reforma agrária vai além da distribuição de terras, é um marco democrático de direito das comunidades rurais de trabalharem e viverem dessa terra. É ela (a reforma agrária) que deve garantir salários justos, o fim do trabalho escravo, acesso a programas de escolarização e capacitação, a criação de mercados locais que permitam uma relação direta entre produtores e consumidores, como alternativa de comercialização e distribuição, além de buscar igualdade de gênero, acesso a serviços financeiros, considerando aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais (GARCÉS, 2005).

Contudo, o Brasil ainda não conseguiu estabelecer uma política de reforma agrária sólida (MARCHETTI et al., 2020). As políticas propostas ao longo da história foram fragmentadas, descontínuas e marcadas pela criação e extinção de ministérios dedicados ao tema, com disputas sociais e programas assistencialistas, não sendo estruturadas e consolidadas como políticas de Estado, mas sim de governos. Em meio a tais incertezas, a agricultura familiar, com a participação da sociedade civil na esfera política, aos poucos ganhou destaque. Esse destaque se justifica porque a categoria representa um sistema social inclusivo, com uma produção diversificada de alimentos, em lado oposto ao modelo monocultor, socialmente excludente, sob o domínio de grandes grupos econômicos, e com disponibilidade de terras e incentivos financeiros (MARCHETTI et al., 2020).

Sob a perspectiva de luta pela reforma agrária, as mulheres sempre estiveram presentes, ainda que seu acesso à terra tenha sido, por muito tempo, limitado (MDA/NEAD, 2006). Batista e Oliveira (2021) afirmam que

A discussão de gênero no campesinato é envolta de questões complexas, pois esse modo de vida é permeado por valores morais, como a honra do pai de família e a divisão sexual e geracional do trabalho, que precisam ser entendidos em suas múltiplas dimensões. Compreender a família camponesa como uma unidade não pode significar a omissão sobre opressões e desigualdades. O olhar sensível para a realidade, na qual essas questões aparecem, muitas vezes, de forma sutil deve ser um compromisso político dos intelectuais engajados na luta por justiça social, democracia e liberdade individual, princípios que não se sustentam sem igualdade de gênero (BATISTA; OLIVEIRA, 2021, p. 3).

Para Butto et al. (2014), as mulheres rurais possuem uma longa história de luta e organização em movimentos autônomos, e como parte de movimentos mistos em suas comunidades locais e até internacionais. A auto-organização dessas mulheres em seus territórios possibilita a garantia de romper com barreiras de acesso às políticas públicas, na sociedade e na família.

Gestadas no Assentamento Canudos, as Guerreiras de Canudos é um coletivo feminino que desenvolve práticas agroecológicas, busca a troca de saberes e elabora produtos artesanais a partir de plantas medicinais cultivadas em seus quintais (GUERREIRAS DE CANUDOS, 2019).

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Canudos:

“Além da diversificação da produção, deve-se construir uma proposta de desenvolvimento sustentável sob o aspecto econômico, ambiental e social. Nessa perspectiva, os princípios da agroecológica ou da agricultura orgânica mostram-se mais adequados aos agricultores assentados (INCRA; UFG, 2003, p. 114)

Uma alternativa que além de partir da premissa da prática agroecológica e ao mesmo, se propõe a ser viável economicamente são os sistemas agroflorestais (SAFs). As agroflorestas oferecem diversos serviços ecossistêmicos, além de ser uma ferramenta utilizada para a restauração de paisagens, uma vez que melhoram as características físicas, químicas e biológicas do solo, oportunizam o aumento da fertilidade, controle de erosão e melhora na disponibilidade de água (FAO, 2017). Além disso, os SAFs melhoram a vida de comunidades rurais, pois proporcionam a diversificação de alimentos e potencializam produtos derivados de árvores, aumentam a segurança alimentar e nutricional, geram renda e a mitigam a pobreza.

A participação feminina nas discussões de sistemas agroflorestais, quintais produtivos e práticas agroecológicas, em geral, contribuem para valorizar os saberes locais e coopera para a emancipação e autonomia dessas mulheres (FERREIRA; MOREIRA; SILIPRANDI, 2020).

Um experimento de sistema agroflorestal, com ênfase na produção de espécies medicinais foi implantado em uma área comunitária no Assentamento Canudos. Com a perspectiva de fomentar novas alternativas de produção e reprodução para as Guerreiras.

Esse artigo tem como objetivo identificar os limites e potencialidades das Guerreiras de Canudos quanto ao aspecto de organização social e empreendedorismo que podem influenciar o desempenho do grupo, considerando também a perspectiva emergente da implantação do SAF. Com isso, espera-se oportunizar formas complementares para a prática agroflorestal, a partir da questão de gênero e da presença e atuação do feminino no espaço agrário, de tantas disputas.

O estudo está estruturado em uma revisão da literatura considerando a reforma agrária e o contexto das mulheres rurais, a questão da sustentabilidade e a abordagem dos sistemas agroflorestais.

5.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.2.1 A reforma agrária e a presença feminina na produção e reprodução do espaço agrário

Os estudos sobre assentamentos rurais apresentam algumas perspectivas, com destaque para a materialização de políticas públicas, fruto de pressões de trabalhadores rurais, especialmente de acampamentos e de ocupações de terra. Para além da posse da terra e da reprodução social das famílias, os estudos têm possibilitado discutir as relações de gênero nos assentamentos e a problematização da invisibilidade do trabalho das mulheres no ambiente rural (MEDEIROS, 2008).

Pressões de movimentos sociais possibilitaram mudanças em normas de seleção de beneficiários, facilitando o acesso das mulheres aos resultados da reforma agrária. Para além disso, a garantia de direitos como titulação, aposentadoria e salário maternidade garantem relativa estabilidade às famílias e maior autonomia e independência no uso dos recursos (MEDEIROS, 2008).

Não ter terra implica em não ter acesso às políticas de desenvolvimento. Por esse motivo, participar da produção nos assentamentos está, na maioria das vezes, limitado

pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Com menor tempo para o trabalho produtivo e sem acesso a decisões de gestão da produção, as mulheres assentadas, assim como as agricultoras familiares, atuam nos quintais garantindo o autoconsumo das famílias. Ao não ter acesso a renda monetária permanecem invisíveis na economia dos assentamentos (BUTTO; HORA, 2008, p. 29).

O Brasil foi um dos primeiros países latino-americanos a apresentar uma legislação agrária com a previsão das mulheres serem potenciais beneficiárias, e da possibilidade de distribuição e titulação conjunta de terras oriundas da reforma agrária para casais. Direito formalizado pela Constituição Federal de 1988, mas foi somente a partir da segunda metade da década de 1990, que se observou aumento na parcela de mulheres beneficiárias da reforma agrária, visto que esta não era uma pauta prioritária entre os movimentos sociais agrários (DEERE, 2004). A discussão sobre o tema tornou-se parte da agenda do Estado e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) somente quando a marginalização das mulheres começou a impactar na realidade da consolidação dos assentamentos (DEERE, 2004).

Para entender, de forma mais ampla, o contexto de participação das mulheres nas diversas atividades no meio rural, tem-se mudado, inclusive, a forma de pesquisar. Além de determinar o sexo do proprietário, as pesquisas têm tentado detectar a presença das mulheres na gestão das atividades (FAO, 2019). Sob a ótica da luta pela terra, as mulheres rurais lutam não apenas pela aquisição da terra em si, mas também por sua própria visibilidade (DE CARVALHO et al., 2016).

O constante aumento de disputas no meio rural brasileiro¹², a desigualdade na distribuição de terras, o crescente consumo de agrotóxicos¹³ e diversos crimes ambientais exigem dos movimentos sociais do campo a luta pela defesa de seus territórios, sua soberania alimentar e a preservação ambiental. Também ganha destaque a necessária articulação e resistência das mulheres rurais, sejam elas de qualquer esfera: comunidades tradicionais, ribeirinhas, quebradeiras de coco-babaçu, indígenas, quilombolas, extrativistas, posseiras e sem-terra. Essa articulação possibilita a inclusão de discussões sobre gênero e ruralidades, além do exercício de lideranças femininas que buscam combater o sistema desigual que, no geral, tem sustentação na estrutura patriarcal, capitalista, racista e classista.

As mulheres realizam atividades produtivas, como o plantio e a colheita da produção para o autoconsumo da família; a ordenha dos animais; a produção de queijos e pães; práticas

¹² A Comissão Pastoral da Terra Nacional (CPT, 2023) estima que, somente no ano de 2022, foram registrados 2.018 conflitos no campo, abrangendo 909.450 pessoas, com a morte de 47 deles.

¹³ Entre os anos de 2010 e 2020, houve um aumento no consumo de agrotóxicos, na ordem de 78%, correspondendo a quase o triplo do crescimento da área cultivada no país (HESS; NODARI, 2022).

orientadas para a pequena escala de comercialização de produtos agrícolas; além de realizarem atividades de cunho doméstico (HERRERA; BIROCHI, 2014). Apesar do papel fundamental das mulheres na gestão das atividades, este é um tema ainda pouco explorado nas pesquisas.

5.2.2 A premissa da sustentabilidade e os Sistemas agroflorestais

A discussão do conceito de sustentabilidade não é recente. A preocupação com a finitude dos recursos naturais já era observada na Europa do século XVIII. No entanto, foi a partir da década de 1970, que a discussão tomou proporções mundiais (BOFF, 2017). A importância do tema emerge do reconhecimento de que o padrão de desenvolvimento econômico não se sustenta, em vista do consumo de recursos necessários para tal, ou seja, das limitações da natureza.

Isso posto, “sustentabilidade é um termo que expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos” (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 674)

Nesse contexto, a adoção de uma produção agrícola sustentável é crucial para minimizar as externalidades ambientais negativas do setor, assegurando o atendimento das necessidades atuais e futuras, ao mesmo tempo em que não compromete os aspectos ambientais, econômicos das gerações futuras, como é o caso, por exemplo, dos sistemas agroflorestais.

Sistemas agroflorestais (SAFs) podem ser definidos como o cultivo deliberado de árvores e culturas combinadas de forma interativa, cujo destaque se deu quando a comunidade científica internacional reconheceu suas potencialidades. Também chamada de agrossilvicultura, o método pretende solucionar problemas como o desgaste da agricultura familiar, a degradação do solo, a poluição das águas superficiais e subterrâneas, além da diminuição da biodiversidade (NAIR, 2012).

A utilização de diversas espécies no SAF proporciona uma grande variedade de produtos e serviços madeireiros, designados para diversas funções e produtos não madeireiros como frutas, sementes, mel, óleos essenciais, entre outros. Além disso, a variedade das espécies também oferece outras vantagens como quebra vento ou proteção contra geadas, sombreamento para outras culturas, transformação de matéria orgânica que auxilia na fixação de nitrogênio do solo, diminuindo processos erosivos, potencializando o sequestro de carbono e a alimentação animal, dentre outros (PHILIPPSEN, 2013).

Os SAFs podem ser divididos entre sistemas silviagrícolas, quando combinam árvores com o cultivo agrícola, sistemas silvipastoril, consorciado ao cultivo florestal com plantas forrageiras e a utilização de pastagens para produção pecuária e os sistemas agrossilvipastoril, formados pela agregação do componente florestal, junto aos componentes agrícolas e animal (PHILIPPSEN, 2013).

5.2.3 Análise SWOT ou Matriz FOFA

O termo Análise SWOT ou Matriz Fofa, como também é conhecida em português, é o acrônimo das palavras em inglês: *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). A ferramenta tem como função realizar uma análise de cenário ou do ambiente para melhor compreender a posição estratégica de dado grupo/comunidade (DAYCHOUW, 2007).

Considerada uma ferramenta clássica na área da administração, ela tem sido utilizada em inúmeros contextos, desde ideias de negócios até análise de empresas já consolidadas de maior porte ou ainda para diagnóstico de análises ambientais diversas. Os pontos fracos e os pontos fortes, em geral, se encontram sob o domínio da situação analisada. Já as ameaças e as oportunidades têm origem no ambiente externo (NAKAGAWA, 2015).

A análise SWOT é um instrumento precioso para qualquer entidade, não necessariamente uma empresa. Permite-lhe fazer uma análise precisa de sua situação em um nível de detalhes que possibilita definir as decisões estratégicas a serem tomadas no presente e no futuro. Sua importância no apoio à formulação de estratégias deriva de sua capacidade de promover um confronto entre as variáveis externas e internas, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, bem como de possíveis linhas de ação (DAYCHOUW, 2007, p. 13–14).

A Figura 10 apresenta o formato usual de apresentação da análise SWOT.

Figura 10 Modelo de Análise SWOT



Fonte: Elaborado pela autora.

Como observado na Figura 1, o ambiente interno da organização é composto por características positivas que possibilitam vantagens (Forças) e características negativas (Fraquezas) que podem oferecer desvantagens frente a seus concorrentes. Já o ambiente externo, apresenta fatores positivos que podem ser aproveitados pela organização (Oportunidades) e fatores negativos que podem pôr em risco sua continuidade.

5.3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo utiliza a abordagem metodológica da pesquisa-ação que permite uma maior troca de saberes entre os envolvidos e pode contribuir para o desenvolvimento rural.

De modo geral, a participação dos produtores na pesquisa é vista como meio de identificação dos problemas concretos, definição de prioridades, escolha de soluções praticáveis em função das condições socioeconômicas e do saber popular existente. Por sua vez, a avaliação dos resultados e das propostas técnicas é também efetuada de modo coletivo. Esta avaliação, visa salientar as possíveis melhorias das condições de uso das técnicas e minimizar os usos inadequados e riscos decorrentes nos planos social e ecológico (THIOLLENT, 2011, p. 101).

Por se mostrar bastante flexível, a pesquisa-ação não possui uma necessidade rígida de seguir ordenadamente uma série de fases para o desenvolvimento da pesquisa. Ainda assim, indicada como possível ponto de partida, a fase exploratória consiste na definição de interesses e expectativas dos participantes, bem como num levantamento da situação, dos problemas prioritários e possíveis ações a serem desenvolvidas (THIOLLENT, 2011).

Outra técnica utilizada durante a pesquisa foi o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que consiste num conjunto de ferramentas que oferecem às comunidades a possibilidade de

realização de uma autoavaliação. Os processos de diagnóstico e planejamento participativo são oportunidades de se obter informações da vida cotidiana do grupo, sem considerar a discussão política de temas da comunidade (SOUZA, 2009).

Kummer (2007) afirma que, para o levantamento e análise da realidade, dentro do diagnóstico participativo, espera-se que seja feita a triangulação dos dados. Recomenda-se a utilização de pelo menos três fontes diferentes de informações.

O estudo foi realizado com apoio de bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), processo 202110267000569, com vigência entre julho de 2021 e agosto de 2023.

Foi realizada a coleta de dados primários, por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas, de forma individual, em 3 momentos diferentes, entre janeiro e junho de 2023¹⁴. Já os dados secundários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica sobre os temas reforma agrária, gênero, sistemas agroflorestais, análise SWOT.

Os resultados da tabulação de dados e transcrição das entrevistas, possibilitaram a identificação e avaliação de fatores que afetam, interna e externamente, o ambiente organizacional das Guerreiras, possibilitando um rascunho inicial da matriz SOWT. A etapa seguinte foi a validação desse rascunho junto às Guerreiras, que puderam contribuir com o aprimoramento da matriz, a partir da perspectiva do grupo.

A ideia inicial nesse momento conta-se com a participação das treze Guerreiras que haviam participado da etapa de coleta dos dados primários. As participantes seriam divididas em grupos menores a fim de que entre elas fossem discutidos os aspectos dos ambientes internos e externos, do entendimento das próprias mulheres sobre o que elas identificam como ameaças, oportunidades, pontos fracos e fortes e por fim comparadas com àquelas elencadas pela pesquisadora.

Não obstante, somente quatro mulheres estiveram presentes, sendo a dinâmica alterada. Ao invés da divisão do grupo, optou pela apresentação dos aspectos identificados durante a coleta dos dados primários e as participantes discutiam junto à pesquisadora sobre a concordância ou não de cada um dos aspectos identificados. A partir daí, sob a ótica do grupo e da pesquisadora, foi possível desconsiderar alguns elementos, bem como agregar outros.

¹⁴ A fim de preservar a identidade e o sigilo das respondentes, cada entrevistada recebeu a letra G, seguida de uma numeração.

5.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.4.1 Histórico do coletivo

O grupo Guerreiras de Canudos foi constituído em 2008, a partir do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Inicialmente, o grupo contava com a participação de pelo menos 20 mulheres, que se reuniam para a troca de saberes e o desenvolvimento de práticas agroecológicas para a elaboração de produtos artesanais, fabricados a partir das plantas medicinais e outras espécies cultivadas em seus quintais (GUERREIRAS DE CANUDOS, 2019).

É possível perceber que os acontecimentos dos últimos anos como a pandemia da Covid-19 e enfraquecimento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar impactaram diretamente a atuação do grupo, principalmente na forma coletiva, como explica uma das Guerreiras (G5).

Vale ressaltar que, não obstante a pausa das atividades do grupo, o quintal com plantas medicinais, hortas e criações faz parte das atividades cotidianas de todas elas. G5 explica que o trabalho coletivo e colaborativo compartilhado em projetos anteriores, em que as mulheres dividiam tarefas e responsabilidades em outro espaço comunitário, foi deixado de lado pelo advento do projeto da Universidade Federal de Goiás, Melhoria de Quintais, em 2014. A ação buscava aprimorar os quintais de forma individualizada, o que em vista de sua característica, acabou por “enfraquecê-las” nas atividades enquanto grupo.

Atualmente, a maioria das ações empreendidas por elas, seja de produção ou beneficiamento de algum produto, são para o sustento da família e realizadas individualmente, ou, parte do trabalho, em parceria com o companheiro.

Novas perspectivas se apresentam às Guerreiras, seja pela retomada de programas para a agricultura familiar ou pelas alternativas apresentadas pela adoção do SAF e a produção de plantas medicinais e óleos essenciais, ou pela titulação da terra autorizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA.

Acostumadas a equilibrar atividades domésticas, o cuidado com a família e trabalhos no campo, algumas das entrevistadas não se reconhecem como empreendedoras. Outras, mesmo sem estarem atuando, no momento de realização da pesquisa, com a comercialização de seus produtos, se veem, sim, como empreendedoras. Com efeito, cada uma dessas mulheres

vislumbra algum projeto para o futuro, tais como produzir bioinsumos¹⁵, aprender sobre extração de óleo essencial de plantas medicinais, aumentar a produção familiar de leite, entre outros.

Cabe destacar o fato de que, ainda que as práticas coletivas e trocas de conhecimentos entre as Guerreiras não apresentem a mesma dinâmica de outrora, as relações cotidianas entre elas continuam vivas e estreitas. Durante as visitas, foi possível observar a sutil conexão inerente entre as mulheres, seja na troca de mudas das plantas do quintal, no arranjo para a realização de uma pamonhada no fim de semana, ou na indicação de um vizinho que pode ofertar um produto que o outro demanda.

A partir da análise do contexto do grupo e considerando as novas perspectivas, foi possível construir de forma participativa a matriz SWOT (Figura 11).

Figura 11 Análise SWOT do grupo Guerreiras de Canudos



Fonte: Elaborado pela autora

5.4.2 Ambiente Interno

¹⁵ Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, são considerados bioinsumos “o produto, o processo ou a tecnologia de origem vegetal, animal ou microbiana, destinado ao uso na produção, no armazenamento e no beneficiamento de produtos agropecuários, nos sistemas de produção aquáticos ou de florestas plantadas, que interfiram positivamente no crescimento, no desenvolvimento e no mecanismo de resposta de animais, de plantas, de microrganismos e de substâncias derivadas e que interajam com os produtos e os processos físico-químicos e biológicos”(MAPA, 2020).

Os dirigentes da organização têm a possibilidade de controlar o ambiente interno, seja reforçando ou ampliando os pontos fortes ou minimizando/eliminando os pontos fracos.

A análise apontou aspectos mercadológicos como a heterogeneidade dos produtos, o apelo comercial de produtos de reforma agrária e a produção agroecológica como forças do grupo (COSTA, 2017; SANTOS, 2019). Fundamentando o exposto, percebe-se uma tendência de grupos de consumidores que estão inconformados com problemas sociais e são orientados por valores que compreendem a diversidade e a cadeia de produção comunitária, e consideram o consumo de produtos sustentáveis, artesanais, de redes de negócio e cooperativas (SEBRAE, 2022).

Para além disso, as mulheres contam ainda com a possibilidade de seus produtos orgânicos serem comercializados diretamente ao consumidor, tendo sua certificação facultativa, garantida pela lei (BRASIL, 2003), sendo mais um nicho de mercado a ser explorado.

Identificadas como forças pelas Guerreiras, ainda há as terras férteis da região e a localização próxima a capital do estado, Goiânia (87 km) (INCRA; UFG, 2003) (INCRA; UFG, 2003), sendo este um facilitador logístico para distribuição da produção.

Ainda sobre os pontos fortes, aspectos sociais também foram percebidos como: os saberes e práticas tradicionais das mulheres, a proximidade com projetos de instituição de pesquisa e desenvolvimento e movimentos sociais e a rede de apoio formada pelo grupo (IFG, 2019; SANTOS, 2019).

O controle e posse da terra, outro ponto forte citado, influencia no empoderamento das mulheres, reduzindo sua dependência de parceiros e parentes do sexo masculino, aumentando seu poder de barganha dentro da família e melhorando as chances de acesso recursos produtivos, financeiros e serviços de extensão (FAO, 2021).

O fato da mão de obra que atua nos lotes ser composta, quase em sua totalidade, por membros da família também é visto como um ponto forte (somente 2 famílias contratam de forma permanente força de trabalho externa à família): “A união faz a força, a família unida. Mesmo que não esteja ajudando no trabalho (no campo), está fazendo almoço, lavando uma vasilha, limpando a casa, tratando de um bicho” G10. Todavia é preciso evidenciar que esse aspecto da reduzida utilização de mão-de-obra externa acaba limitando a escala de produção das famílias.

Por outro lado, particularidades sociais como a dificuldade sucessional para a gestão e produção e reprodução da propriedade também foram apuradas como ponto fraco do grupo. A lida com as atividades cotidianas no lote torna-se cada vez mais pesada com o avanço da idade.

“Se eu morrer, a terra fica perdida. Tem que passar para outra pessoa, porque eles (os filhos) não vêm”, explica G11. Em vista do envelhecimento da comunidade rural e do vazio deixado pelos jovens, a promoção do empreendedorismo feminino e de negócios dirigidos por mulheres se apresenta como um ponto importante a ser observado dentro das políticas de desenvolvimento rural (CHONG-GONZÁLEZ, 2016).

Enquanto pontos fracos, ainda foram identificados atributos operacionais como o uso limitado de controles gerenciais, falta de tecnologias para a produção e de planejamento das atividades, além do baixo valor agregado dos produtos. Entre as Guerreiras, observa-se que a utilização de sistemas para controle gerenciais e as anotações, mesmo que de forma analógica são poucas e precárias, e o planejamento das atividades inexpressivo. A inobservância desses aspectos pode impactar negativamente tanto o desempenho do grupo quanto a atuação individual.

Ilustrando o exposto, G5 explica que em certa ocasião, todas elas acabaram entregando o mesmo produto, de uma só vez para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), resultando numa grande quantidade de um item a ser usado de uma só vez. Ela mesma conclui que se o grupo tivesse feito um planejamento, tal produto poderia ser entregue no decorrer das semanas, facilitando o uso e evitando o desperdício, por parte do gestor/comprador.

Corroborando o exposto, Nichele (2018) explica que o planejamento e a qualificação de processos gerenciais e tecnológicos, por parte do agricultor, contribuem para a agregação de valor dos seus produtos, o que acaba por aumentar tanto a competitividade quanto a rentabilidade da sua unidade de produção.

Apontado como uma fraqueza, o sistema de irrigação nas propriedades é um entrave generalizado. Segundo G10, “Todo mundo tem dificuldade, não tem um pivô...”. Muitas vezes subestimados, o aperfeiçoamento de sistemas de irrigação contribui para o aumento da produtividade, redução riscos de quebra de safra, aumento da diversidade de cultivos, melhores ofertas de emprego e salário, produção local e estabilidade de preços, redução da pobreza e desigualdade de gêneros (UNESCO, 2021).

Sobre isso, Medina, Camargo e Silvestre (2018) apontam que a agricultura familiar em Goiás apresenta limitações como sistemas de produção com baixa diversificação e pouca adoção de tecnologias, mesmo àquelas consideradas básicas como irrigação, correção e adubação de soli e manejo de pastagens.

A respeito do impasse no alcance de economias de escala, registrado como um ponto fraco, Otávio et al (2005) afirmam que pequenas propriedades, comumente associadas à agricultura familiar, apresentam dificuldade em competir em escala, migrando para atividades

em que este atributo não é essencial, como é o caso de cultivos consorciados de hortaliças e leite, ou hortaliças e aves, milho e hortaliças, entre outros.

Quanto ao atendimento das normas sanitárias, as Guerreiras destacam que, “se nós tivéssemos o SIM, a gente não ficaria sem dinheiro” G11. Ainda que para produtos de origem animal, os serviços de inspeção sanitária podem ocorrer em âmbito federal (SIF) ou estadual (SIE), a fala refere-se ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Vinculado ao órgão de agricultura de cada município e regido por legislação municipal própria, o serviço permite a comercialização de produtos de origem animal somente no território do respectivo município (PREZOTTO, 2020)¹⁶.

A inspeção e fiscalização industrial e sanitária desses produtos constitui-se na “adoção de um conjunto de normas e procedimentos com a finalidade de se obter um produto seguro do ponto de vista higiênico-sanitário e com alta qualidade comercial e tecnológica (MAPA et al., 2021, p. 18).

O processo de legalização da agroindústria alimentar de origem animal percorre diversas etapas e envolve órgãos das três esferas, municipal, estadual e federal, exigindo documentos muitas vezes distantes da realidade financeira do produtor (CARDOSO, 2012). A escala e a infraestrutura necessárias para a legalização da produção de origem animal e vegetal da agricultura familiar, impedem o acesso da maioria dos agricultores no sistema produtivo formal, trazendo consequências negativas na produção de alimentos tradicionais produzidos em pequena escala (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

A venda de produtos com baixo valor agregado, muitas vezes imposto pela produção informal, ou seja, à margem das normas, acaba limitando o escoamento da produção das mulheres, que como já apontado, optam por venderem na informalidade direto ao consumidor, ou a atravessadores que acabam lucrando em cima da produção do grupo, ou deixando de processar seus itens. “Se você for vender para atravessador, aí não vira muita coisa” (G5).

Não obstante, outro ponto fraco das Guerreiras está na dificuldade de operacionalizar integralmente o marketing do negócio. Silva e Batalha (2014) explicam que os 4Ps podem ser entendidos como: produto: o próprio produto/serviço ofertado ao mercado, que inclui características como qualidade, embalagem e design que são apreciados pelos clientes/consumidores. O preço é definido pela organização, considerando a percepção de valor

¹⁶ O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, SUASA busca unificar, descentralizar e integrar o sistema, entre a união, estados e municípios. Dentro do SUASA, há o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, SISBI-POA. Ao aderir ao SISBI/SUASA, o SIM permite a comercialização dos produtos agroindustriais inspecionados em todo território nacional (PREZOTTO, 2020)

dos seus produtos pelos clientes, e que sofre influências de demandas do mercado e custos de produção. A praça, que é considerada a forma como os produtos são disponibilizados ou distribuídos no mercado, garantindo o estímulo e o acesso da demanda. A promoção, que se refere à forma como o negócio se comunica com seu consumidor/cliente, a fim de informá-lo, persuadi-lo a adquirir seus produtos. Inclui propaganda, promoção de vendas, venda direta, entre outros.

As Guerreiras possuem uma marca coletiva, conseguem ofertar uma diversidade de produtos de qualidade, por meio de vendas diretas e institucionais, feiras e eventos, mas não estabelecem formalmente uma política de preços, nem tampouco uma estratégia de promoção de vendas e relacionamento com seus clientes. Esses fatores, alinhados às deficiências gerenciais já mencionadas, restringem substancialmente a viabilidade de manutenção e expansão do negócio.

5.4.3 Ambiente externo

Entre as oportunidades identificadas para o grupo, grande parte encontra-se em novos canais de comercialização. Entre eles está a retomada do governo federal na promoção de políticas de acesso a mercados pelos agricultores familiares, por meio de programas como o PAA e o PNAE (BRASIL, 2023f; RODRIGUES, 2023).

Para 2023, o estado de Goiás conta com um aumento de 35,7% de reajuste dos valores pagos pelo PNAE¹⁷, resultando na projeção de investimento em torno de R\$162 milhões (BRASIL, 2023c). Com o objetivo de contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional e do abastecimento alimentar, o decreto que sustenta o PAA garante a participação mínima de 50% de mulheres em sua execução e a destinação de R\$500 milhões (BRASIL, 2023f; RODRIGUES, 2023).

A implantação dos SAFs na área comum do assentamento oferece a possibilidade de produção e comercialização de produtos orgânicos in natura, como hortaliças e frutas. Estima-se que entre 2019 e 2021, a região Centro-Oeste aumentou em 129% no consumo de orgânicos,

¹⁷ Em 31 de maio de 2023, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6856/13, do Senado, a fim de incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre as prioridades na aquisição de alimentos destinados ao PNAE. O texto já foi aprovado em caráter conclusivo e, caso não haja recurso para análise do Plenário, segue para sanção presidencial (HAJE, 2023).

sendo a região com maior percentual de consumidores do país, com destaque para os itens de hortifrutti, representando 75% dos orgânicos de maior destaque (ORGANIS, 2021).

Estratégias de cooperativismo/associativismo estão entre as possibilidades de alcance de novos canais de comercialização, minimizando as limitações de espaço e escala de produção, comuns a pequenos produtores, além de oportunizar a racionalização de custos entre o grupo (SEBRAE, 2019). Corroborando o exposto, Otávio et al (2005) explicam que as diversas formas de associação podem oportunizar o poder de barganha junto aos fornecedores ou clientes, ganhos de escala e o acesso a canais de distribuição que não seriam acessados pelos agricultores familiares de forma individual.

O modelo de SAF implantado no Assentamento possui o diferencial do cultivo de plantas medicinais. Não obstante às características intrínsecas da prática, ainda há a possibilidade de combinar plantas medicinais com outras culturas, como espécies nativas (com a perspectiva de processamento e aumento do seu valor agregado) com espécies voltadas para o autoconsumo familiar e para a venda do excedente. Nesse sentido, o SAF das Guerreiras já mostra resultados: a colheita de hortifrutis, açafrão e algumas plantas medicinais, sendo o excedente comercializado em uma feira em Goiânia.

Com o cultivo de plantas medicinais gesta-se a oportunidade da extração de óleos vegetais, sejam eles óleos fixos, extraídos de forma mecânica ou os óleos essenciais, extraídos pela técnica de arraste de vapor d'água. Espécies cultivadas organicamente e em regiões sem poluição oferecem óleos de melhor qualidade, que podem ser usados nas indústrias farmacêuticas e de cosméticos (OLIVEIRA; JOSE, 2021).

Alguns fatores explicam o crescimento desse mercado de óleos essenciais, como é o caso do aumento mundial do consumo de cosméticos naturais. Além disso, a utilização da aromaterapia no setor de higiene pessoal e limpeza, a expansão de investimentos no setor, na Ásia e América Latina e a necessidade de produtos substitutos à matéria-prima importada também têm impactado positivamente o setor (OLIVEIRA; JOSE, 2021).

As oportunidades vislumbradas para as Guerreiras seguem uma tendência mundial de consumo a partir do propósito e da busca por organizações que apresentam impacto social positivo, equilibrando prosperidade socioeconômica e conservação de recursos naturais, potencializado pelo uso de saberes e práticas tradicionais (CAMPOS; COMINI, 2019).

Schneider (2021) ressalta que os circuitos curtos de comercialização agroalimentar (CCC) possibilitam a reconstrução entre alimento, sociedade e território. Conhecer quem produz, onde e como se produz impacta o consumidor. “Quando um consumidor compra algo do produtor agroecológico, ele sabe que nesta transação não se troca apenas dinheiro por um

produto qualquer. Trata-se, acima de tudo, de uma troca que se baseia em valores humanos” (SCHNEIDER, 2021, p. 15). Os CCC possibilitam a distribuição mais justa e equitativa da riqueza, influenciando o desenvolvimento da região dos produtos (MUÑOZ, 2022).

Para as Guerreiras de Canudos, as oportunidades elencadas somente serão aproveitadas mediante investimentos. Segundo o Governo Federal, para 2023, as políticas de crédito rural devem focar no Plano Safra Verde. A proposta é fomentar tecnologias de baixa emissão de carbono, assim como uma linha de crédito especial para médios e pequenos produtores, com juros mais baixos para produção de alimentos que abastecem o mercado interno (BRASIL, 2023d).

Em agosto de 2023 foi criado o Programa Quintais Produtivos a fim de promover a segurança alimentar e nutricional e a autonomia econômica das mulheres rurais. Buscando associar os quintais com fomento, assistência técnica, cisternas e comercialização, espera-se que 90 mil quintais sejam criados até 2026. (BRASIL, 2023b, 2023e)

Ainda a partir da análise do ambiente externo, foi possível identificar algumas ameaças ao grupo, dentre elas o avanço da produção de *commodities* no assentamento, bem como em toda a região. A produção de soja é percebida em diversos lotes, inclusive, fazendo parte da realidade de algumas mulheres do grupo. A escolha pela soja associa-se à possibilidade de melhor rentabilidade que ela oferece.

Por outro lado, a produção de soja acarreta menor produção de gêneros alimentícios, diminuindo a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias. Além disso, o uso de agrotóxicos contribui para redução da biodiversidade na região e expõe a comunidade a problemas de saúde decorrentes desse contato. Uma das Guerreiras, inclusive, chegou a ser hospitalizada por apresentar sintomas de intoxicação por agrotóxico aplicado em uma área próxima à sua casa. Outra Guerreira chegou a mencionar sua preocupação diante de tal prática e relatou sua intenção de investir na produção de bioinsumos para substituir os agrotóxicos.

A dependência de políticas públicas para a comercialização dos produtos é considerada uma ameaça para as Guerreiras. Nesse sentido, cabe destacar que 62% das Guerreiras entrevistadas comercializam seus produtos por meio do PAA, enquanto 69% têm o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como comprador da sua produção. Esses programas foram diretamente impactados pelo enfraquecimento das políticas públicas, acentuadas a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e da pandemia de COVID-19.

Sobre isso, é importante explicar que os programas ou ações governamentais foram extintos ou reduzidos, como foi o caso do PAA, que em nome da austeridade fiscal sofreu restrições orçamentárias (GRISA et al., 2022). Além disso, as barreiras sanitárias para

contenção da Covid-19 ocasionaram o fechamento de comércios, indústrias e atividades escolares. Este último, influenciou diretamente o PNAE (SALGADO; DELGROSSI, 2022), uma vez que, com a suspensão das atividades presenciais nas escolas, as atividades do programa também foram suspensas, impactando as compras diretas de alimentos produzidos pela agricultura familiar (CARVALHO et al., 2021).

Arraigada na sociedade como um todo, a discriminação de gênero ainda é uma ameaça para as Guerreiras. A questão de gênero ainda pesa no que concerne ao que é considerado trabalho ou “ajuda”. “Mas é cultural. Não é nem questão de ser só aqui no assentamento. Isso é cultural. Normalmente esse serviço de quem prepara as coisas (para outras) acontecerem não existe como trabalho” (G1).

Corroborando a fala de G1:

É o que eu falo. Esse negócio do trabalho invisível da mulher, ele vem de longas datas. E isso até hoje prevalece que era um tempo dos machistas, dos homens machistas. Se a mulher era aquela que tinha que ficar só dentro de casa, que a mulher era submissa ao homem [...] A mulher não trabalhava. Se a mulher quisesse uma blusa, ela tinha que cativar o marido dela não sei quantos dias pra poder conseguir, ganhar uma blusa. Não tinha autonomia que tem hoje não. (G11).

A mulheres e a natureza são desvalorizadas pelo paradigma dominante, de forma universal. Esse domínio sobre ambas, é designado como patriarcado (ZERZAN, 2010). Esse sistema estrutural impacta as iniciativas empreendedoras das mulheres (UFG; SEBRAE, 2020).

Também há concordância entre as autoras ao afirmar que o empoderamento representa um desafio nas relações de poder existentes e que procura obter maior controle sobre as fontes de poder. Nota-se que o empoderamento conduz à conquista da autonomia individual, estimulando a resistência, a organização coletiva e ao protesto mediante a mobilização. Resumindo, os processos de empoderamento são, para as mulheres, um desafio à ideologia patriarcal em vista a transformar as estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social (LEÓN et al., 1997, p. 20)

Algumas Guerreiras já desfrutam das vantagens oferecidas por esse empoderamento. “Hoje, lá em casa, quem banca a minha casa sou eu. Então todo mundo tem que ficar pianinho ao meu redor. Porque eu que trabalho. Meu marido raramente joga um dinheirinho, assim, lá pingado” (G11)

Não obstante, ainda há muito trabalho a se fazer. Evidencia-se o imperativo de fomentar a autonomia socioeconomicamente das mulheres, a fim de melhorar sua qualidade de vida e do seu entorno, contribuindo para mudanças sustentáveis a longo prazo e para o desenvolvimento regional.

5.5 CONCLUSÃO

A análise SWOT do grupo Guerreiras de Canudos permitiu a compreensão de aspectos internos e externos que afetam suas atividades e seu potencial empreendedor. A partir daí, foi possível identificar e priorizar itens críticos do negócio, que servirão de apoio para a definição de estratégias e para a tomada de decisões.

Os atributos identificados como forças das Guerreiras como, a diversidade dos produtos, a produção agroecológica, as redes de apoio interna (entre as próprias mulheres) e externa (o envolvimento com instituições de pesquisa e movimentos sociais) são ativos que devem ser alavancados a fim de aumentar sua capacidade competitiva no mercado.

Em contraponto, as fraquezas mostram que mesmo que os pontos fortes sejam mais bem aproveitados, a viabilidade das atividades do grupo pode estar comprometida em vista da falta de controles gerenciais, planejamento e do reduzido uso de tecnologias. Definir ações de marketing poderá impulsionar substancialmente o negócio, oportunizando todos os outros recursos. A utilização dessas técnicas pode auxiliar as Guerreiras a otimizarem os recursos disponíveis. Esses entraves gerenciais podem ser superados por meio de parcerias com centros de pesquisa, entidades do setor e assistência técnica rural para capacitação para o desenvolvimento ou aperfeiçoamento das habilidades do grupo.

Outro gargalo, refere-se ao baixo valor agregado dos produtos, que por sua vez, esbarra na dificuldade do cumprimento de normas, especialmente as sanitárias. Tais realidades acabam reforçando a alta dependência do grupo em comercializar seus itens para programas como o PNAE e o PAA, nicho de mercado em que produtos alimentícios, além de demandar itens processados, também demandam aqueles in natura.

No cenário externo ao grupo, as oportunidades apontadas, incluem a retomada das políticas públicas para a agricultura familiar, seja por meio do PNAE ou PAA, a tendência de consumo consciente junto à prerrogativa de produtos agroecológicos e sustentáveis, oferecem possibilidades de expansão do negócio.

Parte dessas oportunidades requerem investimentos e nesse contexto, é possível que as linhas de crédito subsidiadas para a agricultura familiar, como o PRONAF, que prevê o aumento da oferta de crédito para investimentos, sejam uma opção. No entanto, reforça-se a necessidade do planejamento e controle do negócio a fim de tornar viável a utilização do investimento.

As ameaças, representadas nesse cenário pelo avanço das *commodities*, mudanças climáticas e desigualdades de gênero destacam a necessidade de enfrentamento de novos (ou velhos) desafios impostos. Sobre esses aspectos, a união e o cooperativismo podem ser fatores

chaves para mitigar os impactos negativos, visto o aumento do poder de barganha e a diversidade de pensamento crítico do grupo.

Outrossim, exalta-se a uso da prática agroflorestal, alinhada às sugestões de boas práticas de negócio aqui elencadas, como uma estratégia de potencializar o que as Guerreiras já fazem de melhor. Fomentar recursos e dar autonomia para tomada de decisões é empoderar uma Guerreira. Uma Guerreira empoderada estimula o coletivo, que fortalece a comunidade, que contribui para o desenvolvimento rural e territorial.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, M. O., BUAINAIN, A. M., & SOUZA FILHO, H. D. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. Em: **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos (Brasil): EDUFSCAR, 2005. p. 43–66.
- BATISTA, M. A. DA S.; OLIVEIRA, A. M. **Desigualdade de gênero, campesinato e questão agrária no Brasil**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. *Anais...*out. 2021.
- BOFF, L. **SUSTENTABILIDADE O que é - O que não é**. Petrópolis, RJ: EDITORA VOZES, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*. Brasil, 23 dez. 2003.
- BRASIL. DECRETO Nº 11.642, DE 16 DE AGOSTO DE 2023. Institui o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais. . 2023 a, Sec. 1.
- BRASIL. **Goiás garante R\$ 162 milhões para merenda escolar, após reajuste de mais de 35%**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/reajuste-de-valores-do-pnae/goias-garante-r-162-milhoes-para-merenda-escolar-apos-reajuste-de-mais-de-35>>. Acesso em: 22 maio. 2023b.
- BRASIL. **Mapa, Fazenda, MMA e MDA, alinham diretrizes do Plano Safra 2023/2024, com foco na agricultura de baixo carbono**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-fazenda-mma-e-md-a-alinham-diretrizes-do-plano-safra-2023-2024-com-foco-na-agricultura-de-baixo-carbono>>. Acesso em: 25 maio. 2023c.
- BRASIL. **Governo cria Programa de Quintais Produtivos para Mulheres Rurais e retoma reforma agrária**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/governo-cria-quintais-produtivos-e-retoma-reforma-agraria>>. Acesso em: 30 out. 2023d.
- BRASIL, P. DA R. DECRETO Nº 11.476, DE 6 DE ABRIL DE 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. 21 jan. 2023 e.
- BUTTO, A.; DANTAS, C.; BEZERRA, E. C.; HORA, K. E. R.; MOURÃO, M.; NOBRE, M. M.; FARIA, N. **Mulheres Rurais e Autonomia**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
- BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. Em: ADRIANA L. LOPES, A. B. Z. (Ed.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 21–37.
- CAMPOS, F.; COMINI, G. M. Negócios com impacto ambiental. Em: **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 1–367.

CARDOSO, F. L. DE A. A “Via Crusis” para a legalização da agroindústria alimentar: impacto social da legislação sanitária na agricultura familiar. Dissertação (Mestrado)—Brasília: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/a-agroindustria-e-os-selos-de-inspecao,b586768a0148c710VgnVCM100000d701210aRCRD>, 2012.

CARVALHO, G. C. G.; MORAIS, I. B. de A.; OLIVEIRA, G. A. L.; VENDRAMETTO, O. Agricultura familiar e alimentação escolar: reflexos da pandemia de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e13910413911, 3 abr. 2021.

CHONG-GONZÁLEZ, E. G. El emprendedurismo femenino rural. **Entramado**, v. 12, p. 30–36, 2016.

COSTA, J. “Guerreiras do Canudos” trazem riquezas do baru para Agro Centro-Oeste Familiar. Disponível em: <<https://agro.ufg.br/agrocentro/noticias/guerreiras-do-canudos-trazem-riquezas-do-baru-para-agro-centro-oeste-familiar.html>>.

CPT NACIONAL- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL. **Conflitos no campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

CRUZ, F. T. DA; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22–38, 2010.

DAYCHOUW, M. **40 ferramentas e técnicas de gerenciamento**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

DE CARVALHO, B. O., TURONI, G. N., POLINO, M. V. G., LEAL, T. G., & DO CARMO, O. A. **O PAPEL DAS MULHERES NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA**. Em: VII SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS. Araraquara: 30 jun. 2016.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 175–204, abr. 2004.

FAO. **Agroforestería para la restauración del paisaje. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura**, 2017.

FAO. Empoderar a las mujeres rurales para potenciar la agricultura. El trabajo de la FAO en materia de género. **Organización Mundial de la salud y agricultura**, v. 5, p. 24, 2019.

FAO. **Realizando los derechos de las mujeres a la tierra en la ley- Guía para la elaboración de informes para el indicador del ODS 5.a.2**. Roma: FAO, 2021.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 667–681, jul. 2017.

FERREIRA, A. P. L.; MOREIRA, S. L.; SILIPRANDI, E. Reivindicando o valor das mulheres na Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

GARCÉS, V. El foro mundial sobre la Reforma Agraria. **FAO. Land Reform: Land Settlement and Cooperatives**, v. 2, p. 13–24, 2005.

GRISA, C., SCHMITT, C. J., SILVA, A. P. D., LEITE, S. P., ZIMMERMANN, S., & BARBOSA, Y. R. D. S. **A DESESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heirich Böll, 2022.

GUERREIRAS DE CANUDOS. Plantas dos Nossos Quintais. **Caderno Temático. Centro Vocacional Tecnológico Apinajé**, p. 1–43, 2019.

HAJE, L. **CCJ aprova prioridade para mulher na venda de alimento para merenda escolar - Notícias**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/967561-ccj-aprova-prioridade-para-mulher-na-venda-de-alimento-para-merenda-escolar/>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

HERRERA, K. M.; BIROCHI, R. Uma releitura das organizações produtivas de mulheres rurais através da teoria da reciprocidade. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 9, n. 1, 2014.

HESS, S. C.; NODARI, R. O. Agrotóxicos no Brasil: Panorama dos produtos aprovados entre 2019 e 2022. **AMBIENTES EM MOVIMENTO**, v. 2, n. 2, 2022.

HORA, K. E. R.; MAURO, R. A.; CALAÇA, M. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista Nera**, v. 22, n. 49, p. 140–167, 2019.

IFG. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Curso capacita mulheres de Canudos na produção de cosméticos artesanais**.

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de desenvolvimento sustentável do Assentamento Canudos, municípios de Guapó, Palmeiras de Goiás e Campestre, Go.** Goiânia: UFG/INCRA, 2003.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. Salvador: GTZ, 2007.

LEÓN, M. et al. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. 1. ed ed. Bogotá: UN, Facultad de Ciencias Humanas: TM Editores, 1997.

MAPA et al. **Serviços de inspeção municipal vinculados a consórcio público de municípios: Como implantar, operacionalizar, promover segurança sanitária, diminuir custos e criar oportunidades para ampliação de mercado dos produtos locais**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/arquivos/servicos-de-inspecao_v6.pdf>

MAPA- MINISTÉRIO A AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Conceitos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/bioinsumos/o-programa/conceitos>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MARCHETTI, F., MARQUES, P. E. M., DOS SANTOS, J. D., & CAMPELO, F. O. Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 284, 2020.

MATTEI, L. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 234–260, 2016.

MDA/NEAD. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. (Nead Debate 9) ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 260

MEDEIROS, L. S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. Em: ADRIANA L. LOPES, A. B. Z. (Ed.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 9–18.

MEDINA, G.; CAMARGO, R.; SILVESTRE, W. Retrato da agricultura familiar em Goiás: relevância, sistemas de produção e alternativas para sua consolidação. Em: **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico**. 4º ed. Goiânia: Editora UFG, 2018. p. 17–44.

MUÑOZ, E. F. P. Circuitos curtos de comercialização de alimentos: uma estratégia agroecológica. **AMBIENTES EM MOVIMENTO**, v. 2, n. 2, p. 66–70, 2022.

NAIR, P. K. R. Agroforestry -The Future of Global Land Use Advances in Agroforestry. p. 541, 2012.

NAKAGAWA, M. **Ferramenta: Análise SWOT (Clássico)**. , 2015.

NICHELE, F. **Planejamento ajuda empresas a ampliar mercado**.

OLIVEIRA, S. M. M. DE; JOSE, V. L. A. **Processos de extração de óleos essenciais**. Curitiba: Instituto de Tecnologia do Paraná- TECPAR, 11 jul. 2021.

ORGANIS. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2021-completa/>>. Acesso em: 25 maio. 2023.

PHILIPPSEN, D. C. **Plano de Negócio para a Implantação de um sistema agroflorestal nos Campos Gerais do Paraná**. São José dos Pinhais: Pontífice Universidade Católica do Paraná, 2013.

PREZOTTO, L. L. **Procedimentos para a Regularização de Empreendimentos Comunitários, Familiares e Artesanais**. Brasília. Instituto Sociedade, População e Natureza, 2020.

RODRIGUES, A. **Governo retomará compras de alimentos da agricultura familiar**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/governo-retomara-compras-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 22 maio. 2023.

SALGADO, B. T.; DELGROSSI, M. E. Segurança alimentar e PNAE. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022005, 8 jul. 2022.

SANTOS, S. SANTOS, 2019- **Mulheres trabalhadoras e guerreiras _ Podcast _ Rádio Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/11/mulheres-trabalhadoras-e-guerreiras-do-assentamento-de-canudos>>. Acesso em: 24 maio. 2023.

SCHNEIDER, S. Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. Em: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Eds.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Sempelo, 2021. p. 9–16.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Tendências e oportunidades de negócios**. Goiânia: Sebrae, nov. 2019. . Acesso em: 25 maio. 2023.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Caderno de Tendências 2023** SEBRAE Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.n.]. Disponível em: <https://sebraers.com.br/solucao-digital-detalle/?idsolucao=12111?utm_source=blog&utm_medium=ref_botao&utm_campaign=DO T&utm_term=&utm_content=blogpost_tendencias_2023>. Acesso em: 25 maio. 2023.

SILVA, A. L.; BATALHA, M. O. Marketing estratégico aplicado ao agronegócio. Em: **Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 113–183.

SOUZA, M. M. O. DE. A utilização de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o Diagnóstico Rural/ Rápido Participativo (DRP). **EM EXTENSÃO**, 8. v. 8, n. 1, p. 34–47, jan. 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS; SEBRAE- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Relatório - Perfil Empreendedora Goiana: O empreendedorismo por mulheres e seus desafios - 2020**. Goiânia: [s.n.]. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1267/o/Estudo_Perfil_da_Empreendedora_Goiana_-_Vers%C3%A3o_Final.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ZERZAN, J. P. Patriarcado, Civilização e as Origens do Gênero. **Gênero & Direito**, v. 1, n. 2, 2010.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos aspectos identificados durante o desenvolvimento desta dissertação é possível afirmar que a adoção dos SAFs contribui para o desenvolvimento socioeconômico das Guerreiras de Canudos, conforme o proposto na hipótese inicial. Como apontado, o modelo proposto pelo SAF pode contribuir para a conservação da sociobiodiversidade, diversificação produtiva, segurança alimentar, geração de renda e autonomia das mulheres. Práticas de gestão oportunizam recursos e minimizam os riscos inerentes às atividades. Dessa forma, a ausência dessas práticas pode limitar o alcance dos benefícios oferecidos pelos SAFs.

O artigo I apontou o SAF como uma boa alternativa para a geração de renda para a agricultura familiar e desenvolvimento regional no estado de Goiás. Como os SAFs podem oferecer benefícios desde a integração de grandes áreas com lavoura, pecuária e floresta, até quintais agrofloretais característicos da agricultura familiar, é provável que diferentes estratégias de apoio e incentivo a cada um desses tipos de SAFs sejam necessárias para que se alcance os diferentes produtores do estado.

Dessa forma, é importante que as lacunas nos dados atualmente disponíveis sobre SAFs sejam preenchidas a fim de serem analisadas e consideradas na elaboração de políticas públicas de incentivo à prática, considerando assim, a heterogeneidade das atividades agropecuárias desenvolvidas no estado e dessa forma sejam mais efetivas.

No artigo II, ao examinar o perfil empreendedor das Guerreiras de Canudos, observou-se que o percurso trilhado por elas nos últimos anos mostra que as atuações individuais tiveram destaque, mas o coletivo continua vivo e ansiando por desenvolver seu potencial. Situações como a pandemia de Covid-19 e a precarização das políticas públicas para a agricultura familiar impactaram sobremaneira as atividades como um todo. Os resultados ressaltam o papel das mulheres enquanto guardiãs da segurança alimentar e o impacto das políticas públicas em suas atividades.

Ressaltam-se reflexões importantes sobre o empreendedorismo feminino identificado nas Guerreiras. É possível, que as mulheres, que durante a entrevista, relataram não terem sofrido preconceito, tenham sido aquelas identificadas como coadjuvantes ou simplesmente como "ajuda" nas atividades. Nesse contexto, uma vez que elas compartilham a mesma estrutura ou até mesmo todo o processo com seus parceiros, surge a questão de serem ou não consideradas empreendedoras, enquanto, a figura masculina, do companheiro, é a considerada empreendedora no processo.

Destaca-se assim, a necessidade de valorização do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, aqui, especificamente das mulheres rurais. Para isso, é preciso criar condições materiais para seu fortalecimento e empoderamento, a fim otimizar os processos produtivos e contribuir para o desenvolvimento territorial.

O artigo III identificou que no ambiente interno das Guerreiras, boas práticas, que lhe conferem vantagens competitivas, além de deficiências que restringem seu potencial, mas que podem e devem ser trabalhadas a fim de se tornarem recursos valiosos para o grupo. Para o ambiente externo, foram verificadas tendências a serem aproveitadas e que podem alavancar outros recursos que o grupo já possui. Por outro lado, também se verificou que há fatores os quais o grupo não tem domínio, que deverão ser evitados ou ao menos terem seu impacto negativo minimizado. Esta análise poderá servir de apoio para a definição de estratégias de negócio e tomada de decisões do grupo.

Ao apresentar as habilidades e competências do grupo e compará-las às vantagens oferecidas pelos SAFs, percebe-se que as Guerreiras de Canudos já possuem certa prática no manejo agroflorestal, com seus quintais produtivos. A proposta aqui elencada é que, de forma consciente e planejada, o plantio dos SAFs seja aprimorado considerando tanto a vocação do grupo, como as oportunidades do mercado.

No entanto, no caso das Guerreiras de Canudos, a implantação dos SAFs, sem a mudança de paradigma do negócio, pouco avança. Em outras palavras, sem o devido planejamento, o uso de controles gerenciais, da definição de estratégias de atuações individuais e coletivas, com foco em melhor desenvolver as forças, aproveitar as oportunidades, mitigar as fraquezas e blindarem-se das ameaças, agregando valor a seus produtos, limita em demasia os benefícios propostos pelo SAF. Recomenda-se o aproveitamento das habilidades e competências das Guerreiras de modo que se avance na busca por soluções que limitem o potencial de crescimento e desenvolvimento dessas mulheres.

Os elementos discutidos nesta dissertação, apontam para a importância das políticas públicas para a agricultura familiar e em especial, para as mulheres rurais. Os acontecimentos sociopolíticos dos últimos anos, como as crises sanitárias e econômicas oriundas da pandemia de Covid-19 e desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar, a partir de 2017, mostraram a importância de serem desenvolvidas políticas de estado e não de governo. A partir disso, garante-se que, independentemente do viés político partidário a assumir as três esferas de poder, as condições básicas para o desenvolvimento socioeconômico da população permaneçam intocadas.

Para além do discutido, este estudo apresentou algumas limitações. O primeiro contato com as Guerreiras de Canudos só foi possível quatro meses após o início do projeto, devido a pandemia de Covid-19, que ainda assolava o país. A fim de que o distanciamento social fosse assegurado, a reunião só aconteceu após o avanço da cobertura vacinal, em novembro de 2021.

O projeto inicial de pesquisa, que havia sido aprovado em 2021, passou por entraves que postergaram a execução dos recursos destinados ao SAF, impactando o momento do plantio (o SAF 1, foi implantado no fim do período chuvoso, demandando mais recursos hídricos e humanos para que prosperasse) que só ocorreu em março de 2022, quase nove meses após o início do projeto desta dissertação. Esse início lento, acabou comprometendo o objetivo inicial do projeto, que entre outras propostas, se dispunha a analisar a viabilidade econômica do SAF. Dessa forma, novos caminhos foram traçados e a pesquisa então precisou ser ajustada. Após o trabalho ter sido qualificado, a pesquisadora teve alguns problemas pessoais de saúde em família, que limitaram sua atuação em campo, sendo necessária a solicitação de prorrogação do prazo de defesa e o reajuste do trabalho.

Outro elemento limitador foram os dados primários sobre SAFs, obtidos por meio do Censo Agropecuário, não sendo apresentada sua tipificação, ou seja, mais elementos que possibilitem a classificação dos sistemas quanto a características socioeconômica, ecológica, estrutura e sua função. Há que se considerar essa informação auxiliar na elaboração de políticas públicas, que considerem a diversidade presente nos tipos de SAFs.

No que tange a pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento da discussão da questão de gênero, seus sentidos e dissensos, no âmbito rural. Ainda que a conservação ambiental, as práticas sustentáveis, melhorias de processo, aperfeiçoamento da gestão do negócio, aumento da renda e valorização do trabalho também sejam questões almejadas por homens rurais, são as mulheres rurais que ainda sofrem as consequências de um sistema estrutural que as trata de forma hostil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. V.; LAURA, V. A.; ALMEIDA, R. G. DE. **Sistemas agroflorestais: a agropecuária sustentável**. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2015.
- ARAÚJO, A. C. P., DA SILVA, J. G. A., DA SILVA, J. P., DA SILVA, R. S., & DE SÁ MENDONÇA, R. Horta mandala: tecnologia social para incentivo à autonomia econômica de mulheres do campo em Caruaru-PE. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021.
- ARCO-VERDE, M. F. **Sustentabilidade biofísica e socioeconômica de sistemas florestais na Amazônia brasileira**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
- BRASIL. 14.119. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nº os 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. 13 jan. 2021.
- BRASIL, P. DA R. DECRETO Nº 11.476, DE 6 DE ABRIL DE 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. 21 jan. 2023.
- CMMAD, C. M. S. O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-FGV, 1991.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO- CONAB. **Boletim da Agricultura Familiar**. Brasília: Companhia Nacional de Alimentos, 2021. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>.
- DA CRUZ, E. C. V., DE CASTRO ROCHA, O., QUADROS, J. S., DE CASTRO ROCHA, A., & DE SOUZA COSTA, A. **ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO ATRAVÉS DA MATRIZ SWOT EM SISTEMA AGROFLORESTAL DE UMA PROPRIEDADE RURAL DE TOMÉ-AÇU/PA ANÁLISIS DE ENTORNOS INTERNOS Y EXTERNOS A TRAVÉS DE SWOT MATRIZ EN EL SISTEMA AGROFORESTAL DE UNA PROPIEDAD RURAL**. Pôster apresentado em IV Congresso Internacional das Ciências Agrárias COINTER- PDVAgro 2019. Teresina, 2019.
- DIAZ PEREZ, A. M.; SILVA NIÑO, A. C. Modelo de Empoderamiento Socioeconómico con enfoque de Género. **Reflexión Política**, v. 21, n. 42, p. 163–175, 12 set. 2019.
- EWERT, M. **Análise financeira como fator de importância para tomada de decisão em sistemas agroflorestais agroecológicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.
- EWERT, M., ARCO-VERDE, M. F., PALMA, V. H., & DA SILVA KAZAMA, D. C. Avaliação financeira e desempenho produtivo de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e36710515163, 9 maio 2021.
- FRANCO, F. S.; OLIVEIRA, J. E.; ÁLVARES, S. M. R. Construção participativa do conhecimento agroflorestal e monitoramento de indicadores de sustentabilidade em

assentamentos rurais na região de Iperó, SP. Em: **Sistemas Agroflorestais: experiências e reflexões**. 1ª ed. Brasília, DF: Embrapa, 2017. p. 216.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRAS DE CANUDOS. Plantas dos Nossos Quintais. **Caderno Temático. Centro Vocacional Tecnológico Apinajé**, p. 1–43, 2019.

HORA, K. E. R.; MAURO, R. A.; CALAÇA, M. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista Nera**, v. 22, n. 49, p. 140–167, 2019.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017. Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

KIPTOT, E.; FRANZEL, S. Gender and agroforestry in Africa: a review of women's participation. **Agroforestry Systems**, v. 84, n. 1, p. 35–58, 21 jan. 2012.

LIMA, J. R. S.; PAULA, M. C. DE; ASSUNÇÃO, H. F. DA. Impactos socioambientais da utilização de Sistemas Agroflorestais: o caso da Fazenda Olho do Céu, Chapadão do Céu (GO). **Geoambiente on-line**, n. 31, p. 119–136, 2018.

LUNDGREN, B. O.; RAIN TREE, J. B. Agricultural Research for Development: Potentials and Challenges in Asia. **ISNAR, The Hague, The Netherlands**, p. 37–49, 1982.

MICCOLIS, A., PENEIREIRO, F. M., MARQUES, H. R., VIEIRA, D. L., ARCO-VERDE, M. F., HOFFMANN, M. R., ... & PEREIRA, A. V. **Restauração ecológica com sistemas agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga**. Brasília: População e Natureza- ISPN/ Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal- ICRAF, 2016.

MORAES, L. L. D.; SAMPAIO SIEBER, S.; NASCIMENTO FUNARI, J. MULHERES LIDERANÇAS RURAIS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E TRABALHO DE CUIDADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID -19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21574, 1 set. 2020.

NETO, N. E. C., MESSERSCHMIDT, N. M., STEENBOCK, W., & MONNERAT, P. F. **Agroflorestando o mundo de facão a trator**. p. 1–91, 2016.

ODS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PALMA, V. H., ARCO-VERDE, M., CURCIO, G., GALVÃO, F., & MATTOS, L. ANÁLISE FINANCEIRA DE SISTEMA AGROFLORESTAL(SAF) ORGÂNICO DO SUL DO BRASIL. **Enciclopédia Biosfera**, v. 17, n. 30, 30 mar. 2020.

PALMA, V. H. **Sistemas agroflorestais: fatores ambientais e culturais no contexto da análise financeira**. Tese (Doutorado)—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

PERACI, A. S. Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Em: **Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. NEAD Estudos. Brasília: MDA, 2007. p. 397.

PULGA, V. L., CALAÇA, M., CINELLI, C., SEIBERT, I. G., & CIMA, J. I. Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. 2018.

REBELLO, J. F. DOS S.; SAKAMOTO, D. G. **Agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch**. São Paulo: Editora Reviver, 2021.

RIBEIRO-SILVA, R. D. C., PEREIRA, M., CAMPELLO, T., ARAGAO, E., GUIMARÃES, J. M. D. M., FERREIRA, A. J., ... & SANTOS, S. M. C. D. Covid-19 pandemic implications for food and nutrition security in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421–3430, 2020.

SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. **International Review of Public Policy**, v. 2, n. 1, p. 45–67, 27 abr. 2020.

SAIS, A. C.; OLIVEIRA, R. E. DE. Distribuição de Sistemas Agroflorestais no Estado De São Paulo: apontamentos para restauração florestal e produção sustentável. **Redes**, v. 23, n. 1, p. 111–132, 2018.

SCALIZE, P. S.; ROCHA, B. S.; DE ANDRADE, C. P.; NUNES, C. A. B; LOPES, D. P.; LOPES, H. T. L.; ... & DOS REIS, Y. P. **Diagnóstico técnico participativo da Comunidade Canudos: Palmeiras de Goiás- Goiás**: Coleção DTP Projeto SanRural. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

SCHOENEBERGER, M. M., & BENTRUP, G. **Agroforestry: Enhancing Resiliency in U.S. Agricultural Landscapes Under Changing Conditions**. Washington, DC: U.S Department of Agriculture Forest Service, 2017. Disponível em: <<https://www.fs.usda.gov/treearch/pubs/55775>>.

SILVEIRA, N. **Indicadores de sustentabilidade ambiental em sistemas agroflorestais na Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Assentamento Canudos: origem e lutas pela consolidação**. Disponível em: <<https://brasco.fct.ufg.br/p/25226-assentamento-de-canudos>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

UFG- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **UFG assina acordo internacional realizado via Finep**. Disponível em: <<https://ufg.br/n/170967-ufg-assina-acordo-internacional-realizado-via-finep>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: una guía práctica. 2003.

IMPACTO SOCIAL E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Seguindo a Instrução Normativa EA 3/2021, de 1º de dezembro de 2021, esta dissertação se mostra relevante por discutir temas atuais, como alternativas de manejo mais sustentáveis aliadas à valorização do trabalho feminino.

Conforme apresentado, grande parte dos estudos sobre Sistemas Agroflorestais (SAFs) no estado de Goiás ou abordam aspectos bioquímicos das interações entre os componentes do sistema, ou a prática como uma possibilidade suplementar ao extrativismo ou a integração de remanescentes e áreas convertidas, ou de maneira sucinta os impactos socioeconômicos em comunidades.

O estudo avança ao trazer o cenário geral das práticas agroflorestais, relacionando-as às características regionais do uso de solo no estado de Goiás. Sob essa perspectiva, observa-se possibilidades de incentivo e desenvolvimento de políticas públicas que apoiem a adoção dos SAFs.

Para além das discussões aqui evidenciadas sobre o papel de (re)produção das mulheres no contexto rural e as oportunidades de conciliar tais atividades às práticas agroflorestais, busca-se contribuir para a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres, a geração de renda e a inclusão social.

Ainda nesse contexto, espera-se que a pesquisa possa ser vista como um exemplo prático de como a sociedade civil, neste caso representada pelas Guerreiras de Canudos, possa ser inserida na chamada Hélice Quadrúpla, em que universidade-indústria-governo ampliam sua interação no sentido de que o tripé pesquisa, inovação e empreendedorismo, sejam o suporte à sustentabilidade, amparada no conhecimento e no desenvolvimento social.

Não obstante, a dissertação poderá servir como referência para áreas multidisciplinares, ao reconhecer a heterogeneidade intrínseca às mulheres rurais e ao buscar compreender de forma participativa a realidade deste grupo sob a ótica pessoal, social e organizacional.

ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estratégias de gestão e a produção de ativos em sistema agroflorestal no Assentamento Canudos, em Goiás.

Pesquisador: Mariana Ribeiro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65225622.2.0000.5083

Instituição Proponente: Escola de Engenharia Civil e Ambiental

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.843.799

Apresentação do Projeto:

Introdução:

Dentre diversas possibilidades de manejo sustentável da terra os sistemas agroflorestais (SAFs) referem-se a processos de restauração das áreas alteradas com a incorporação de árvores nas paisagens agrícolas. Podem ser definidos como sistemas onde o uso da terra, onde espécies lenhosas perenes são usadas, deliberadamente, no mesmo arranjo espacial ou sequência temporal. Os SAFs apresentam excepcional potencial para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável. Contudo, isso só se efetivará quando houver uma boa gestão técnica e econômica do sistema de produção. Com o intuito de propiciar melhores possibilidades de reprodução social para as mulheres do Assentamento Canudos, está sendo implantado um SAF, numa parcela que já tem histórico de atividade agroflorestal, prioritariamente, envolvendo as mulheres que fazem parte do grupo Guerreiras de Canudos. Para a composição do sistema, foram escolhidas diversas espécies medicinais e aromáticas e arbóreas. A partir do exposto, como a adoção de estratégias de gestão do SAF pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do grupo Guerreiras de Canudos?

Hipótese:

A adoção de estratégias de gestão do Sistema Agroflorestal contribui para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, de forma sustentável, das Guerreiras de Canudos.

Metodologia Proposta:

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.843.799

Do ponto de vista operacional esta pesquisa cumprirá algumas etapas de trabalho. Inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica entre livros, artigos, teses e dissertações acerca de temas como, reforma agrária, mulheres rurais, sistemas agroflorestais, além de planejamento e gestão estratégica/econômica. Concomitantemente, será realizada a pesquisa documental, consultando entidades como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Ministério da Agricultura e Pecuária- MAPA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária-EMBRAPA e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária- EMATER. Além disso, pretende-se a realização de pesquisa de campo com coleta de dados junto ao grupo, por meio de questionário, entrevista semiestruturada e o diagnóstico rural participativo. A partir do tratamento de dados obtidos nas etapas anteriores, serão elaboradas de forma participativa, estratégias desdobradas em planos de ação que busquem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do grupo Guerreiras de Canudos.

Critério de Inclusão:

A pesquisa será realizada junto ao grupo Guerreiras de Canudos, é composto por algumas mulheres produtoras do Assentamento Canudos, em Goiás.

Critério de Exclusão:

Não participarão da pesquisa, pessoas que não fazem parte do grupo Guerreiras de Canudos que não atendem ao propósito da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o uso de estratégias de gestão no desenvolvimento socioeconômico e Ambiental do SAF das Guerreiras de Canudos.

Objetivo Secundário:

- Apresentar o panorama geral dos SAFs no Estado de Goiás: uma análise descritiva a partir de levantamento bibliométrico;
- Elaborar o diagnóstico socioeconômico do grupo Guerreiras de Canudos e o inventário de avaliação das forças e fraquezas internas ao assentamento, bem como levantar todas as ameaças e oportunidades que possam impactar o SAF (Matriz FOFA ou Análise SWOT);
- Formular(Projetar), por meio das ferramentas de gestão, o planejamento, a gestão estratégica do SAF, além do desempenho produtivo, a demanda de mão de obra e a eficiência financeira do SAF;

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.843.799

- Analisar o perfil empreendedor das Guerreiras de Canudos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A aplicação do questionário, da entrevista semiestruturada, bem como a realização do Diagnóstico Participativo Rural, podem trazer desconforto ou vergonha, relacionados à presença da pesquisadora. No entanto, serão esclarecidos a confidencialidade e privacidade do participante, bem como o uso exclusivo para fins científicos dos dados coletados. Será oferecida uma abordagem humanizada, com escuta atenta e acolhimento dos participantes, além do esclarecimento de dúvidas a qualquer momento da pesquisa. Também será garantida a retirada do consentimento prévio, ou a interrupção ou ainda não envio do formulário, em caso de desistência de participação.

Benefícios:

Destarte essa pesquisa tem o mérito de contribuir com a análise do uso de estratégias de gestão do SAF e possíveis contribuições para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das Guerreiras e ampliar as possibilidades de reprodução social das agricultoras familiares.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De natureza quali-quantitativa, essa pesquisa será analítica e descritiva, a partir da pesquisa-ação do projeto agroflorestal que está sendo implementado no Assentamento Canudos, junto ao grupo de mulheres, Guerreiras de Canudos. Para o levantamento de dados utilizar-se as ferramentas que compõe o Diagnóstico Rural Participativo, bem como da aplicação de questionário e entrevista semiestruturada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

“Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”

Recomendações:

“Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise: No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) faltou colocar a nota de rodapé e o local para assinaturas de duas testemunhas caso a participante for iletrada.

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.843.799

Pendência atendida.

O projeto não apresenta óbice ético.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para junho de 2023.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2049202.pdf	16/12/2022 15:57:13		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_editado.pdf	16/12/2022 15:56:44	Mariana Ribeiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	17/11/2022 15:25:34	Mariana Ribeiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/11/2022 15:25:12	Mariana Ribeiro	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromissoassinado_v3.pdf	15/11/2022 12:09:03	Mariana Ribeiro	Aceito
Outros	INSTRUMENTODADOS.pdf	14/11/2022 09:50:31	Mariana Ribeiro	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	14/11/2022 09:27:23	Mariana Ribeiro	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	11/11/2022 17:48:28	Mariana Ribeiro	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.843.799

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 03 de Janeiro de 2023

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS GUERREIRAS DE CANUDOS

INFORMAÇÕES GERAIS

1. **Possui o título da terra:** 1.() Sim. 2.() Não, ainda não temos autorização para a emissão do título de domínio. 3. () Não, apesar de termos autorização para emissão do título, não temos condições financeiras para o custeio dos documentos.
2. **Há quanto tempo residem no Assentamento:** _____
3. **Qual a forma de ingresso?** 1.() Acampamento. 2.() Aquisição de terceiro 3.() Outra forma. Qual? _____
4. **Qual o número de pessoas reside no lote?**
1() Até 2 pessoas 2() Até 4 pessoas 3() Até 6 pessoas 4() Mais de 6 pessoas;

Sexo	Primeiro nome	Idade	Grau de parentesco com o responsável pelo domicílio	Escolaridade

5. **Quantas pessoas do núcleo familiar trabalham no lote?**
1() Até 2 pessoas 2() Até 4 pessoas 3() Até 6 pessoas 4() Mais de 6 pessoas;
6. **Qual a principal fonte da renda familiar:**
 - 1.() Agricultura;
 - 2.() Exploração da Madeira;
 - 3.() Pecuária;
 - 4.() Extrativismo;
 - 5.() Aposentadoria / Pensão;
 - 6.() Políticas Sociais;
 - 7.() Agricultura e Pecuária;
 - 8.() Pecuária e Políticas Sociais;
 - 9.() Agricultura e Aposentadoria/'Pensão;

10.() Salário;

7. Qual a renda extraída do lote (valor do salário: R\$ 1.212,00):

- 1.() Menos de 1 salário-mínimo 2.() 1 salário-mínimo 3.() De 1 a 2 salários-mínimos
4.() De 2 a 3 salários-mínimos 5.() Mais de 3 salários-mínimos.

8. Alguém do grupo familiar executa pluriatividade (outras atividades diferentes da agricultura) ou recebe algum benefício público para complementar a renda?

- 1.() Sim 2.() Não

9. Se sim, qual a renda auferida?

- 1.() de 0 até meio salário-mínimo. 2.() até um salário. 3.() de 1 até 1,5 salário. 4.()
de 1,5 salário a até 2 salários. 5.() de 2 até 3 salários-mínimos. 6.() 4 salários-
mínimos ou mais.

10. Alguém no núcleo familiar recebeu auxílio em dinheiro, nos últimos 6 meses?

- 1.() Sim, Bolsa Família
2.() Sim, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET
3.() Sim, Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos
4.() Sim, Programa Municipal
5.() Sim, Programa Estadual
6.() Sim, Programa Federal
7.() Outros. Quais? _____
8.() Não

11. Qual a origem dos produtos usados na alimentação básica da família?

- 1.() Totalmente produção própria.
2.() Adquire a minoria no mercado externo.
3.() Produção e compra externa são equivalentes.
4.() A maioria é comprada fora 5.() Não produz nada para o consumo 6.() Outra
modalidade: _____

12. Qual o excedente de produção a ser comercializado?

- 1.() Não produz excedente
2.() até 25%
3.() maior que 25% e menor que 50%
4.() maior que 50% e menor que 75%
5.() acima de 75%

MANEJO DA ÁREA

13. Quais as principais culturas produzidas na propriedade?

Cultura	Área- hectare (ha)	Produção/mês	Renda (R\$)

14. Conhece a prática abordada pelo Sistema Agroflorestal?

1.()Não 2.()Sim

15. Sua propriedade já recebeu a vista do IBAMA ou outro algum órgão de fiscalização? Por quê?

1.()Sim. Qual (is) órgão(s)? _____ / _____ 2.()Não

GESTÃO DA PROPRIEDADE

16. – A gestão da propriedade conta com um responsável?

1.()Sim. Quem? _____ / _____ 2.()Não

17. Costuma fazer um planejamento da propriedade, considerando fatores como:

1.() comercialização,

2.() finanças,

3.() potencial de produção,

4.() fatores climáticos

5.() outros _____

6.()Não. Por quê? _____

18. Já fez algum curso de gestão?

1.()Sim.

1.1.Qual (is)? _____ / _____

1.2.Quando? _____

2.()Não. Por quê? _____

19. Realiza registro de aquisições, gastos e despesas?

- 1.() Anoto todas as receitas e despesas para saber onde gasto meu dinheiro e de onde vem as receitas.
- 2.() Gostaria, mas não sei como fazer
- 3.() Já comecei, mas acabo esquecendo de anotar algumas despesas.
- 4.() Nunca fiz anotações
- 5.() Não acho necessário realizar controle.
5. Outra () _____

20. Onde costuma recorrer quando precisa um dinheiro em emergências?

- 1.() Empréstimo bancário.
- 2.() Recorre a um amigo ou parente.
- 3.() Possui uma aplicação financeira.
- 4.() Não sabe
5. Outra () _____

21. Possui Cadastro Nacional da Agricultura Familiar- CAF ou Declaração de Aptidão ao PRONAF?

- 1.() Sim. 2.() Não. Por quê? _____

22. Teve acesso à Créditos?

- 1.() PRONAF-Custeio.
- 2.() PRONAF-Mulher.
- 3.() PRONAF-Agroindústria
- 4.() PRONAF-ABC
- 5.() PRONAF-Bioeconomia.
- 6.() PRONAF Investimento.
- 7.() Cooperativa de crédito.
- 8.() Banco particular.
- 9.() Não tem fonte de crédito.
- 10.() Outros _____

23. Possui reserva de dinheiro para situações imprevistas ou emergenciais?

- 1.() Tem reserva em aplicações financeiras
- 2.() valor que sobra no final do mês acabo gastando e não guardo.
- 3.() Gostaria de guardar, mas não sobra no final do mês.
- 4.() Nunca me preocupei em poupar.
5. Outra () _____

24. Como é realizado o controle de custos na propriedade?

- 1.() Anotações em caderno.
- 2.() Posso sistema para acompanhamento.
- 3.() Fluxo de caixa.
- 4.() Não realiza.
- 5.() Outros: _____

25. A propriedade possui algum controle do volume comercializado?

- 1.() Sim. Qual(is) _____
- 2.() Não. Por quê? _____

26. Após a realização dos controles, você costuma considerá-los para a tomada de novas decisões?

- 1.() Sim. 2.() Não. Por quê? _____

27. Como costuma comercializar a produção

- 1.() PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- 2.() PAA- Programa de Aquisição de Alimentos.
- 3.() Direto ao consumidor.
- 4.() Feiras.
- 5.() Cooperativas.
- 6.() Agroindústrias/Laticínio.
- 7.() Intermediário.
- 8.() Outros: _____

28. Fatores considerados para a formação do preço de venda:

- 1.() Disposição do cliente a pagar.
- 2.() Preço da concorrência.
- 3.() Custos da produção.
- 4.() Custos de comercialização.
- 5.() Nenhum.
- 6.() Outros _____

29. Como é feito o transporte desses produtos?

- 1.() Por intermédio de cooperativa.
- 2.() Por intermédio de terceiros.
- 3.() Com transporte adquirido pelas famílias assentadas
- 4.() Com transporte próprio

5. Outra () _____

30. Você avalia os resultados alcançados, compreendendo se sua produção dá lucro ou prejuízo?

1.()Sim. 2.()Não. Por quê? _____

31. Em caso de prejuízo, como busca resolver essa situação?

32. Contrata força de trabalho externa à propriedade familiar?

1.() De forma temporária.

2.()De forma permanente.

3.()Não contrata.

4.Outra () _____

33. É associado a alguma associação/sindicato ou cooperativa?

1.()Não 2.()Sim. Qual (is) ? _____

34. Frequenta reunião da associação /sindicato ou cooperativa?

1.()Não. Por quê? _____ 2.()Sim.

35. Onde busca adquirir técnicas/conhecimentos sobre as práticas agrícolas/ gestão/ legislação?

1.() Cursos oferecidos pelas universidades, instituições públicas ou privadas

2.() Cursos oferecidos por outros produtores

3.() Internet

4. () Conselhos de pais e familiares

5.() Nenhum

6.() SENAR

7.EMATER ()

8.SINDICATO ()

9.Outros: _____

**APÊNDICE B- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA ÀS GUERREIRAS
DE CANUDOS**

1. Conte brevemente sobre sua história de vida.
2. O que a motivou a empreender no campo? Por que e como chegou até aqui?
3. Você se vê como uma empreendedora? Fale a respeito
4. Qual a sua percepção sobre o empreendedorismo rural feminino?
5. Como você concilia trabalho, família e tarefas domésticas?
6. Em sua opinião, existem políticas públicas que auxiliem o empreendedorismo rural feminino?
7. Você já sentiu algum tipo de preconceito por ser mulher no seu trabalho rural? Se sim, de que tipo? Como você lidou com ele?
8. Existe desvantagem em ser uma empreendedora rural? Se sim, quais?
9. Quais são suas aspirações enquanto empreendedora rural para os próximos anos?

APÊNDICE D- REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Primeira reunião com as Guerreiras de Canudos



Doação de mudas da empresa LiveAloe para plantio SAF 1



Área preparada para o plantio do SAF 1



Preparação dos berços no solo para recebimento das mudas *SAF1*



Mutirão para plantio do SAF 1



Vista do SAF 1 após 10 meses de plantio



Mudas de hortaliças para plantio do SAF2



Área plantada- SAF 2



Vista do SAF 1 após 18 meses de plantio



Vista do SAF 2 após 6 meses de plantio



Vista do SAF 2 após 9 meses de plantio

